



**As estruturas sociais e econômicas do
Império Romano do Ocidente e
o estabelecimento do reino dos visigodos nas
*Galliae Aquitania e Narbonensis***

Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: NATUREZA, RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E
PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS

**As estruturas sociais e econômicas do
Império Romano do Ocidente e o
estabelecimento do reino dos visigodos nas
*Galliae Aquitania e Narbonensis***

Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin

Natal
2011

Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin

**As estruturas sociais e econômicas do
Império Romano do Ocidente e o
estabelecimento do reino dos visigodos nas
*Galliae Aquitania e Narbonensis***

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Emilia Monteiro Porto.

Natal
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA E ESPAÇOS



ATA DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO DISCENTE GUSTAVO HENRIQUE SOARES DE SOUZA SARTIN

Ao décimo dia (10º) do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às quinze horas, na Sala C4 do Setor de Aulas II, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da Dissertação de Mestrado intitulada **AS ESTRUTURAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE E O ESTABELECIMENTO DO REINO DOS VISIGODOS NAS GALLIAE AQUITANIA E NARBONENSI**, apresentada pelo mestrando ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, como requisito parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA**. A Comissão Examinadora foi presidida pela Professora Orientadora Doutora **MARIA EMÍLIA MONTEIRO PORTO**, e contou com a participação da Professora Doutora **MÁRCIA SEVERINA VASQUES**, na qualidade de Examinador Interno e do Professor Doutor **RENAN FRIGUETTO** da Universidade Federal do Paraná (UFP), na qualidade de Examinador Externo. A sessão teve a duração de 2:20 horas e a Comissão Examinadora emitiu o seguinte parecer:

A dissertação apresenta todos os requisitos exigidos para a elaboração de uma investigação acadêmica.

Dada a inovação temática e metodológica do trabalho a banca recomenda sua publicação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA E ESPAÇOS



_____. Diante
do exposto, o candidato foi considerado Aprovado com o conceito A.

Dr^a MARIA EMÍLIA MONTEIRO PORTO
(Presidente)

Dr^a MÁRCIA SEVERINA VASQUES
(Examinador Interno)

Dr. RENAN FRIGUETTO
(Examinador Externo)

GUSTAVO HENRIQUE SOARES DE SOUZA SARTIN
(Mestrando)

Secretaria do PPGH.

Quocirca sermonis pompa Romani, si qua adhuc uspiam est, Belgicus olim sive Rhenanis abolita terris. in te resedit: quo vel incolumi, vel perorante, etsi apud limitem ipsum Latina jura ceciderunt, verba non titubant.

(Sidonius Apollinaris, Epistolae, 4.17)

Quanto à esplêndida fala dos romanos, se é que ela ainda existe em algum lugar, nas antigas *Belgicae* e na região do *Rhenus* foi abolida. Cabe a ti, incólume, escrever seu epílogo pois, apesar da obediência nas fronteiras ter acabado, as palavras latinas não falham.

(Sidônio Apolinaris, Cartas, 4.17)

Aos meus pais,
Agostinho e Eliane

Agradecimentos

O presente trabalho, a despeito de suas limitações, foi fruto de meia década de estudos e reflexões acerca dos processos que conduziram à fragmentação e eventual destruição do Império Romano do Ocidente. Nesse longo trajeto, muitos me ofereceram sua atenção e apoio, mesmo quando não havia garantias de que eu obteria resultados satisfatórios. Todos podem contar com minha gratidão e afeto. Alguns, contudo, merecem um agradecimento especial.

A memorável Jane Laurent, minha professora de História de Roma na *University of North Carolina at Charlotte*, por ter me tirado o receio de lidar com as fontes primárias antigas.

Os amigos Fábio Duarte Joly e Alice Maria de Souza, pelas boas ideias e encorajamento quando o presente trabalho ainda era apenas um projeto sobre Salviano de Marselha.

Paulo Possamai, meu orientador quando da minha aprovação na UFRN, por ter depositado confiança em mim.

Fátima Martins Lopes, Helder do Nascimento Viana, Flávia de Sá Pedreira e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, meus professores na UFRN, por suas relevantes sugestões.

Adriana Gama de Araújo Dias, Hugo Romero Cândido da Silva, Diego Souza de Paiva, Michele Soares Lopes, Nívia Paula Dias de Assis e Frederico Augusto Luna Tavares, colegas na UFRN que ajudaram a “endireitar” meu projeto de pesquisa.

Thiago Alves Dias, colega na UFRN e brilhante pesquisador de História Social e Econômica, por sua leitura de parte do primeiro capítulo.

Os colegas Gabriel Lopes Anaya, Flávio Américo Dantas de Carvalho, Rosenilson da Silva Santos, Arthur Luis de Oliveria Torquato, Jossefrânia Vieira Martins, Catarina Paes de Andrade, Sonni Lemos Barreto, Bruno Balbino da Costa,

Paulo Dário Dantas de Sousa, Isabel Barreto de Andrade Costa e Giovana Lopes Marques, pela convivência repleta de momentos divertidos e boas ideias.

Jorge Augusto da Silva Santos, membro da banca de qualificação, por sua leitura minuciosa e relevante do primeiro capítulo.

Marcia Severina Vasques, por sua participação nas bancas de qualificação e defesa.

Renan Friguetto, não somente por sua participação na banca de defesa, mas também por suas dicas preciosas.

Maria Emilia Monteiro Porto, minha sempre solícita e absolutamente indispensável orientadora (ou, como costumamos brincar, “*my supervisor*”), por sua paciência e dedicação.

Camila Sartin e Gustavo Rinaldi Althoff, minha irmã e meu melhor amigo, por seu estímulo permanente.

Agostinho Sartin e Eliane Soares de Souza, meus pais, pela boa formação, apoio incondicional e paciência com minhas excentricidades.

Last but not least, Juliana da Rosa, minha amada, sem a qual o esforço enorme que resultou no presente trabalho simplesmente não teria sido possível.

Resumo

No ano de 376 da era comum, uma tribo de guerreiros germânicos conhecidos como *tervingi* (tervínios), de origem gótica, cruzou o rio *Hister* (Danúbio) rumo ao sul, adentrando o Império Romano. Eles fugiam dos hunos, um grupo nômade que vinha do leste saqueando tudo em seu caminho. Não passou muito tempo até que tivesse início conflito entre as autoridades imperiais romanas e os refugiados. A paz foi alcançada em 382 e, dali em diante, os tervíngios seriam, oficialmente, *foederati* (aliados) dos romanos, ganhando o direito de continuar sendo uma tribo autônoma dentro das fronteiras do Império. Durante os treze anos seguintes os guerreiros tervíngios lutaram ao lado dos exércitos imperiais romanos em cada um dos conflitos importantes. Ainda assim, após a morte do imperador Teodósio I em 395, as relações entre eles se deterioraram severamente. Em teoria, os tervíngios permaneciam aliados dos romanos; na prática, haviam começado a extorquir dinheiro e outros recursos dos imperadores Honório e Arcádio. O saque de Roma pelo “rei” tervíngio Alarico em 410 foi tanto a culminação quanto o ponto de inflexão nesse estado de coisas. Durante a década de 410, os guerreiros tervíngios lutariam novamente ao lado dos exércitos imperiais romanos e seriam recompensados com uma porção de terra na área sudoeste da diocese gaulesa. Apelidados de “visigodos”, eles permaneceriam aliados dos romanos ao longo das décadas seguintes, consolidando seu próprio reino no processo. Esta dissertação trata não apenas do estabelecimento do reino visigótico na porção sudoeste das *Galliae* mas também das condições sociais e econômicas que restringiram a capacidade romana de defender por conta própria seu território, dando oportunidade para que *foederati* como os tervíngios arrancassem um pedaço dele para si.

Palavras-chave: visigodos, Império Romano tardio, estruturas sociais, colonato.

Abstract

In the year 376 of the Common Era, a tribe of Germanic warriors known as “Tervingi”, of Gothic extraction, crossed the *Hister* (Danube) river due south, entering the Roman Empire. They fled the Huns, a nomadic group that came plundering their way from the East. It did not take long for a conflict between the Roman imperial authorities and the refugees to begin. Peace was reached in 382 and, henceforth, the Tervingi would be officially *foederati* (allies) of the Romans, gaining the right to remain an autonomous tribe inside the borders of the Empire. For the next thirteen years the Tervingi warriors fought beside the Roman imperial armies in every major conflict. Nevertheless, after the death of the emperor Theodosius I in 395, their relations deteriorated severely. In theory, the Tervingi remained Roman allies; in practice, they began to extort monies and other assets from the emperors Honorius and Arcadius. The sack of Rome by the Tervingi “king” Alaric in 410 was both the culmination and the point of inflection of this state of affairs. During the 410s the Tervingi warriors would fight again beside the Roman Imperial armies and be rewarded with a piece of land in the southwestern portion of the Gallic diocese. Dubbed “Visigoths”, they would remain trusted Roman allies throughout the next decades, consolidating their own kingdom in the process. This dissertation deals not only with the institution of the Visigothic kingdom in the southwestern portion of the *Galliae* but also with the social and economic conditions that hindered the Roman ability to defend their territory by themselves, hence opening opportunities for *foederati* like the Tervingi to carve out a piece of it for themselves.

Keywords: Visigoths, Late Roman Empire, social structures, colonate.

Sumário

Introdução	2
Problematização e aporte teórico.....	2
A natureza dos capítulos.....	5
Historicizando nosso problema.....	7
Capítulo 1 – As transformações nas estruturas sociais e econômicas do ocidente romano entre os séculos I e III.....	20
1.1 – A progressiva escassez de escravos nas <i>Galliae</i> entre os séculos I e II.....	21
1.2 – Os efeitos da crise do século III sobre as cidades das <i>Galliae</i>	32
1.3 – As transformações sociais e econômicas do século IV.....	35
1.4 – A quase fusão entre escravidão e colonato no século V.....	42
1.5 – A “barbarização” do exército.....	53
1.6 – As mudanças na estratégia defensiva.....	56
1.7 – A estrutura administrativa do Baixo Império.....	60
Capítulo 2 – Guerreiros e políticos.....	64
2.1 – A ascensão dos tervíngios.....	64
2.2 – A primeira invasão da <i>Italia</i> pelo exército de Alarico.....	72
2.3 – A invasão da fronteira do <i>Rhenus</i> no ano de 407.....	81
2.4 – O saque de <i>Roma</i>	94
2.5 – Caos completo.....	107
2.6 – Reconciliação.....	110
2.7 – Estabelecimento na <i>Aquitania</i> e <i>Narbonensis</i>	113
Considerações finais.....	126
Anexo – Mapas.....	128
Cidades.....	128
O Império do Ocidente por volta de 425.....	129
Referências.....	130
Sobre a documentação.....	130
Sobre as referências, citações e traduções.....	133
Documentação.....	134
Fontes secundárias.....	136

Introdução

Problematização e aporte teórico

No ano 376 da era comum, uma tribo de guerreiros germânicos conhecidos como tervíngios, pertencente à nação gótica, cruzou o rio *Hister* (Danúbio) rumo ao sul, adentrando o Império Romano. Eles se refugiavam dos hunos, que vinham do oriente e pilhavam tudo em seu caminho.

Para que pudessem se instalar em território romano, os tervíngios deram garantias de fidelidade ao imperador oriental Valente, colocando seus guerreiros à disposição do Estado romano. Puderam manter, assim, sua unidade político-militar, mesmo ocupando terras romanas. Sob o status de *foederati* (federados), os tervíngios viriam a desempenhar um papel fundamental na desagregação do Império Romano do Ocidente ao longo dos cem anos seguintes.

A presença de um exército estrangeiro semi-independente dentro do território romano fomentou a eclosão de conflitos recorrentes entre hóspedes e anfitriões. Notório, por exemplo, foi o saque de Roma ocorrido em 410. A despeito disso, os tervíngios (que acabariam assumindo a etnônimo de “visigodos”), mantiveram o status de aliados dos romanos durante maior parte do período que vai da travessia do *Hister* até a deposição do último imperador do ocidente, em 476.

A partir do início da década de 410, os tervíngios/visigodos assumiram de forma progressiva o controle do sul das *Galliae* (Gálias) e de maior parte das *Hispaniae* (Hispanias), construindo aos poucos um dos Estados sucessores do Império Romano do Ocidente. Diferentemente dos outros reinos “bárbaros”, o chamado *regnum tolosanum* – por ter a capital em *Tolosa* (Toulouse) – não foi mero resultado da conquista militar; até porque os tervíngios/visigodos permaneceram aliados dos romanos durante maior parte do período em questão. A explicação sobre o sucesso dos tervíngios/visigodos passa, assim, sobretudo pelos fatos e estruturas sociais. Isso torna o estudo da maneira como foi estabelecido o reino visigótico nas *Galliae* e *Hispaniae* indispensável para um bom

entendimento da natureza do processo de desagregação e esfacelamento do Império ocidental.

Temos, portanto, dois problemas a resolver. Ainda que seja indispensável que reconstruamos a história dos eventos políticos e militares diretamente relacionados com o estabelecimento do *regnum tolosanum*, é preciso que compreendamos igualmente as estruturas sociais que o viabilizaram.

Para complicar a questão, o século V é pobre em fontes. As modernas reconstruções dos acontecimentos do período são possíveis somente através da combinação de fontes do século seguinte com informações incompletas encontradas de forma dispersa sobretudo nas cartas privadas e poemas.

As estruturas sociais, por seu turno, costumam evoluir com lentidão, o que torna cabível uma abordagem de média e longa duração. Faz-se necessário, dessarte, que pensemos as estruturas sociais não em termos de século IV ou V, mas de Antiguidade Tardia, um arco temporal maior.

Felizmente, existem aportes teóricos que nos permitem um caminho seguro em uma tarefa dessa natureza. Um deles foi o elaborado por Fernand Braudel. Para o historiador francês, a temporalidade a que estão inscritas submetem as sociedades, e conseqüentemente os indivíduos, coletividades e instituições que dela fazem parte, a desenvolvimentos inter e intrassociais peculiares, próprios de cada época. O reconhecimento da existência desse "tempo mais longo" do que aquele dos fatos quotidianos colocaria a chamada *histoire événementielle* (história episódica) em segundo plano, de modo que a tarefa do historiador consistiria, sobretudo, em ter o olhar atento à presença das regularidades que caracterizam cada época. O entendimento dos processos históricos passaria, então, pela produção de *récitatifs des conjonctures* (recitativos das conjunturas), uma espécie de *narratio cum analysis* que não leva em conta os acidentes breves e de superfície.¹

¹ Para as formulações braudelianas nos baseamos em um artigo intitulado *Histoire et Science Sociale: La Longue Durée*, publicado originalmente nos *Annales* em 1958 (no. 4) e reproduzido em BRAUDEL (2005, pp. 41-78); além de LLOYD (1995, pp. 96-102).

A proposta braudeliana de estudo histórico busca, em última instância, desvelar regularidades ainda mais duradouras do que as conjunturais. Essas “estruturas”, por sua vez, restringiriam e direcionariam a sociedade de várias épocas. Mesmo que sejamos céticos quanto ao caráter ontológico genuíno das estruturas sociais, nada impede que façamos uso do conceito para fins heurísticos.

Em um artigo de 1992, intitulado “*A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation*” (Uma teoria da estrutura: dualidade, agência e transformação), William H. Sewell Jr. apresentou uma versão da noção de “estrutura social” que procurava dar conta das questões relacionadas à ação dos atores individuais. Para ele, as estruturas sociais seriam duais, compostas por aspectos “virtuais” (*schemas* ou representações) e “concretos” (recursos), mutuamente condicionantes. Seria possível, então, identificá-los tanto a partir das ações dos indivíduos, caso as observemos, como de seus resultados, caso tenhamos acesso somente a eles. Isso permite ao pesquisador fazer inferências mesmo quando não dispõe de informações completas, como no exemplo a seguir:

Uma fábrica não é uma pilha inerte de tijolos, madeira e metal. Ela incorpora ou concretiza representações, e isso significa que representações podem ser inferidas a partir da forma material da fábrica.²

O apelo à noção de “estrutura” faz sentido quando se aborda o surgimento de um Estado paralelo dentro das fronteiras imperiais, porquanto a fragmentação do Império Romano do Ocidente não resultou somente da conquista militar ou das contingências políticas. Entre os fatores estruturais que contribuíram para o enfraquecimento da autoridade imperial destaca-se a concentração da propriedade fundiária e o consequente aumento das fortunas dos grandes latifundiários. Cada vez mais poderosos, eles evadiam tributos e, colocando-se como protetores tanto dos camponeses sem posses como daqueles que fugiam das cidades para escapar da opressão fiscal, criavam dificuldades para o recrutamento militar, em uma tentativa de assegurar abundância de mão-de-obra para seus empreendimentos. A escravidão rural ainda existia mas, com o fim da expansão territorial a partir do século I da era comum, a oferta de escravos

² SEWELL JR (1992, p. 13): “*A factory is not an inert pile of bricks, wood, and metal. It incorporates or actualizes schemas, and this means that the schemas can be inferred from the material form of the factory*”.

decreceu; sendo que a baixa taxa de natalidade dos plantéis existentes não era suficiente para assegurar a perpetuação do sistema escravista no campo.

A natureza dos capítulos

O primeiro capítulo, intitulado “As transformações nas estruturas sociais e econômicas do ocidente romano entre os séculos I e V”, é justamente um desses *récitatifs* preconizados por Braudel. Nele, nossa preocupação foi discutir que novos elementos sociais e econômicos teriam resultado no enfraquecimento do poder imperial e, por consequência, acabado por viabilizar o estabelecimento do reino dos tervíngios/visigodos. No cerne da discussão, que passa sobretudo pelo fim da escravidão no campo e pela oposição dos latifundiários romanos ao recrutamento militar, está a aplicabilidade às *Galliae* em particular (mas também ao ocidente romano como um todo) da tese de Max Weber acerca da transformação de estruturas econômicas fundamentais durante a passagem do mundo greco-romano ao da Europa ocidental medieval.

No segundo capítulo, “Guerreiros e políticos”, passamos do geral para o particular, abordando as relações militares e políticas estabelecidas entre os tervíngios/visigodos e as autoridades romanas ao longo de um arco cronológico que se estende de 376, ano em que os tervíngios cruzaram o *Hister*, até pouco depois de 418, quando os visigodos, sob o comando de Wallia, receberam do imperador Honório terras no vale do rio *Garumna* (Garona), na *Gallia Aquitania*.

Produzimos, então, uma narrativa cuja função é exemplificar o impacto das estruturas sociais do Baixo Império³ sobre as relações concretas estabelecidas entre tervíngios/visigodos e romanos. Decidir o que relatar e o que omitir foi seguramente a parte mais difícil do processo de escrita. Não desejávamos, por um lado, produzir uma história política (ao menos em seu sentido tradicional de *histoire événementielle*), ao

³ Por “Alto Império” aludimos ao período que vai do início do principado de César Augusto, em 27 a. e. c., até a ascensão de Diocleciano, em 284 e. c., enquanto o termo “Baixo Império” se refere ao período que vai da ascensão deste até a deposição de Rômulo Augústulo, em 476.

mesmo tempo que criamos na necessidade de dar verossilhança e *gravitas* ao que estava sendo relatado.

Dado o caráter dual das estruturas sociais, tivemos que abordá-las de duas maneiras. Tentamos, por um lado, “amarrar” nossa narrativa não apenas a uma temporalidade, mas também a uma espacialidade específica. Recorremos, frequentemente, a digressões geográficas, buscando revelar ao leitor que o desenlace de cada episódio estava, também, relacionado com o espaço onde os acontecimentos transcorriam. Somente naquele determinado local, no qual os agentes envolvidos tinham à sua disposição determinados recursos, é que se pôde chegar a determinados resultados.

Nossa decisão de empregar os nomes antigos das localidades e acidentes geográficos (embora frequentemente apresentando também seu nome moderno) é parte da mesma lógica. Tentamos criar no leitor a representação mental de que, por exemplo, *Lugdunum* não é simplesmente Lyon, que *Massilia* não é simplesmente Marselha, do mesmo modo que a antiga cidade de *Roma* não corresponde à moderna Roma e que não basta, digamos, atravessarmos as ruínas da *porta Latina* para chegarmos à cidade que Alarico saqueou em 410. Aquele lugar não mais existe.

Tendo encontrado um meio de relacionar nossa narrativa aos aspectos “concretos” das estruturas sociais, associados aos recursos à disposição dos agentes, restava-nos ainda confrontar a questão acerca dos aspectos “virtuais”, referentes às representações mentais.

Sendo mutuamente condicionantes, esses aspectos “concretos” e “virtuais” podem até certo ponto ser deduzidos uns dos outros. Isso é particularmente útil em se tratando de História Antiga, uma vez que as falas da maioria dos agentes foram irremediavelmente perdidas.

Ainda assim, dado que um agente ocupa determinada posição, conta com determinados recursos e age de determinada maneira, nos é possível fazer deduções (ou, na pior das hipóteses, conjecturas) acerca de seus objetivos e crenças. Empregamos deliberadamente, em outras palavras, o que R. G. Collingwood chamou de “imaginação

histórica” – nossa capacidade intuitiva de, diante de uma história, nos colocarmos mentalmente nos lugares das personagens e imaginarmos quais seriam suas possibilidades de ação.⁴ Na medida em que as ações das personagens históricas nos são conhecidas e que podemos nos imaginar em seus lugares no momento anterior à realização de tais ações, podemos deduzir quais teriam sido os seus interesses, crenças e objetivos. Presente em todo texto historiográfico, é a “imaginação histórica” que permite ao autor escrever sentenças do tipo “Alarico deve ter pretendido...”, “Estilício almejava...” ou “Honório temia...”.

Historicizando nosso problema

Os tervíngios/visigodos tornaram-se parte do imaginário ocidental principalmente em virtude do saque à cidade de *Roma*, perpetrado por seu “rei” Alarico em 410. Esse momento agourento tornou-se símbolo da “decadência” do Império ou, ao menos, da dificuldade que o Império do Ocidente encontrou, no século V, para defender suas fronteiras e manter sua unidade territorial.

O humanista veneziano Flavio Biondo (1392 – 1463), em seu *Historiarum Ab Inclinatione Romanorum Imperii Decades* (Das Décadas de História desde o Declínio dos Romanos), finalizado em 1453, foi o primeiro autor a utilizar o conceito de “declínio” para tratar dos tempos finais do Império Romano do Ocidente.

Para Biondo, o apogeu de Roma teria ocorrido durante o reinado de Teodósio I (378 – 395). Trata-se de uma escolha à primeira vista surpreendente, uma vez que esse é o período imediatamente posterior ao desastre romano na batalha de *Adrianopolis* (atual Edirne, na Turquia), do qual possivelmente apenas um terço do exército oriental sobreviveu.⁵ A explicação para esse aparente contrassenso reside claramente na fé cristã do humanista, porquanto Teodósio I foi o imperador responsável pela proibição dos cultos politeístas tradicionais. Nos reinados de seus filhos Arcádio (395 – 408) e Honório (395 – 423) teria ocorrido, todavia, “grande declínio da dignidade do império a

⁴ Vide COLLINGWOOD (1952, pp. 267-286).

⁵ *Ammianus Marcellinus, Res Gestae*, 31.13.18: “*Constatque vix tertiam evasisse exercitus partem*”.

tal ponto que esse então decaiu à ruína, principiando com a entrada de Alarico e então de muitos grupos bárbaros heterogêneos”.⁶

O fim do poderio imperial romano a partir de meados do século V demandava, de fato, explicações. Quaisquer que fossem essas, contudo, à reboque viria a necessidade de se apontar o momento em que teria iniciado o enfraquecimento dos romanos.

A ascensão do cristianismo à condição de religião oficial romana no período pós-constantiniano era, além disso, um marco que não podia ser negligenciado, a despeito de criar um óbvio embaraço para os pensadores cristãos. O império que ruiu era, afinal, católico. Mesmo os cronistas cristãos do ocidente romano no século V já precisavam confrontar o problema de que sua civilização parecia destinada à ruína justamente no momento em que a Igreja conquistava a vitória sobre os cultos politeístas tradicionais.

A apologia da religião cristã necessitava da desvinculação entre o enfraquecimento do poderio romano e a cristianização do império. Nesse contexto, autores como Paulo Orósio (375 – 418), Agostinho de *Hippo* (354 – 430) e Salviano de *Massilia* (*floruit circa* 440), forneceram diferentes respostas para a mesma problemática.

Em sua *Historia Aduersus Paganos* (História Contra os Pagãos), publicada em 417, Orósio via nas invasões estrangeiras uma punição contra as perseguições feitas pelo império aos cristãos durante o período pré-constantiniano, ao mesmo tempo em que minimizava as dificuldades do presente. Já Agostinho buscou em seu *Ciuitate Dei Contra Paganos* (A Cidade de Deus Contra os Pagãos), publicado na década de 410, esvaziar de significado o problema que o enfraquecimento romano trazia para os defensores da fé cristã. Não importaria, afinal, o destino de um império terreno, mas a comunhão dos cristãos junto a Deus. Salviano, por seu turno, tinha os olhos voltados para os pecados do presente e do passado recente. Em seu *De Gubernatione Dei* (Sobre

⁶ Flavius Blondus, *Historiarum Ab Inclinatio Romanorum Imperii Decades*, 1.1: “*magna inclinatione imperii dignitas iam tum ad ruinam uerges, in Halarici, et deinde in plurimis barbarorum colluuiouibus facere coepit*”.

o Governo de Deus), publicado por volta de 440, defendeu que seriam os pecados continuados de seus concidadãos os responsáveis por trazer a justiça divina, na forma dos invasores estrangeiros, sobre o império.

Biondo, escrevendo um milênio mais tarde, não apenas conhecia tais justificativas, como inclusive subscreveu a explicação de Orósio, sua principal fonte para o princípio do século V, quanto à causa religiosa do flagelo bárbaro. Se a religião ainda era capaz de fornecer a explicação principal para a *inclinatio romanorum imperii*, o antropocentrismo renascentista não permitia que ela fornecesse a única explicação para um evento humano. Existiriam, assim, causas secundárias e humanas, como a *caduca et fluxa rerum mundi conditione* (condição de fluxo e envelhecimento das coisas do mundo), a *translatione sedis imperii* (transferência da sede do império), além do *imperii quassatione* (chacoalhar violento do Estado) pelos imperadores.

Se o florentino Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) discordava de Biondo quanto às causas do fim do poderio imperial romano, concordava com o veneziano quanto à periodização de tal processo. Em sua *Istorie Fiorentine* (História Florentina, no singular), publicada entre 1520 e 1525, o autor afirmou que “se jamais alguma época foi realmente miserável, aquela de Arcádio e Honório, na *Italia* e naquelas províncias corridas pelos bárbaros, o foi”.⁷

Afastando-se das explicações religiosas, o prático Maquiavel apontou como motivo para a queda da porção ocidental do império a infeliz prática de se fazer alianças com os invasores; fato que reduziria a autoridade imperial e incitaria outros povos à invasão. A essa explicação, contudo, não segue qualquer questionamento a respeito dos motivos pelos quais os imperadores romanos, a partir de determinado momento, se viram compelidos, ou ao menos inclinados, a realizar tais alianças perniciosas.

No século XVIII, o viés anticristão da filosofia iluminista certamente impactou os estudos sobre o fim do mundo antigo. Em *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence* (Considerações sobre as causas da grandeza

⁷ Niccolò Machiavelli, *Istorie fiorentine*, 1.5: “E veramente, se alcuni tempi furono mai miserabili, in Italia e in queste provincie corse dai barbari, furono quelli che da Arcadio e Onorio infino a lui erano corsi”.

dos romanos e de sua decadência), publicada em 1734, o francês Charles Montesquieu (1689 – 1755), criticou duramente a intolerância cristã dos tempos finais do império. Essa, tendo origem na parte oriental do império, seria todavia tipicamente grega, contrastando grandemente com as virtudes republicanas típicas dos romanos.

Para Montesquieu, mesmo que a ascensão dos gregos (leia-se “cristãos”) a partir do século IV tenha significado uma espécie de degeneração dos ideais republicanos tipicamente romanos, as causas diretas do fim do império ocidental seriam de natureza político-militar. Teria ocorrido uma combinação infeliz entre a melhor defensabilidade natural do oriente e a bipartição política do império, o que teria feito com que os invasores se dirigissem ao ocidente enquanto os imperadores orientais pouco auxílio prestavam a seus colegas. Diante da invasão generalizada, os imperadores ocidentais teriam abandonado as províncias à chefia dos estrangeiros, em uma tentativa de salvar ao menos a *Italia*. Essa, contudo, não podia resistir por conta própria e, por fim, capitulou.

Se Montesquieu já pintara com tintas negras o período pós-constantiniano, foi apenas através do inglês Edward Gibbon (1737 – 1794) que a noção de “decadência” passou a ser mais claramente associada com os séculos finais do domínio romano sobre a Europa ocidental (e não mais somente com o século V). Em *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (A História do Declínio e Queda do Império Romano), publicado entre 1781 e 1789, o autor defendeu que, a partir da morte de Marco Aurélio, ocorrida no ano 180, o império teria entrado em um processo de deterioração caracterizado por um círculo vicioso: o abandono da gradual “virtude cívica” caracteristicamente romana teria feito com que o Estado recorresse cada vez mais a elementos estrangeiros para assegurar sua defesa; isso, por sua vez, teria acelerado o processo interno de “barbarização” e perda da “romanidade”. A conversão ao cristianismo, por seu turno, também teria contribuído para a “queda” ao desviar recursos humanos e materiais das questões terrenas, erodindo ainda mais a capacidade do Estado de enfrentar os invasores.

Gibbon se tornou, ao longo do século XIX, um reconhecido mestre da pesquisa histórica e sua visão sobre o fim do mundo antigo predominou durante todo o século.

Mesmo a monumental *Römische Geschichte* (História de Roma), publicada pelo alemão Theodor Mommsen (1817 – 1903) em 1854, cobriu apenas o período até o fim da república, não desafiando a visão de Gibbon.

A partir do último quartel do século XIX, porém, a difusão do chamado “materialismo histórico”, a Filosofia da História proposta pelo alemão Karl Marx (1818 – 1883), acabou dando vida nova ao debate acerca do fim do mundo antigo. Se para os historiadores tradicionais a queda do Império Romano do Ocidente em geral assinalava a entrada em um período obscuro e decadente, para os materialistas históricos a passagem da Antiguidade à Idade Média teria consistido na substituição do modo-de-produção escravista pelo modo-de-produção feudal, demonstrado claramente pelo fim da hegemonia das cidades.

Para Marx e seus seguidores, a civilização greco-romana teria desaparecido por ser incapaz, graças à larga difusão do instituto da escravidão, de acompanhar a evolução das forças produtivas. O modo-de-produção escravista seria arcaico e ineficiente, de modo que a Europa medieval, com seu modo-de-produção feudal, representaria uma evolução na história da humanidade.

Do lado oposto a Marx e seus seguidores estariam aqueles que tentariam invalidar a interpretação marxista da economia antiga e, com isso, deslegitimar o próprio materialismo histórico, combatido tanto por suas implicações políticas quanto por seu determinismo e teleologia. Tentariam? Sim, pois seriam necessárias ainda mais algumas décadas até que a natureza do debate ficasse clara. Prova disso é que o volumoso *A History of the Later Roman Empire, from Arcadius to Irene. 395 A. D. to 800 A. D.* (Uma História do Império Romano Tardio, de Arcádio a Irene. 395 d. C. a 800 d. C.), publicado em 1889 pelo irlandês J. B. Bury (1861 – 1927), pouco versava sobre questões econômicas. A obra pode ser caracterizada como aquilo que mais tarde os franceses da chamada *École des Annales* (Escola dos Annales) chamariam de *histoire événementielle* (história episódica), de caráter político-militar. O autor parecia estar mais a dialogar com Gibbon do que propriamente com os pensadores de seu tempo.

Se os historiadores tradicionais como Bury ignoravam a crescente influência do pensamento de Marx, entre os sociólogos esse não era o caso. Em 1904 e 1905, por exemplo, Max Weber (1864 – 1920) publicou *Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus* (A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo), que apresentava uma explicação alternativa ao materialismo histórico para as transformações econômicas na Idade Moderna.

Curiosamente, a interpretação de Weber sobre o fim do mundo antigo é aparentemente materialista. Tanto *Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats und Privatrecht* (A História Agrária Romana e o seu Significado para o Direito Público e Privado), de 1891, como *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* (As Causas Sociais do Declínio da Civilização Antiga), de 1896, como ainda *Agrarverhältnisse im Altertum* (Condições Agrárias na Antiguidade),⁸ de 1909, pouco manifestavam as características peculiares de sua Sociologia, basicamente ignorando qualquer exame de como os valores teriam moldado as condutas e não apresentando qualquer elaboração dos chamados “tipos ideais” que tornaram-no famoso. Seus posicionamentos, tão peculiares quanto ricos, serão expostos no capítulo 1.

Dada a crescente influência do marxismo ao longo do último quartel do século XIX e primeiro do século XX, se tornava cada vez mais claro que qualquer estudo que pretendesse tratar do período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média (e, conseqüentemente, do fim do poderio imperial romano na Europa ocidental) teria que abordar questões como as formas de trabalho no mundo antigo e a substituição da escravidão, considerada como típica do mundo greco-romano, pela medieval servidão de gleba.

Não tardou, assim, a aparecer um estudo não-marxista sobre a economia antiga. Trata-se de *An Economic History of Rome to the End of the Republic* (Uma História Econômica de Roma até o Fim da República), publicada em 1920 pelo estadunidense Tenney Frank (1876 – 1939). A obra versava sobre temas como o impacto da expansão

⁸ Tanto *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* quanto *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* estão contidos em: WEBER, Max. **The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations**. Translated by R. I. Frank. London: 1978.

romana sobre a agricultura itálica e o êxodo rural dos últimos séculos da república, decorrente da substituição da mão-de-obra rural livre pela escrava.

Poucos anos depois, em 1926, o russo radicado nos Estados Unidos Mikhail (também chamado “Michael”) Rostovtzeff (1870 – 1952) publicaria *The Social and Economic History of the Roman Empire* (A História Social e Econômica do Império Romano). Para Rostovtzeff, a oposição entre cidade e campo teria sido um dos elementos principais da crise do século III. A burocratização e a autocracia do período seguinte teriam sido, sobretudo, respostas estatais (inadequadas) à anarquia do século III. No devido tempo, evidentemente, o campo sairia vencedor e o Estado romano acabaria por se desintegrar no ocidente.

É preciso que levemos em conta, de todo modo, que Rostovtzeff, ao criticar o caráter coercitivo do dirigismo econômico dos imperadores tardios, fazia também uma crítica ao regime soviético, do qual fugira.

Em 1927, ano seguinte à publicação da obra clássica de Rostovtzeff, o francês Ferdinand Lot (1866 – 1952) publicava seu *La Fin du monde antique et le début du Moyen Age* (O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média). Para Lot, ainda no século II da era comum teria tido início um movimento de desmonetização progressiva da economia romana, de tal sorte que, quando Diocleciano implementou suas reformas, por volta do ano 300, o império já estaria funcionando à base de uma economia natural, que seria ainda mais acentuada pela fragmentação do Império ocidental.

Além da dicotomia entre economia monetária e natural, que não deixava, aliás, de apresentar certo paralelismo com a dicotomia cidade/campo de Marx e Rostovtzeff, Lot enxergava na relação entre o Alto e o Baixo Império o dualismo romanidade/barbarismo (este compreendido tanto como “rusticidade” como “não-romanidade”). A “barbarização” do império teria tido início ainda no século III e se acentuado ao longo do IV, de forma que “os verdadeiros senhores do Império após Teodósio I (morto em 395) teriam sido os '*magistri militum*', semibárbaros ou mesmo

completamente bárbaros”.⁹ Tal tese, evidentemente, não era de todo original, uma vez que mesmo Gibbon já havia apontado para a “barbarização” progressiva do exército. Lot havia sido mais preciso que o inglês, todavia, ao apontar o momento no qual o poderio imperial romano sobre a Europa ocidental teria se tornado pouco mais do que aparência.

Opondo-se diametralmente a Lot, não obstante, estava o belga Henri Pirenne (1862 – 1935). Em seu póstumo *Mahomet et Charlemagne* (Maomé e Carlos Magno), publicado em 1937, lê-se “no geral, germanização *en masse* ocorreu somente onde se manteve a língua germânica. A ‘România’ teria desaparecido somente nas conquistas mais recentes de *Roma*, junto às fortificações externas que defendiam o Mediterrâneo: as duas *Germaniae*, parte das *Belgicae*, *Raetia*, *Noricum* e *Pannonia*”.¹⁰ Para Pirenne, portanto, mesmo a fragmentação política do Império do Ocidente não teria alterado o caráter fundamentalmente “romano” da região. Tampouco a cristianização ou a proibição dos cultos politeístas foram percebidos pelo autor como elementos indicativos de qualquer mudança fundamental na sociedade, visto que, segundo ele, tanto o Estado romano quanto os reinos bárbaros que o sucederam teriam mantido um caráter basicamente secular. No que tange aos aspectos econômicos, Pirenne também se opunha à visão de Lot, defendendo a continuação de uma economia fundamentalmente monetária na qual teriam ocorrido trocas comerciais em larga-escala até o início do século VIII, quando a conquista de quase toda a península ibérica pelos muçulmanos e as condições de insegurança prevaletentes na costa da antiga província romana da *Gallia Narbonensis* teriam implicado no fechamento da metade ocidental do *mare Internum* (mar Mediterrâneo) aos comerciantes francos e lombardos. Uma visão das mais otimistas, certamente.

Uma das teses principais do britânico A. H. M. Jones (1904 – 1970) acerca do declínio do Império ocidental era de que muito poucos produtores sustentavam um número excessivo de bocas de ociosos. Seu massivo *The Later Roman Empire, 284–*

⁹ LOT (1961, p. 198): “*The real masters of the Empire after Theodosius were the ‘masters of the militia’, semi-barbarians or even complete barbarians*”.

¹⁰ PIRENNE (2001, 35-36): “*But on the whole, Germanization en masse had occurred only where the German language was retained. ‘Romania’ had disappeared only in the latest conquests of Rome, along the outer rampart which protected the Mediterranean: the two Germanies, part of the Belgians, Rhaetia, Noricum et Pannonia*”.

602: *A Social, Economic and Administrative Survey* (O Império Romano Tardio, 284 – 602: Um Esboço Social, Econômico e Administrativo) veio a lume em 1964. A obra, em função tanto de sua amplitude como da grande erudição do autor, se tornaria um dos grandes “manuais” sobre o Baixo Império, sendo relevante até os dias atuais.

Jones defendeu que a escassez crônica de recursos humanos no Baixo Império teria dificultado de tal forma a tarefa de defesa do território frente aos invasores estrangeiros que o resultado foi a desagregação da menos populosa parte ocidental. O oriente teria resistido porque, além de mais populoso e rico, apresentaria uma melhor distribuição das riquezas. A menos poderosa aristocracia fundiária oriental, assim, teria causado menos empecilhos à ação do Estado na coleta de tributos e no recrutamento militar.

O Império Romano de Jones não era, como o de Pirenne, movido pelo comércio. Além disso, a assim chamada “burguesia urbana” de Rostovtzeff não teria sido mais do que uma classe latifundiária rentista. No Baixo Império, os grandes terratenentes teriam conseguido com relativa facilidade encontrar maneiras de evadir o pagamento de impostos. A colossal carga tributária (que sustentava o exército, o numeroso serviço civil e a Igreja) teria incidido, assim, principalmente sobre as classes médias e o campesinato livre (afetado inclusive pela escassez recorrente de alimento), que acabariam por desaparecer. Mesmo a tal “burguesia urbana”, com o passar do tempo, abandonaria as cidades, encontrando refúgio em seus domínios quase autossuficientes e levando consigo artífices de todo tipo.

Para Jones, a ascensão da religião cristã, em si, não teria contribuído para a fragilização do império, mas a ascensão da Igreja, sim. Além de absorver parte significativa dos já escassos recursos materiais necessários à manutenção da estrutura administrativa e à defesa das fronteiras, a instituição ainda teria se apropriado das melhores mentes, as mais capazes de liderar o Estado naqueles tempos de crise.

Com o irlandês Peter Brown, a *Histoire des mentalités* chegou aos estudos sobre o mundo greco-romano. Ele publicou, em 1971, *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad* (O Mundo da Antiguidade Tardia. De Marco Aurélio a

Maomé), o primeiro e talvez mais importante estudo sistemático dos desenvolvimentos culturais peculiares da Antiguidade Tardia. A obra, além disso, foi o veículo pelo qual o conceito de “Antiguidade Tardia” alcançou aceitação generalizada. Antes dela, o termo estava praticamente restrito aos historiadores de arte alemães.

Para Brown, os alegados “declínio e queda” teriam se dado unicamente no que concerne à estrutura política das províncias ocidentais do Império, porquanto, culturalmente, a passagem da era dos Antoninos (138 – 180), que para Gibbon teria representado o auge do mundo greco-romano, para a de Constantino (306 – 324), já na Antiguidade Tardia, teria sido marcada por transformações paulatinas. A mais óbvia característica da sociedade tardoantiga que se seguiu teria sido a enorme distância separando ricos e pobres. A aristocracia ocidental de meados do século IV, por exemplo, teria sido em média cinco vezes mais rica do que seu equivalente do século I. Mesmo no aspecto socioeconômico, contudo, não teria ocorrido qualquer ruptura drástica, visto que, por volta do ano 200, tanto a acumulação de riqueza em mãos cada vez menos numerosas como o empobrecimento dos *curiales* (decuriões) já estariam em estágio bastante avançado. Ademais, a despeito de a cidade ter sido o centro da vida social na era clássica, a maioria absoluta da riqueza sempre havia tido base agrícola e maior parte da população sempre vivera da agricultura de subsistência.

A queda do Império ocidental que resultaria na fragmentação política do período posterior teria, para o autor, uma explicação fundamental: a indiferença dos dois grupos principais, a aristocracia fundiária e a Igreja, em relação aos destinos do exército que os defendia. Para Brown, a ameaça bárbara era limitada e poderia ter sido enfrentada se tivesse existido convergência interna. A aristocracia fundiária teria sabotado o recrutamento por razões econômicas, enquanto o motivo por trás da falta de patriotismo cristão teria sido uma arraigada porém pouco admitida crença de que *Roma* simbolizava, de fato, o “paganismo”.

Os vitoriosos povos invasores teriam formado grupos isolados dentro do Império em fragmentação e em torno deles teria se estruturado uma cultura cortesã de base romana. A política desses romanos, contudo, teria sido exercida em um nível basicamente local, o que contribuiria ainda mais para a fragmentação.

De fato, enquanto a História das Mentalidades e a Nova História Cultural, sua sucessora, reinaram incontestes, o paradigma que afirmava que a relação entre os mundos romano e medieval era sobretudo de continuidade foi predominante. É muito mais fácil, afinal, enxergar continuidade quando se está a analisar a “cultura” do que quando as instituições políticas estão em foco. Um dos motivos de valorização da civilização greco-romana no ocidente é o reconhecimento de que nossa cultura é herdeira daquela de gregos e romanos, à qual até chamamos de “clássica”. Isso implica que encontramos continuidade entre nosso presente a era de Péricles em Atenas, há mais de 2.400 anos. Se isso é possível, por que não o seria encontrar continuidade entre, digamos, o reino dos merovíngios e o Império Romano à época de Constantino I? Ou mesmo entre o reino dos visigodos em *Toletum* e o Império Romano sob Teodósio I? Na esfera da cultura será sempre possível encontrá-las. É inclusive possível e não necessariamente absurdo que se construa versões mais sofisticadas de argumentos do tipo “entre os romanos se falava e se escrevia em latim, assim como entre os merovíngios; logo estes representam uma continuidade daqueles”. Sim, é claro que representam. Essa constatação deveria, contudo, nos conduzir à perguntas do tipo “em que medida esses elementos que permaneceram estão relacionados com qualquer aspecto fundamental da existência de uns e de outros?” Ou, melhor dizendo, “romanos e merovíngios viviam do mesmo modo?” Sim, em alguns aspectos; não, em outros. O principal problema do paradigma continuísta é não conduzir a essas perguntas. Operando a partir dele, o historiador tende a dar-se por satisfeito ao encontrar certas semelhanças entre o que veio antes e o que veio depois.

Continuemos, todavia, a revisão bibliográfica. *The Fall of Rome and the End of Civilization* (A Queda de Roma e o Fim da Civilização), publicado por Bryan Ward-Perkins em 2005, se focava principalmente no declínio material do Império Romano a partir de meados do século IV. Pretendendo romper com os paradigmas então correntes na historiografia sobre o fim do mundo antigo, o autor fez um incisivo ataque à escola continuísta, tornada famosa por Peter Brown.

Para Ward-Perkins, a influência de Brown e a conseqüente ascensão do conceito de “Antiguidade Tardia” implicaram em mudanças profundas: “palavras como ‘declínio’

e ‘crise’, que sugerem problemas no fim do império e que eram bastante usuais até os anos 1970 basicamente desapareceram dos vocabulários dos historiadores, para serem substituídos por termos neutros como ‘transição’, ‘mudança’ e ‘transformação’”¹¹. Mesmo a natureza violenta das chamadas invasões bárbaras, um ponto de concórdia antigo, teria passado por revisão e essas tenderiam a ser vistas atualmente como assentamentos basicamente pacíficos.

Haveria um elemento ideológico operando também por trás de tal mudança, pois enquanto a Alemanha era vista como ameaça por ingleses, franceses e estadunidenses, os germânicos eram apresentados como “vilões”. Em tempos recentes, todavia, quando os rancores de outros tempos se reduziram e a União Europeia passou a tentar forjar o espírito de cooperação entre as várias nações, a transição do mundo antigo para o medieval passou a ser vista como pacífica.

O termo “civilização” empregado no título é, para Ward-Perkins, simplesmente um sinônimo de “sociedade complexa e aquilo por ela produzido”. Nesse sentido estrito, que exclui qualquer julgamento moral, seria possível falar em “fim” ou “decadência” da civilização antiga.

Um exemplo de tal decadência poderia ser visto na agricultura, porquanto o mundo pós-romano teria sido basicamente caracterizado pelo cultivo de subsistência, que teria vindo em substituição a um complexo sistema de comércio de alimentos, produzidos de forma especializada pelas diferentes regiões. A redução da atividade comercial, em virtude do clima geral de insegurança, teria significado o fim da especialização regional e o conseqüente decréscimo dos níveis gerais de produtividade. Teria se seguido, então, um quadro de escassez de alimentos, de redução populacional e de abandono de muitos sítios antes ocupados.

Ward-Perkins parece estar correto nesse ponto. Enquanto nada do que Peter Brown afirma seja por si mesmo absurdo, o quadro geral que ele acaba por elaborar é excessivamente positivo.

¹¹ WARD-PERKINS (2005), p. 4: “Words like ‘decline’ and ‘crisis’, which suggest problems at the end of the empire and which were quite usual into the 1970s, have largely disappeared from historians’ vocabularies, to be replaced by neutral terms, like ‘transition’, ‘change’, and ‘transformation’”.

O ano 400 trouxe, de fato, sérias crises institucionais ao ocidente. Essas, associadas à presença de exércitos “bárbaros” nos territórios romanos resultaram em fragmentação política e recessão econômica.

É possível, até mesmo, encontrar evidências de ruralização na maior parte das regiões do ocidente para o período que se inicia por volta do ano 350. Nas *Galliae*, inclusive, uma redução significativa nas áreas urbanas ocorreu, em geral, um século antes disso.

A existência de cidades é condição indispensável tanto para a diferenciação social como para a integração econômica entre as várias regiões. Se elas são moribundas, mesmo os aspectos mais “elevados” da cultura sofrem. Por que aprender a ler e a escrever quando se sabe que a vida inteira será passada com uma enxada na mão? O século V, mesmo estando mais próximo de nós do que o IV, nos legou uma quantidade muitíssimo menor de textos escritos, especialmente no ocidente. Quando temos isso em mente fica muito mais difícil apoiarmos o paradigma continuísta.

No presente trabalho, o que fizemos, de fato, foi identificar um aspecto fundamental no qual o Baixo Império diferia do Alto – o tipo de mão-de-obra empregado no campo – e analisar as implicações sociais de tal mudança.

Capítulo 1 – As transformações nas estruturas sociais e econômicas do ocidente romano entre os séculos I e V

Nesse capítulo trataremos das transformações de média e longa duração que sofreram as estruturas sociais e econômicas do ocidente romano, sobretudo nas *Galliae* (região onde os tervíngios foram assentados e na qual estabeleceram sua primeira capital) e, em menor grau, na *Hispania*, região que acabaram por incorporar.

Diferentemente dos outros povos “bárbaros”, cujos reinos foram, em grande medida, frutos do mero desmembramento do Império Romano do Ocidente, os visigodos conseguiram construir para si um Estado estável dentro de outro em funcionamento; sem, todavia, tornarem-se inimigos do governo de *Ravenna*. Isso sugere que o reino visigótico teria emergido, principalmente, dos fatos sociais. Em outras palavras, o surgimento do reino estaria vinculado à incapacidade do governo central de manter o domínio sobre a região em questão; fosse devido à falta de recursos ou à oposição da população local.

Trata-se de um enredo eminentemente rural, cujos atores principais são latifundiários, camponeses, cobradores de impostos, recrutadores do exército e imigrantes não-romanos. As justificativas para isso são tanto a demografia - estima-se que nove em cada dez galo-romanos do período vivesse nas áreas rurais¹² (proporção condizente com o resto do império)¹³ - como as transformações estruturais sofridas pela civilização greco-romana durante a Antiguidade Tardia, na qual, segundo Renan Frighetto,

o mundo rural e os grupos sociais a ele adscritos passaram a assumir um lugar de destaque frente à considerável diminuição das referências relativas ao mundo urbano. Este crescimento da importância do mundo rural aparece como elemento diferenciador e definidor da antiguidade tardia, onde a propriedade rural surge como centro das novas relações de poder que,

¹² MACMULLEN (1988, p. 22): “*Nine out of ten people, however, lived on the land in villages or villas*”.

¹³ BROWN (2006, p. 12): “[...] *the history of the Roman empire is the history of the ways in which 10 per cent of the population, who lived in towns and have left their mark on the course of European civilization, fed themselves*”.

paulatinamente, deixam os núcleos urbanos e concentram-se, cada vez mais, no mundo rural.¹⁴

1.1 – A progressiva escassez de escravos nas *Galliae* entre os séculos I e III

Em 1909, Max Weber publicou o último de seus trabalhos dedicados exclusivamente à civilização greco-romana, intitulado *Agrarverhältnisse im Altertum* (Condições Agrárias na Antiguidade). Este, juntamente com *Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats und Privatrecht* (A História Agrária Romana e o seu Significado para o Direito Público e Privado), de 1891, e *Die Sozialen Gründe des Untergangs der Antiken Kultur* (As Causas Sociais do Declínio da Civilização Antiga), de 1896, constituem sua tese sobre os aspectos socioeconômicos da transição do mundo greco-romano para o da Europa medieval ocidental.¹⁵

Para compreendermos a tese de Weber, é preciso que antes estabeleçamos alguns pontos gerais a respeito de seu entendimento sobre como teria ocorrido o desenvolvimento da economia romana. Para ele, a conquista de novos territórios e a conversão do antigo *ager compascus* (terra comunal usada para pastagem), durante os séculos III e II antes da era comum (doravante, a. e. c.), teriam resultado em um grande aumento de extensão do *ager publicus* (terra estatal geralmente destinada ao arrendamento por particulares). A expansão militar teria também ampliado grandemente a oferta de cativos de guerra, resultando em uma redução de seu preço no mercado de escravos. Teria se tornado, assim, economicamente vantajoso explorar em larga escala da mão-de-obra escrava, especialmente na agricultura, que então poderia ser feita em *agri publici* por toda a *Italia*. Mineração, navegação e manufatura também teriam se desenvolvido, dando origem a uma espécie de “capitalismo antigo”, no qual a propriedade seria não somente objeto de troca como também utilizada por indivíduos com vistas à obtenção de lucros, em uma economia de mercado.

¹⁴ FRIGHETTO (2002, p. 63).

¹⁵ Análises detalhadas da posição de Weber a respeito da economia antiga podem ser encontradas em LOVE (1986), HONIGSHEIM (1949) e WIENER (1982).

As cidades seriam o local de residência das elites, que viveriam do comércio marítimo e do aluguel da terra. Esta, por sinal, poderia tanto ser locada por *coloni*, os antigos pequenos agricultores independentes, como cultivada por *servi* (escravos). Em virtude de a mão-de-obra escrava poder ser obtida a baixo custo durante esse período de expansão imperialista, não teria existido qualquer preocupação com sua reprodução sistemática e, nas grandes fazendas, homens e mulheres viveriam em barracões separados, quiçá de forma semelhante à vida de caserna. O plantel de escravos seria, em tal contexto, mantido principalmente através de novas aquisições.

O comércio, embora lucrativo, teria um caráter especialmente local ou, no máximo, regional, centrado nas cidades. A troca de longa distância, à parte do tráfico de escravos, teria sido relativamente insignificante e restrita a bens de luxo. Quanto ao interior “bárbaro”, este teria continuado a praticar a economia natural, ou seja, o volume de trocas monetárias nele efetuadas seria pequeno ou insignificante.

Com o fim da expansão territorial, no século II da era comum (doravante, e. c.), a oferta de escravos teria diminuído, reduzindo o nível geral de atividade econômica e mercantil, o que teria resultado no abandono gradativo das cidades (estimulado ainda mais pela elevação da carga tributária). O proprietário ausente de outrora ia se transformando, assim, em um potentado rural.

Nas fazendas, diante do custo progressivamente mais elevado da mão-de-obra e da baixa taxa de reprodução nos plantéis, os senhores teriam passado a conceder a seus escravos a possibilidade de vida familiar associada a um pedaço de terra para o cultivo, de modo que, quando chegou a era carolíngia, no século VIII, tanto esses *servi quasi coloni* quanto os *coloni* (cuja condição socioeconômica teria se degradado progressivamente) já teriam se tornado servos de gleba. A noção de continuidade das grandes propriedades autárquicas do Império Romano tardio, aliás, é uma das grandes contribuições de Weber para o entendimento de como deu-se a transição entre o mundo greco-romano e o medieval.

O que tivemos até aqui foi uma análise basicamente materialista, que poderia perfeitamente ser obra de um pensador marxiano. O grande diferencial da abordagem de

Weber é que, para ele, a busca da riqueza na Antiguidade greco-romana não teria por objetivo, *strictu sensu*, o acúmulo de capital, mas a elevação do status social. Embora os historiadores recentes tenham, com certa razão até, tendido a abandonar a pretensão de propor teses de caráter tão geral, a visão de Weber sobre a transição do mundo antigo ao medieval ainda faz sentido, especialmente se a restringirmos para o contexto das *Galliae*.

Em 1972, Alain Daubigney e François Favory apresentaram em um colóquio ocorrido na Universidade de Besançon um trabalho intitulado *L'esclavage en Narbonnaise et Lyonnaise d'après les sources épigraphiques* (A escravidão na Narbonense e Lionense a partir das fontes epigráficas). No estudo em questão, chama atenção, em primeiro lugar, que as mais altas proporções nas inscrições relativas tanto a escravos como libertos em relação ao número total ocorreram em períodos diferentes nas duas províncias estudadas; século I na *Gallia Narbonensis* e II na *Lugdunensis*.¹⁶ Isso revela um “deslocamento” do regime escravista do sul para o norte, o que, cremos, poderia ser um efeito colateral da chamada *pax romana* (27 a. e. c. – 180 e. c.), especialmente se tivermos em conta a opinião do jurista Florentino, em atividade provavelmente na segunda metade do século II, que associa escravidão e guerra. Seu comentário chegou até nós por fazer parte da *Digesta* ou *Pandectae*, a porção do *Codex Iustinianus* (Código Justiniano, também conhecido desde a Renascença como *Corpus Iuris Civilis*) que consiste em uma compilação da obra dos vários juristas antigos:

Escravidão é uma provisão do direito dos povos, pela qual alguém domina o estrangeiro, em oposição à natureza. Os escravos (*servi*) são assim chamados porque os comandantes costumam vender seus prisioneiros e, por isso, salvá-los (*servare*) e não matá-los. São de fato ditos “mancípios” (*mancipia*), porque seriam agarrados à mão (*manu capere*) por seus inimigos.

(Florentino, Institutos, 9: Código Justiniano, 1.5.4)¹⁷

¹⁶ DAUBIGNEY, FAVORY (1974, p. 319): “*La moitié Sud-Est de la Narbonnaise et le Languedoc auraient donc connu un intense mouvement de population servile et d'affranchissement au Ier s. Ce n'est qu'au IIe s. que Nîmes et les territoires au-delà d'Orange auraient connu une semblable évolution, quoique plus limitée dans son ampleur. Évolution d'ailleurs confirmée par les tendances qui se font jour en Lyonnaise, et notamment à Lyon où la proportion son maximum (plus de 43%) fin IIe-début IIIe s.*”.

¹⁷ Florentinus, *Institutiones*, 9: *Codex Iustinianus*, 1.5.4: “*Servitus est constitutio iuris gentium, qua quis dominio alieno contra naturam subicitur. Servi ex eo appellati sunt, quod imperatores captivos vendere ac per hoc servare nec occidere solent. Mancipia vero dicta, quod ab hostibus manu capiuntur*”.

O comentário de Florentino ecoa o de Dio Crisóstomo, ativo por volta do ano 100 da era comum. Conforme o orador, filósofo e historiador, não somente o método original para a aquisição de escravos havia sido a guerra como poucos entre os escravos então vivos teriam nascido em cativeiro (*Diōn Chrysostomos, Logoi*, 15.25).

Assim, é provável que, durante o longo período de paz, a produção sob regime escravista talvez tenha se tornado relativamente menos viável na *Narbonensis*, mais pacificada e central, do que na *Lugdunensis*, mais fronteira. O comentário de Florentino torna-se ainda mais interessante quando levamos em consideração o contexto no qual foi emitido, pois durante o principado de Antonino Pio, ocorrido entre 138 e 161, foram estabelecidas normas (relativamente) rigorosas quanto ao tratamento dos escravos por seus senhores. O jurista Gaio comentou-as assim:

No presente momento, contudo, não é permitido nem aos cidadãos romanos, e tampouco a quaisquer outros homens que estejam sob o império do povo romano, o emprego excessivo ou injustificado de severidade contra seus escravos, pois, por uma constituição do Mais Sagrado Imperador Antonino, todos aqueles que matarem seus escravos, sem bom motivo, não são menos puníveis do que aquele que mata o escravo de outro. Além disso, a excessiva rudeza dos senhores é restringida por outra constituição do mesmo Imperador, uma vez que ele, tendo consultado certos governantes de província em relação aos escravos que fogem para refugiar-se nos templos dos deuses ou nas estátuas imperiais, ordenou que, se a crueldade dos senhores parecer inaceitável, estes deveriam ser convencidos a vender seus escravos. Em ambos os casos o Imperador agiu com justiça, porquanto não devemos fazer mal uso de nossos direitos. De acordo com tal princípio, é proibido o desperdício na administração dos próprios bens.

(Gaio, Institutos em Quatro Comentários, 1.53)¹⁸

O excerto acima revela a existência de uma aparente preocupação com o bem-estar do escravo, algo impensável, por exemplo, para Catão o velho, que pouco mais de três séculos antes, defendera que “quando os escravos estiverem doentes, não é conveniente dar-lhes tanta razão” (Márcio Pórcio Catão, Sobre o Cultivo das Campos,

¹⁸ *Gaius, Institutionum Commentarii Quattuor*, 1.53: “*Sed hoc tempore neque civibus Romanis nec ullis aliis hominibus, qui sub imperio populi Romani sunt, licet supra modum et sine causa in servos suos saevire: Nam ex constitutione sacratissimi imperatoris Antonini, qui sine causa servum suum occiderit, non minus teneri iubetur, quam qui alienum servum occiderit. Sed et maior quoque asperitas dominorum per eiusdem principis constitutionem coeretur: Nam consultus a quibusdam praesidibus provinciarum de his servis, qui ad fana deorum vel ad statuas principum confugiunt, praecepit, ut si intolerabilis videatur dominorum saevitia, cogantur servos suos vendere. Et utrumque recte fit: Male enim nostro iure uti non debemus; qua ratione et prodigis interdicitur bonorum suorum administratio*”.

2.4).¹⁹ Chama atenção, também, a noção de Gaio de que não apenas o assassinio de escravos como também o tratamento excessivamente rude para com estes – o que talvez pudesse resultar em fugas – consistiria em um desperdício. Seria isso uma evidência de escassez de escravos durante o período em que o jurista esteve ativo, o terceiro quartel do século II? Possivelmente.

Retomando o estudo de Daubigney e Favory, à parte das diferenças entre *Narbonensis* e *Lugdunensis*, este retratou também uma tendência geral de diminuição ao longo do tempo na proporção das inscrições relativas a escravos e libertos em relação ao número total, revelando dessarte uma redução progressiva na presença de mão-de-obra escrava e sugerindo, até mesmo, um quase desaparecimento do regime escravista nas regiões analisadas. A presença de escravos e libertos na população teria, todavia, diminuído mais drasticamente nas áreas urbanas. Os índices decaem, no caso do conjunto das cidades, do século I para o II e deste para o III, enquanto os dois primeiros séculos da era comum apresentam uma estabilidade notável nos campos, com uma acentuada queda ocorrendo somente no século III.²⁰ O estudo sugere, ademais, a existência de uma relação entre prosperidade urbana e presença de mão-de-obra escrava. Um caso exemplar seria o de *Lugdunum* (Lyon), cujo auge, que teria ocorrido no início do século III, decorreria justamente do aumento da presença relativa de escravos e libertos em sua população ao longo do século anterior.²¹ Nas palavras dos autores:

O desenvolvimento da escravidão é concomitante à evolução da economia: sua ampliação é fator expansivo, seu desaparecimento é fator recessivo. O desenvolvimento do escravismo é uma pré-condição para a prosperidade do meio urbano e de sua burguesia.²²

¹⁹ *Marcus Porcius Cato, De Agri Cultura*, 2.4: “cum servi aegrotarint, cibaria tant dari non oportuisse”.

²⁰ Mais precisamente, a proporção do total de inscrições feitas por escravos e libertos nas cidades da *Narbonensis* teria sido de 50,1% no século I, 27,5% no II e 1,4% no III. A zona rural da *Narbonensis* teria apresentado para os mesmos períodos 33,7%, 34,9% e 0%, enquanto na cidade de *Lugdunum* os índices seriam 34,4%; 43,2% e 11,6%. DAUBIGNEY, FAVORY (1974, p. 325)

²¹ DAUBIGNEY, FAVORY (1974, pp. 326-327): “[...] les plus grandes densités d’esclaves s’affirmaient précisément au 1er s. dans le Midi Méditerranéen et, en second lieu, que l’esclavage avait gagné, par la vallée du Rhône surtout, les zones situées plus au Nord par finalement s’imposer à Lyon, fin IIe s. début IIIe s., époque de la plus belle prospérité de la ville”.

²² DAUBIGNEY, FAVORY (1974, p. 365): “Le développement de l’esclavage est concomitant de l’évolution économique: son extension est facteur d’expansion, sa disparition facteur de récession. Le développement de l’esclavage est une précondition de la prospérité du milieu urbain et de sa bourgeoisie.”

As transformações sugeridas pelo estudo de Daubigney e Favory, ademais, são condizentes com os testemunhos deixados pelos *scriptores rei rusticae*, os terratenentes romanos cujos tratados sobre a agricultura chegaram até nós. Eles são em número total de quatro, mas trataremos apenas dos três mais antigos imediatamente.

O primeiro dos *scriptores* foi o supracitado Catão o velho que, por volta de 160 a. e. c., escreveu *De Agri Cultura* (Sobre a Cultura dos Campos). O livro, produzido durante o ápice do ímpeto expansionista romano, é um guia para a administração de *villae* escravistas que praticamente não empregam *coloni*, os agricultores arrendatários. As tais *villae* haviam, ao longo dos séculos II e I a. e. c., se disseminado pela *Italia* (especialmente pelas regiões costeiras), tornando-se o modelo de exploração agrícola utilizado pelas elites romanas. Eram propriedades relativamente compactas, nas quais os escravos eram empregados de forma intensiva na produção de vinho, azeite e outros produtos vendáveis nos mercados.²³

Por volta do ano 35 a. e. c., Marco Terêncio Varrão escreveu *Rerum Rusticarum* (Das Coisas do Campo). Seu erudito manual, escrito já em idade avançada e destinado à sua esposa Fundânia, trata da administração de propriedades que utilizam primordialmente escravos, apesar de já contarem com *coloni*. Ainda assim, as dificuldades resultantes do aumento das atividades durante as épocas de colheita teriam sido sobretudo resolvidas através da contratação de *mercenarii*, trabalhadores livres assalariados (*Marcus Terentius Varro, Rerum Rusticaram, 1.7.2*). A menção a agricultores livres e pobres, fossem *coloni* ou *mercenarii*, não surpreende, pois o século que separa Catão e Varrão foi marcado pela concentração da propriedade fundiária na *Italia*.

Para nossa discussão, todavia, é importante ressaltar que, mesmo antes da anexação das terras gaulesas ao império por Júlio César, durante os anos 50 a. e. c., o colonato já estaria se estabelecendo em terras italianas como uma forma de exploração da terra que complementava, ainda que não substituísse, a escravidão.

²³ KEROE (2006, pp. 300-301): “*These estates were compact in size, comprising at most several hundred hectares. The wealthiest landowners might possess numerous compact estates, often located in diverse regions within Italy. [...] The landowner’s profit from this type of estate depended on concentrating the efforts of the slave staff on the cultivation of cash crops, especially wine and olive oil*”.

Quanto às *Galliae*, suas elites contavam, até então, com camponeses dependentes cujo status preciso é desconhecido, mas que eram chamados (não de forma intercambiável) *vassi*, *ambacti* ou ainda *magi*. É razoável supor, apesar de nossa ignorância, que o colonato galo-romano teve por base esses grupos dependentes, cuja condição foi reinterpretada a partir das instituições romanas.²⁴ A conquista das *Galliae* pelos romanos implicou, afinal, na exportação da civilização greco-romana para a região. A legislação, o censo, os impostos, o recrutamento militar, o modelo educacional romano e a expansão da economia monetária foram elementos proeminentes da penetração do poder imperial, que deu-se sobretudo através da cooptação das elites locais.²⁵ Nas palavras de Fustel de Coulanges,

A transformação começ[ou] pelas grandes famílias, pelos homens mais considerados em suas próprias cidades, pelos mais ricos e os mais corajosos.²⁶

O início do período imperial testemunhou, ademais, a criação de inúmeras *villae* em locais onde antes existiam pequenas aldeias celtas,²⁷ especialmente no sul.

Retornando aos *scriptores*, o tratado de Lúcio Júnio Moderado Columela, intitulado *De Res Rustica* (Sobre as Coisas do Campo), teria sido escrito por volta do ano 60 e. c., ou cerca de cento e trinta anos após o de Varrão. É na obra de Columela que encontramos pela primeira vez o reconhecimento explícito da importância do colonato para o bom funcionamento de uma grande propriedade:

²⁴ DAUBIGNEY (1979, pp. 175-176): “*Le trait remarquable de l'évolution des rapports de dépendance en Gaule avant la conquête romaine est bien la mutation au second Age du Fer en formes de dépendance préesclavagistes.[...] Les magu- ont put être intégrés au réseau de la dépendance servile gallo-romaine*”.

²⁵ WOOLF (1998, pp. 239-240): “*The census, the levy, new taxes, new constitutions, the spread of a cash economy, of Roman education, of citizenship and of law, and the pax Romana itself were just the most prominent features of this penetration of Gallic societies by Roman power. [...] Roman imperialism and the attitudes that accompanied it provided the opportunity for some groups in Gallic society - notably the emergent aristocracies of the new Gallo-Roman communities, but also auxiliary soldiers, the neighbours of veteran colonists and others in close contact with Romans - to make strategic use of Roman culture to acquire privileged place for themselves in the new order of things. [...] By stages now difficult to measure, the styles and goods that had once symbolized Roman and not Gaulish, civilized and not barbarian came to mean rich not poor, and educated not boorish. But by the late first century, an elite who regarded themselves as both Gallic and Roman were advertising their social status with a culture of exclusion that was thoroughly Roman in form*”.

²⁶ DE COULANGES, JULLIAN (1922, p. 91): “*La transformation commença par les plus grandes familles, par les hommes les plus considérés dans leurs proprés cités, par les plus riches ou les plus braves*”.

²⁷ KEROE (2006, p. 303): “*Early imperial Gaul saw a distinct transformation in the countryside, as numerous dispersed villas gradually supplanted nucleated hilltop settlements*”.

Devemos buscar manter conosco colonos diligentes e nascidos no campo (*rustici*) quando não nos é permitido ou possível cultivar as terras nós mesmos ou com nossos [escravos] domésticos (*domestici*); apesar de que isso não acontece exceto nas áreas devastadas por um clima doentio e solo estéril. Quando aquele for mediocrementemente saudável e as terras mediocrementemente boas, contudo, a supervisão própria do campo dá mais retornos do que a de colonos;

(Columela, Sobre as Coisas do Campo, 1.7.4-5)²⁸

O tratado sugere, ainda assim, que a presença dos *coloni*, a despeito de ter se tornado mais importante do que nos tempos de Varrão, ainda não era preponderante à época de Columela.

Quiçá mereça mais destaque, todavia, a afirmação categórica de Columela quanto à maior rentabilidade do emprego da mão-de-obra escrava quando comparada com aquela proporcionada pelo colonato. Isso indica que a substituição generalizada de um sistema pelo outro só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva estrutural. Em outras palavras, a explicação reside necessariamente em uma combinação entre a escassez crônica de escravos e a grande disponibilidade de agricultores livres e pobres.

Tal escassez, sem dúvida, já começava a fazer-se presente na segunda metade do século I e. c., visto que Columela preconizou que fossem premiadas com folga e liberdade as escravas que tiverem gerado e educado um determinado número de filhos:

As mulheres fecundas, as quais tiverem certo número de crias, devem ser premiadas com ócio e, às vezes, tornadas livres, quando muitos filhos tiverem criado. Àquela que tiver três filhos, a folga. Àquela com mais do que isso, também a concessão da liberdade.

(Columela, Sobre as Coisas do Campo, 1.8.19)²⁹

Um conselho desse tipo faz sentido somente se o custo para a aquisição de um escravo no mercado for maior do que o valor despendido com a criação de um *verna*,

²⁸ Columella, *De Res Rustica*, 1.7.4-5: “Propter quod operam dandam esse, ut et rusticos et eosdem assiduos colonos retineamus, cum aut nobismet ipsis non licuerit, aut per domesticos colere non expedierit; quod tamen non evenit, nisi in his regionibus, quae gravitate caeli solique sterilitate vastantur. Ceterum cum mediocris adest et salubritas et terrae bonitas, numquam non ex agro plus sua cuique cura reddidit quam coloni;”.

²⁹ Columella, *De Res Rustica*, 1.8.19: “Feminis quoque fecundioribus, quarum in sobole certus numerus honorari debet, otium nonnumquam et libertatem dedimus, cum plures natos educassent. Nam cui tres erant filii, vacatio, cui plures libertas quoque contingebat”.

um escravo nascido no próprio plantel. A reprodução interna, todavia, não deveria ser suficiente para manter os números totais, porquanto mesmo as populações livres tinham dificuldade para fazê-lo.³⁰

Quando comparamos Columela, que tentava evitar a compra de escravos através da reprodução interna do plantel, com Catão o velho, para quem os escravos doentes deveriam ser mal alimentados, podemos perceber uma mudança de atitude. Para Columela, que escreveu depois de quase um século de *pax romana*, a atitude racional por parte do proprietário consistiria em reduzir os investimentos em força-de-trabalho, evitando empregar escravos em zonas insalubres e produzindo novos escravos internamente. Para Catão o velho, durante o ápice do ímpeto expansionista romano, a vida dos escravos pouco valia. Essa diferença sugere uma menor oferta no mercado de escravos em relação à demanda nos tempos de Columela, o que certamente resultava em preços relativos mais altos e tornava antieconômico sobreexplorar os escravos.

A referência de Columela à manumissão de escravos nos permite, ademais, introduzir a questão da natureza da noção de liberdade. Entre os romanos, diferentemente do que ocorrera entre os gregos, esta não parecia incluir de forma alguma a mobilidade espacial. A explicação para isso jaz na posição da família na sociedade romana: esposa, filhos, clientes e escravos estavam sob a autoridade do *paterfamilias*. Quando um escravo era libertado, deixava de estar sob a *dominica potestas*, o poder senhorial, mas continuava fazendo parte da família de seu antigo *dominus* (senhor), na condição de *cliens* (cliente).

A clientela era a relação de parceria desigual existente entre um *patronus* (patrono) e um *cliens*. Ao primeiro, mais poderoso, competia proteger, aconselhar e representar seu cliente. Ao segundo, por outro lado, caberia obediência e respeito ao patrono. Tal relação era particularmente desigual caso o *cliens* fosse um camponês. Em caso da manumissão de um escravo, o antigo amo ou senhor passava a ser *patronus* do *libertus* (liberto). Era obrigação tradicional do cliente, contudo, visitar seu patrono para saudá-lo regularmente, de modo que tal fato limitava a mobilidade física não apenas dos

³⁰ HARRIS (1980, p. 121): “An additional reason for suspecting that the slave population was not very fertile is that in antiquity even free populations sometimes had difficulty in maintaining their numbers”.

liberti (libertos) como dos clientes em geral. Dessa forma, tanto escravos quanto libertos e clientes tinham sua liberdade de movimento restringida e, conseqüentemente, a diferença entre liberdade e escravidão não poderia nisso basear-se. A liberdade seria, assim, sobretudo um status jurídico que permitia àquele que o possuísse a aquisição e a disposição, sem impedimentos, de um patrimônio pessoal.

Voltemos, agora, às questões econômicas. A partir de fins do século I e. c., o sistema de *villae*, que havia orientado a exploração agrícola na *Italia* desde pelo menos o tempo de Catão o velho, transformou-se rapidamente. Em lugar das relativamente compactas *villae*, administradas de forma centralizada, surgiram propriedades maiores, os *latifundia*.³¹ Esses eram formados por vários *fundi* (lotes), muitas vezes descontínuos, sendo que cada um operaria como uma unidade independente ou semi-independente. O termo “*villa*” a partir de então normalmente designaria não mais toda a propriedade, mas somente os edifícios principais do *latifundium*, cuja utilização continuaria sendo prerrogativa do proprietário.

A combinação da elevação progressiva do custo da mão-de-obra escrava e do aumento do tamanho médio das propriedades teria feito com que, paulatinamente, fosse adotada pelos grandes proprietários de terras uma política de destinação de lotes a seus escravos. Estes *servi quasi coloni* (escravos quase colonos) ficariam incumbidos de cultivar seus lotes de forma semiautônoma, fornecendo aos seus senhores uma fração da produção anual. A mais antiga referência legal que nos chegou dessa nova situação é um comentário do jurista Domítio Ulpiano, em atividade no primeiro quartel do século III, citado na *Digesta*:

Surgiu a questão de se um escravo que fosse como um colono no campo é considerado (para fins testamentais) um instrumento [da fazenda]. Labeo e Pégaso corretamente afirmaram que não, porque ele não fazia parte dos instrumentos anteriormente, mesmo se estivesse acostumado a comandar os outros empregados.

(Ulpiano, Para Sabino, 20; Código Justiniano, Digesto, 33.7.12)³²

³¹ KEROE (2006, p. 302): “*In the late first and second centuries, the villa system underwent a substantial transformation, with the compact villas in many locations giving way to larger estates cultivated less intensively*”.

³² *Ulpianus, Ad Sabinum, 20; Codex Iustinianus, Digestae, 33.7.12: “Quaeritur, an servus, qui quasi colonus in agro erat, instrumento legato contineatur. et labeo et pegasus recte negaverunt, quia non pro instrumento in fundo fuerat, etiamsi solitus fuerat et familiae imperare”*.

O emprego de escravos como se fossem colonos consistia em uma enorme mudança em relação à organização tradicional da grande propriedade agrícola, uma vez que, anteriormente, os escravos ficavam sob a supervisão constante de um *praefectus* (feitor), quase não possuindo autonomia. Muitos, inclusive, trabalhavam acorrentados em edifícios conhecidos como *ergastula*, que podiam servir tanto como oficina quanto alojamento. Para o grande terratenente, por outro lado, a nova maneira de explorar seus domínios proporcionava um aumento nos rendimentos, pois ia se tornando cada vez mais oneroso manter um número de escravos suficiente para o cultivo mais intensivo de outrora. Alguns dos senhores, inclusive, simplesmente não poderiam, mesmo se insistissem, manter o mesmo nível de exploração de suas terras. Além disso, com o aumento relativo do custo de aquisição da mão-de-obra escrava, a margem de lucro no cultivo intensivo, especialmente de cereais, provavelmente baixava cada vez mais, tornando-o antieconômico. A nova situação dos escravos, contudo, aproximava-os dos *coloni*, trabalhadores livres.

O excerto do comentário de Ulpiano enseja, ademais, outro importante questionamento: se a atitude para com os escravos já estava a transformar-se na época do tratado de Columela, 60 e. c., por que a primeira referência legal aos *servi quasi coloni* data somente de cerca de um século e meio depois? A resposta reside na natureza da legislação do Alto Império, que permitia que escravos fizessem contratos em lugar de seus senhores ou, até mesmo, que administrassem negócios senhoriais. Para tanto, fariam uso de uma fração previamente designada da propriedade de seu senhor, o *peculium*. Na maioria das situações envolvendo *servi quasi coloni*, teria sido possível empregar a legislação já existente, tornando-os pouco visíveis para nós.³³

³³ VEYNE (1993, p. 50): “O direito romano admite que um patrão arrende a um escravo bens ou uma quantia de dinheiro, que constituem o pecúlio do escravo; este dispõe livremente deles e o patrão mantém apenas uma espécie de propriedade eminente (sic). Com este pecúlio, o escravo recebe, por exemplo, o encargo de organizar uma actividade comercial ou financeira; é, pois, o equivalente de um homem livre; pode fazer contratos nos limites do encargo que lhe foi confiado; pode até comparecer a juízo; será considerado representante do seu patrão. Isto permite ao patrão fazer negócios à custa do seu escravo sem ser arruinado por ele. Com efeito, o patrão é sempre patrão: pode tirar do escravo todo o pecúlio ou parte dele, isto é, pode retirar sua concessão ou embolsar os lutos; em compensação, só será financeiramente responsável pelos maus negócios do escravo no montante do pecúlio que lhe confiou (*dumtaxat de peculio*)”.

Quanto aos *coloni* propriamente ditos, à época de Ulpiano, seu contrato de *locatio conductio* (aluguel) com os proprietários era, ao menos oficialmente, revogável. A duração inicial era normalmente de cinco anos, com o reconhecimento tácito das partes de que, passado esse período, a renovação ocorreria a cada ano.³⁴

1.2 – Os efeitos da crise do século III sobre as cidades das *Galliae*

Malgrado a força das transformações nas estruturas econômicas entre os séculos I e III, qualquer relato sobre as *Galliae* durante o último não pode deixar de lado o impacto da chamada “crise do século III” (235 - 284), um quadro de anarquia militar crônica que afetou as defesas das fronteiras.

A pressão sobre a fronteira com a *Germania Magna* havia aumentado ainda no principado de Marco Aurélio, entre 161 e 180, mas tornou-se irresistível durante boa parte do século seguinte. Lutando entre si, os romanos não mais conseguiam guardar as fronteiras de forma adequada, criando oportunidade para as incursões de saque estrangeiras. Émile Thevenot, explicou do seguinte modo a situação:

O choque mais violento foi, então, realizado contra a região do *Hister* (Danúbio), em 166, mas a *Gallia Belgica* e as *Germaniae [Inferior e Superior]* foram logo invadidas por *chauci* e *chatti*, entre 172 e 174. Em 213, as fronteiras parecem ter sido ultrapassadas novamente, mas desta vez a invasão foi imediatamente repelida por Caracala. Nessa ocasião, aparece pela primeira vez na história o nome dos alamanos. Ao mesmo tempo, notamos ou começamos a pronunciar o nome dos francos, que estão localizados mais ao norte do *Rhenus*. Ainda mais ao norte, na costa, estão os saxões. Esses povos teriam em breve a possibilidade de partir para o saque das províncias romanas.

Com a morte de Décio, em 251, teve início uma longa crise de sucessão, na qual as legiões, dando as costas às fronteiras, patrocinaaram o pretendente [ao trono] de sua preferência, desafiando as outras legiões do império. Ocorreu então a animação dos povos estacionados na margem direita do *Rhenus*, por volta de 253. Semeando por todos os lados a pilhagem e o incêndio, os alamanos, conduzidos por seu rei Croco (conforme Gregório de Tours), chegaram à *Lugdunensis* e atravessaram até mesmo os *Alpes* para chegar à *Italia*. Os francos se espalharam em todas as direções através das *Galliae* e

³⁴ JONES (1958, p. 1): “*The position of a colonus in the early third century is clearly defined by the lawyers cited in the Digest. He held a lease, normally for five years, which by the tacit consent of both parties became on expiry an annual tenancy*”.

avançaram até as *Hispaniae*. A situação foi restaurada por Póstumo, um bom general colocado por Galieno na defesa das *Galliae*, com o título de *dux* da fronteira do *Rhenus*.³⁵

Como resultado das invasões, tanto *villae* como cidades tiveram que ser fortificadas. No caso dessas últimas, a construção das novas defesas frequentemente implicou em grande redução da área intramuros, o que evidenciava, ademais, significativo decréscimo populacional.

Entre o século I e III, o encolhimento das áreas muradas foi bem mais acentuado no sul das *Galliae* do que nas áreas centrais e ao longo do *Rhenus*. A explicação para tanto é que, embora a necessidade de fortificação tenha sido geral, o dinamismo econômico havia se deslocado do sul para as áreas mais fronteiriças, onde os escravos seriam menos escassos.

Em um estudo de 1958, J. C. Russell compilou dados territoriais relativos às cidades das *Galliae*, a partir de autores como F. L. Ganshof,³⁶ Albert Grenier³⁷ e Ferdinand Lot.³⁸ Um resumo de seus resultados será apresentado a seguir.³⁹

Nas maiores cidades do sul, a diminuição do território foi um fenômeno quase geral. A área intramuros de *Narbo* (Narbona) passou de 2,40 quilômetros quadrados no

³⁵ THEVENOT (1948, pp. 102-103): “*Le choc le plus violent fut alors porté contre la région danubienne (166), mais la Belgique et les Germanies furent bientôt envahies par les Chauques et les Chattes (172-174). En 213, le limes paraît avoir été à nouveau franchi ; toutefois, cette invasion fut aussitôt repoussée par Caracalla. C’est à cette occasion qu’apparaît pour la première fois dans l’histoire le nom des Alamans. Vers le même temps, notons-le, ou commence à entendre prononcer le nom des Francs, qui se situent plus au nord sur le Rhin inférieur. Encore plus au nord, sur la côte, se tiennent les Saxons. Ces peuples allaient bientôt trouver une possibilité de partir à la curée des provinces romaines. A la mort de Décius (251), éclate une longue crise de succession, au cours de laquelle les légions, tournant le dos à la frontière, partirent à la tête du prétendant de leur choix, défier d’autres légions de l’Empire. Ce fut alors la ruée des peuples stationnés sur la rive droite du Rhin (vers 253). Semant partout le pillage et l’incendie, les Alamans, sous la conduite de leur roi Chrocus (d’après Grégoire de Tours) atteignirent la Bourgogne, l’Auvergne et franchirent même les Alpes pour passer en Italie. Les Francs se répandirent en tous sens à travers la Gaule et poussèrent jusqu’en Espagne. La situation fut rétablie par Postume, bon général préposé para Gallien à la défense des Gaules, avec le titre de ‘duc de la frontière du Rhin’. Bientôt Postume, proclamé Auguste par ses soldats, accepta la situation et se contenta de régner sur la Gaule, la Bretagne et l’Espagne”.*

³⁶ GANSHOF, F. L. **Étude sur le développement des villes entre Loire et Rhin au moyen âge**. Paris: Presses Universitaires de France, 1943.

³⁷ GRENIER, Albert. **Manuel d’archéologie Gallo-Romaine**. Paris: Picard, 1931, 1934. 2v.

³⁸ LOT, Ferdinand. **Recherches sur la population et le superficie des cités remontant a le periode Gallo-Romaine**. Paris: Champion, 1945-1950. 3v.

³⁹ RUSSELL (1958, pp. 83-85).

século I para 0,15 no III e 0,20 no IV. As vizinhas *Nemausus* (Nimes) e *Arausio* (Orange) também encolheram substancialmente. Enquanto a primeira passou de 2,20 ou 2,75 quilômetros quadrados no século I para 0,20 no III e 0,32 no IV, a segunda diminuiu de 2,00 quilômetros quadrados no século I para 0,12 entre os séculos III e IV.

A redução do território foi um pouco menos drástica em *Burdigalia* (Bordeaux). A cidade passou de 0,90 quilômetros quadrados no século I para 0,31 no III e 0,40 no IV. *Arelatum* (Arles) era pequena já no século I, com 0,27 quilômetros quadrados, mas ainda assim teve seu território diminuído para 0,16 entre os séculos III e IV.

A única entre as principais cidades do sul que parece ter crescido durante o período em questão foi *Tolosa* (Toulouse). Sua área murada passou de 0,60 quilômetros quadrados no século I para 1,00 entre os séculos III e IV.

Na região central, *Lugdunum* (Lyon) passou de 1,60 quilômetros quadrados no século I para 1,13 entre os séculos III e IV. Já *Vigenna* (Vienne, Isère, França) e *Augustodunum* (Autun, França) passaram de respectivos 2,25 e 2,00 quilômetros no século I para 0,36 e 0,12 entre o III e o IV.

No caso da fronteira do *Rhenus*, a única cidade importante que experimentou a redução de seu território foi *Aventicum* (Avenches, Suíça), justamente aquela situada mais ao sul. Ela praticamente desapareceu, passando de 1,50 quilômetro quadrado no século I para 0,09 entre o III e o IV.

Rumando para o norte, *Argentoratum* (Estrasburgo) manteve seu território em 0,20 quilômetros quadrados. *Moguntiacum* (Mainz) cresceu de 0,81 ou 0,90 quilômetros quadrados no século I para 1,20 entre os séculos III e IV.

No caso de *Augusta Treverorum* (Tréveris) os dados são limitados aos séculos III e IV, quando o território consistia em impressionantes 2,85 quilômetros quadrados. Ainda mais ao norte, *Colonia Agrippina* (Colônia, Alemanha) manteve seu território em 0,97 quilômetros quadrados entre os séculos I e IV.

A proeminência de *Augusta Treverorum* durante o Baixo Império pode ser comprovada, ademais, por um tratado geográfico intitulado *Expositio Totius Mundi et Gentium* (Descrição do Mundo Inteiro e dos Povos), escrito entre 350 e 361 por um autor cujo nome foi perdido:

Dizem, ademais, que a maior cidade existente [nas *Galliae*] é a que chamam de *Triveris* (ou *Augusta Treverorum*), onde diz-se que o comandante (*dominus*) reside. [A cidade] não tem acesso ao mar. Existe outra, que chamam de *Arelatum*, que parece ajudá-la em tudo, pois está próxima ao mar. Uma aceita mercadorias encomendadas de todas as partes do mundo e as envia à outra.

(Descrição do Mundo Inteiro e dos Povos, 16.444-450)⁴⁰

1.3 – As transformações sociais e econômicas do século IV

Se o estudo produzido por Daubigney e Favory, ao trazer dados dos três primeiros séculos da era comum, demonstra o abandono progressivo do regime escravista em partes das *Galliae*, ele deixa de fora o século IV, período de grandes transformações em todo o império.

A partir do último quartel do século IV, os romanos vivenciaram a implementação do que modernamente é conhecido como “*dominatus*”. Estabelecido sobre um tripé composto por elementos político-militares, religioso-propagandísticos e econômico-tributários, o novo sistema de governo representou uma verdadeira revolução na maneira pela qual o Estado operava.

Até aquele momento, ao menos teoricamente, o governante era meramente um *princeps*, um *primus inter pares* no senado. Isso implicava que a autoridade política era dividida entre senado e *princeps*; ainda que as contingências ditassem a exata natureza de tal divisão e que desde o século I viesse ocorrendo uma paulatina porém indefectível concentração de poder nas mãos do imperador. O controle das legiões assegurava ao imperador sua primazia sobre os senadores mas, ainda assim, ao senado cabia se não a

⁴⁰ *Expositio Totius Mundi et Gentium*, 16.444-450: “*civitatem autem maximam dicunt habere quae vocatur Triveris ubi at habitare dominus dicitur; et est mediterranea. similiter autem habet alteram civitatem in omnibus ei adiuvantem, quae est super mare, quam dicunt Arelatum; quae ab omni mundo negotia accipiens praedictae civitati emittit*”.

escolha de um novo *princeps* quando da morte do titular, ao menos a aprovação do novo *princeps* aclamado pelas tropas. O chamado “*principatus*” estabelecia, dessarte, uma fachada de governo republicano ou quase-republicano, no qual o corpo político correspondia não ao conjunto dos cidadãos mas ao próprio senado.

Diocleciano, que governou entre 284 e 305, extraiu do senado de *Roma* quase toda a autoridade política que, àquela altura, lhe restava. O imperador, então, não mais precisava de qualquer aprovação por parte do senado; fosse para ser entronizado ou para aprovar qualquer medida. Ele podia, inclusive, dar-se ao luxo de gerir o império a partir do local que considerasse mais conveniente, eximindo-se de comparecer diante do senado pelo tempo que lhe aprouvesse.

O imperador tornou-se, assim, um *dominus*, um amo ou senhor de todos. O título remontava à realidade concreta das relações no seio da família, porquanto “*dominus*” era o tratamento dado ao *paterfamilias* por seus dependentes (esposa, filhos, escravos, etc...), e implicava que apenas o imperador possuía *libertas* (autonomia) para agir como bem quisesse.

No novo regime, o imperador garantia seu status exclusivo não apenas pelo controle dos exércitos, como dantes, mas também através de sua divinização em vida, sempre propagandeada. Um exemplo disso pode ser visto em moedas cunhadas por Aureliano, que governou entre 270 e 275, nas quais ele se autodenomina “*deus et dominus natus*” (deus e amo por nascimento). Poucos anos depois, seu sucessor Diocleciano instituiria um ritual que se tornaria permanente, a *adoratio purpurae*, pela qual todo o indivíduo admitido na presença do soberano deveria ajoelhar-se e beijar o manto imperial (de cor púrpura).⁴¹

⁴¹ DA SILVA, MENDES (2006, pp. 201-202): “De fato, com Aureliano, que em suas emissões monetárias se faz proclamar *dominus et deus natus*, o imperador já é descrito como um deus vivo reinando sobre a terra, ao mesmo tempo em que se afirma a justificativa teológica para o poder imperial, ou seja, o pressuposto de que o imperador governa por delegação direta da divindade que o comissionou e não por qualquer decisão emanada do *populus*, do Senado, ou mesmo do exército. [...] Aurélio Vítor (39) afirma que Diocleciano foi o primeiro imperador, depois de Calígula e Domiciano, a vestir-se como um *dominus*, a permitir que o proclamassem deus e o adorassem em público. [...] Amiano Marcelino (15.1.3;15.5.18) é o primeiro autor do IV século a fazer referência à cerimônia do *adoratio purpurae*, a saudação segundo a qual qualquer indivíduo admitido em presença do imperador deveria ajoelhar-se e beijar a barra de seu manto”.

A ascensão do cristianismo à condição de religião imperial, no primeiro quartel do século IV, deu-se também dentro da lógica de assegurar ao imperador poder absoluto. Constantino I, ao adotar a nova religião, podia livremente demonstrar sua *pietas*, virtude tradicional que consistia na reverência diante dos aspectos transcendentais da existência, sem ver-se constrangido a tratar o senado com os escrúpulos que em outros tempos eram usuais.

Não chega a ser um exagero afirmar que durante o período de *pax romana* a atividade mercantil foi caracterizada pelo *laissez-faire*.⁴² Durante o Baixo Império, todavia, a situação inverteu-se. O comércio, no atacado e no varejo, tornou-se cada vez mais objeto de controle governamental e o transporte, ademais, foi em grande medida estatizado.⁴³ O período foi marcado, ademais, por mudanças profundas no sistema de arrecadação de impostos e no aparato burocrático imperial.

Diocleciano reorganizou o sistema de arrecadação, realizando novos censos por todo o território e acrescentando a *capitatio*, um imposto sobre as pessoas, ao *iugatio*, o imposto sobre a terra. Ambos foram combinados com o passar do tempo, sendo que um *caput* foi arbitrariamente igualado a um *iugum* e a *annona* (alimentos e outros suprimentos arrecadados como imposto) passou a ser estimada a partir de um cálculo que incluía não apenas o tamanho da propriedade e o tipo de produção que dela provinha, mas também a quantidade de homens que nelas trabalhassem (fossem colonos ou escravos), além do gado.⁴⁴

Para além das repercussões do estabelecimento do regime do *dominatus*, a sociedade do Baixo Império teve por base uma estrutura social própria, que veio em substituição à tradicional, baseada nas ordens patrícia, equestre e plebeia; a despeito das

⁴² PETIT (1989, p. 267): “As atividades comerciais são as pior conhecidas, justamente por causa do não-intervencionismo do Estado, e, entre suas formas, o comércio retalhista é o pior contemplado, por estar nas mãos de gente humilde”.

⁴³ WITTFOGEL (1967, p. 211): “Furthermore, ‘trade – wholesale and retail – became increasingly subject to governmental control’ and transport was also largely nationalized.’ In this single-centered economic setting, ‘the idea of the omnipotence of the State’ evolved readily. It took shape essentially ‘under the influence of orientaling-hellenistic and other theories of the State’”.

⁴⁴ MENDES (2002, p. 155): “A avaliação de pessoas (*capitatio*) foi, gradualmente, combinada com a avaliação da terra (*iugatio*). Um *caput* foi arbitrariamente igualado a um *iugum*, e a *annona* passou a ser estimada no total de capita e iuga, cuja quantia se fixava pela superfície, pela produção do solo e pelo número de colonos, escravos e gado existente nas propriedades”.

ordens tradicionais nunca terem sido oficialmente abolidas. A pauperização progressiva dos pequenos agricultores e das classes médias urbanas, decorrente tanto da concentração da propriedade fundiária como do fardo dos impostos escorchantes, resultara em uma polarização ainda maior entre ricos e pobres. Esse estado de coisas constituiu-se legalmente através da divisão da população entre *honestiores* e *humiliores*, os homens de bem e os humildes.⁴⁵

Como dantes, os *coloni* teriam permanecido teoricamente livres, podendo registrar-se no fisco como pagadores de impostos independentes, ditos *coloni censiti*; até porque muitos deles, além de arrendatários, certamente eram também pequenos proprietários. Gradualmente, contudo, sua incapacidade de atender as demandas fiscais teria produzido mudanças práticas. Em primeiro lugar, muitos latifundiários tornaram-se garantidores do pagamento dos impostos devidos pelos arrendatários de suas terras. O fato de tais garantias acabarem por ser previstas legalmente (e em muitos casos, obrigatórias) não implica necessariamente que elas não tenham emergido, em grande medida, mais da natureza da relação entre proprietário e arrendatário do que da mera vontade dos legisladores.

Tal relação, desde tempos imemoriais, comumente transcendia o mero contrato de *locatio conductio* e, certamente, muitos dos arrendatários eram clientes dos proprietários de quem alugavam os lotes. A presumida assistência devida pelo patrono aos seus clientes talvez explique, em parte, porque a responsabilidade sobre a forma como era organizada a propriedade sempre recaía majoritariamente não sobre o arrendatário, mas sobre o proprietário; que ficava, inclusive, encarregado de fornecer os *instrumenti fundi*, os equipamentos da fazenda.

Como era um tanto custoso para um latifundiário manter durante o ano inteiro um plantel de escravos que fosse numeroso o bastante para realizar as tarefas das épocas de maior atividade, havia desde muito se tornado costumeiro que, além dos rendimentos

⁴⁵ MAIER (1994, p. 85): "La depauperación de la burguesía y el campesinato dividió a la sociedad romano-tardía en dos grupos extremos. [...] el latifundio, protegido por amplias exenciones de impuestos, se apoderó de una manera cada vez más absoluta del poder económico; el capital se concentró en el pequeño círculo de los grandes propietarios terratenientes. Un reducido número de dominadores, cada vez más influyente en el plano económico y político – los potentes u honestiores – se contraponía a la gran masa empobrecida de los dominados o humiliores".

referentes ao aluguel de suas terras, definidos contratualmente, o patrono/proprietário pudesse contar com o *opus* (trabalho) de seus clientes/colonos quando este fosse necessário, como na época das colheitas de trigo e uva (julho e setembro na *Italia* e sul das *Galliae*) nas terras cultivadas por ele próprio ou, melhor dizendo, por seus escravos.

Como apontaram Daubigny e Favory, os escravos foram escasseando nas *Galliae*, de modo que, durante o Baixo Império, sua zona rural seria necessariamente pobre nesse tipo de mão-de-obra; fato que tornava basicamente inviável que os latifundiários galo-romanos cultivassem a maior parte de suas terras através do regime escravista, como certamente ocorrera em épocas anteriores. O arrendamento de porções cada vez maiores dos latifúndios teria sido a tendência geral. Paulatinamente, no campo, os *coloni* substituiriam quase completamente os escravos nas atividades produtivas; sendo que os proprietários contariam mais e mais com tais camponeses mesmo para as atividades relacionadas com os *domini fundi*, as terras que eles haviam reservado para si próprios.

A ancestral *clientela* metamorfoseava-se, assim, no *patrocinium potentiorum*, o patrocínio de um poderoso. Ambos eram em grande medida extralegais e consistiam em parcerias desiguais mas, no caso da *clientela*, a relação era de cunho sobretudo político. No caso do *patrocinium potentiorum*, todavia, o caráter econômico do vínculo era o mais importante. O *vir potens* (ou simplesmente *potens*), o poderoso, beneficiava-se principalmente da mão-de-obra barata proporcionada pelo *susceptus*, o protegido.⁴⁶ Além disso, segundo Émile Thevenot:

⁴⁶ LOT (1961, pp. 128-134): “The *patrocinium potentiorum* was not a new thing. This system was deeply rooted in the past: the recommended person, the *susceptus* of the fourth and fifth centuries was derived from the *cliens* of the republican period. Virgil’s commentator Servius is our authority for this (end of the fourth century) *clientes quos nunc susceptos vocamus* (Aeneid VI, 609). But with time, the institution underwent a profound change. The clientship of Republican Rome was above all of a political character. It is very difficult to know exactly in what the obsequium of the client consisted. [...] The difference between the two lay in the fact that the *patrocinium* of the Later Empire bore chiefly an economic character. It placed the protégé or the so-called protégé in a more direct and absolute dependence in relation to the patrons. Under the Empire, as under the Republic, this system was extra-legal. Under the Republic and the Early Empire the law paid no attention to it, because it did not seem a danger to the State. Under the Later Empire, the Emperors perceived that the patronage system was undermining their authority”.

Não somente os indivíduos, mas grupos inteiros e cidades colocavam-se voluntariamente sob a proteção de um patrono, de um ‘poderoso’, como dizia-se então.⁴⁷

No Baixo Império, para um agricultor sem terra ou cuja propriedade fosse pequena demais para ser economicamente viável, tomar parte no regime de colonato devia ser vantajoso, ao menos no curto prazo. A mais óbvia dessas vantagens adviria do fato de o *vir potens*/proprietário possuir, ao menos teoricamente, os recursos para garantir o pagamento dos impostos devidos por seu *susceptus*/colono no caso de uma colheita ruim. Além disso, esses grandes latifundiários contariam uma espécie de milícia privada, normalmente conhecida por *buccellarii*, que garantiria a segurança da região. Isso seria especialmente vantajoso para os pequenos agricultores durante os séculos III e V, em função do clima geral de insegurança causado pela presença de povos “bárbaros” no império. De todo modo, não é difícil imaginar os *buccellarii* sendo utilizados na intimidação até mesmo dos colonos.

Do ponto-de-vista do fisco, a existência do regime de colonato era reconhecida através do registro dos *coloni* não-proprietários na *professio* (declaração de impostos) de um latifundiário. Esses *coloni adscripticii* tornariam-se cada vez mais comuns a partir do início do século IV.

Nessa mesma época, a responsabilidade pela coleta dos impostos recaía sobre o latifundiário. Caso este fosse suficiente poderoso, porém, ele poderia permitir-se tanto o próprio não-pagamento como também o não-recolhimento dos impostos devidos por seus protegidos. A cidade mais próxima, em tese, deveria ser capaz processar o latifundiário inadimplente, mas a combinação de subornos e ameaças fazia com que isso simplesmente fosse muitas vezes impossível. A incapacidade das cidades de levar o poderoso aos tribunais teria sido mais frequente no ocidente, em função tanto de os grandes latifundiários ocidentais serem relativamente mais ricos do que seus equivalentes orientais, como também do menor tamanho médio das cidades.

⁴⁷ THEVENOT (1948, p. 117): “*Non seulement des individus isolés, mais des groupements entiers, des bourgades se placent volontiers sous la protection d'un patron, d'un 'puissant' comme on dit alors*”.

Diante do quadro de inadimplência frequente, Teodósio I, em 383, encarregaria os *rectores* (governadores) das províncias do recolhimento dos impostos devidos tanto pelos latifundiários como pelos *coloni*.⁴⁸ As modificações implementadas pelo imperador, contudo, provavelmente não foram capazes de impedir a inadimplência dos latifundiários mais poderosos. Em uma lei publicada pelo imperador ocidental Majoriano em 458, lê-se que:

[as pessoas poderosas] cujas evasões de tributos são negligenciadas pelos cobradores de impostos das províncias, [...] quando permanecem contumazes dentro dos edifícios, nem mesmo os juízes são capazes de ordenar que venham apresentar-se.

(Novas Leis de Majoriano 2, Sobre o perdão das dívidas)⁴⁹

Teoricamente, tanto os *coloni adscripticii* como os *centsiti* poderiam partir de seus locais de residência, desde que estivesse de alguma forma assegurado o pagamento dos impostos futuros. Tanto o não-pagamento como a partida não-autorizada, evidentemente, resultariam em sanções legais. O exemplo mais antigo de peça legislativa vinculando os *coloni* ao solo é uma conhecida a lei de Constantino I, datada de 332, na qual foi estabelecido que os *coloni* que planejassem escapar de seus locais de residência deveriam ser acorrentados como escravos:

Qualquer um com quem um colono pertencente a outro (*colonus iuris alieni*) for encontrado deve não somente restituí-lo a seu local de origem, mas também assumir a *capitatio* referente ao tempo [transcorrido]. Ademais, os próprios colonos que pensarem em fugir, devem ser presos por ferros, de modo que as funções cabíveis a um homem livre sejam compelidas por uma pena servil.

(Código Teodosiano, 5.17.1)⁵⁰

A elevada carga tributária e a responsabilidade do latifundiário pelos impostos devidos por seus *adscripticii* fazia com que o primeiro não tivesse qualquer interesse na partida dos últimos. Tal situação, ademais, tendia a resultar numa espécie de

⁴⁸ LOT (1961, p. 129): "Hence, in 383, Theodosius adopted a series of measures: the task of recovering the capitatio was to be entrusted to the *officiales* (servants) of the governor of the province".

⁴⁹ *Novella Maioriani 2, De indulgentiis reliquorum*: "[*potentiae personae*], *quarum actores per provincias solutionem fiscalium negligunt, [...] ac se in praediis retinent contumaces, ne ad eos praeceptum iudices possit aut conventio pervenire*".

⁵⁰ *Codex Theodosianus*, 5.17.1: "*apud quemcumque colonus iuris alieni fuerit inventus, is non solum eundem origini suae restituat, verum super eodem capitacionem temporis agnoscat. Ipsos etiam colonos, qui fugam meditantur, in servilem condicionem ferro ligari conveniet, ut officia, quae liberis congruunt, merito servilis condemnationis compellantur implere*".

endividamento dos colonos para com o latifundiário cuja terra cultivavam. Esse estado de coisas reinstituía, em uma versão abrandada, o *nexum*, a escravidão por dívidas, abolida ainda no século IV de antes da era comum. Enquanto um contrato de trabalho normal envolvia apenas as partes contratantes, o *colonus*, fazendo às vezes de um devedor-escravo, podia ser transferido para outra pessoa. Assim, enquanto os agricultores registrados permaneceram presos à terra, os latifundiários do Baixo Império puderam usufruir das mesmas vantagens que o *nexum* fornecera aos mais ricos terratenentes romanos do início do período republicano.⁵¹

1.4 – A quase fusão entre escravidão e colonato no século V

Do século III d. C. em diante é cada vez mais difícil distinguir entre escravos rurais e servos rurais (ou seja, *coloni*); ambos tendiam a ser incluídos em palavras como ‘*servus*’ e ‘*servitia*’, em contraste com ‘*ingenuus*’, o nascido-livre; enquanto ‘*rusticus*’ e palavras relacionadas incluíam tanto ‘*servi*’ como ‘*ingenui*’ pobres, em contraste com os prósperos ‘nobres’ ou os habitantes da cidade, ou ainda ambos.⁵²

Foi com essas palavras que E. A. Thompson, em um artigo de 1952, descreveu a quase fusão das categorias *servi* e *coloni* nas fontes romanas. À parte dos preconceitos de classe que aqueles que nos legaram escritos pudessem ter, essa confusão advinha sobretudo da combinação do rebaixamento progressivo da condição dos *coloni* com o fato de que os escravos rurais geralmente passaram a cultivar os lotes de seu senhor de forma semi-independente.

De todo modo, um estudo sobre as *Galliae* do século V não pode deixar de levar em consideração o recuo do domínio romano sobre a região, resultado das incursões e do assentamento de nações “bárbaras”. Já no primeiro quartel do século, os visigodos dominariam as províncias da *Gallia Narbonensis*, *Aquitania I* e *Aquitania II*,

⁵¹ SIRKS (2001, p. 259): “For property owners, the colonate would have had the same advantage that debt-slavery had over a labour contract in which merely food and lodgings were provided. A labour contract involved only the contracting parties, but in debt-slavery the debtor-slave could be transferred to another person. The colonate operated in a similar manner. Registered farmers were tied to the land and would be transferred with the land. Thus one could sell land with the manpower to till it”.

⁵² THOMPSON (1953, p. 21): “From the third-century A.D. onwards it is increasingly difficult to distinguish between rural slaves and rural serfs; both tended to be included in words like ‘*servus*,’ ‘*servitia*,’ in contrast to ‘*ingenuus*,’ free born, while ‘*rusticus*’ and related words included poor ‘*servi*’ and ‘*ingenui*’ in contrast either to well to do ‘nobles’ or to town dwellers, or both”.

estabelecendo a capital de seu reino em *Tolosa* (Toulouse). Sua expansão continuaria ao longo do século e a área sobre seu controle passaria a incluir também boa parte da península ibérica. Concomitantemente, os burgúndios tentavam, com sucesso apenas relativo, estabelecer seu reino em um território que incluía o sul da *Gallia Lugdunensis* e possivelmente toda a *Viennensis*.

O último quartel do século V seria, por seu turno, marcado pela expansão dos francos sálicos da partir da *Gallia Belgica* (situada ao norte da *Lugdunensis*), rumo ao sul. Já estabelecidos em *Paris*, suas conquistas progressivamente estreitariam a faixa de que os separava dos visigodos, o território supostamente sob domínio efetivo dos galo-romanos, pressionando também os burgúndios.

Antes de continuarmos a análise do processo de amalgamento da escravidão e do colonato na *Gallia*, precisamos ter em conta que os visigodos teriam composto a minoria da população nas áreas por eles ocupadas. Caso acrescentemos a isso o fato de que suas leis eram, em tese, aplicáveis somente a eles próprios e que havia também a proibição de matrimônio entre eles e os romanos⁵³ (certamente nem sempre respeitada)⁵⁴, podemos concluir que, ao menos até a queda efetiva do Império do Ocidente, o estabelecimento do reino visigótico teria tido um impacto relativamente modesto sobre as transformações estruturais de média e longa duração que vimos discutindo aqui. Isso é especialmente correto se tivermos em conta que o próprio Estado romano, através de uma política fiscal que efetivamente operava para concentrar a propriedade fundiária, era um dos motores do processo em questão. Assim, a natureza da legislação visigótica concernente ao mundo rural não será analisada aqui, porquanto ela adquiriu especial relevância somente após a queda do Império do Ocidente.

⁵³ DREW (1967, pp. 11-12, 14): “*The Germans regarded law as a national possession – each nation had its own laws or customs and each member of the tribe possessed this ‘law’ and carried it with him wherever he went. This principle is known as “personality of law” and is in contrast with the idea of territorial law whereby all persons residing in a given state or territory are subject to the same law*”, “*In addition, Christian influence is reflected in regulations about marriage, especially impediments to marriage between those within the prohibited bonds of relationship*”.

⁵⁴ MATHISEN (2009, p. 155): “*Marriages between Romans and barbarians occurred in increasing numbers, accelerating the increasing integration between the Roman and barbarian populations, and facilitating the relative ease of assimilation of barbarians into the Roman world*”.

Retomemos, contudo, a discussão principal desta seção. Por volta do ano 440, o Salviano, bispo de *Massilia* (Marselha), cidade da *Narbonensis*, relatou do seguinte modo a situação de penúria dos *coloni*:

Então aqueles que não podem fazer o que prefeririam, fazem a única coisa que podem: colocam-se sob proteção de um poderoso, tornando-se cativos (*dediticii*) dos ricos, como se para transcender a lei. Ainda assim eu não devo considerar isso grave e indigno, pelo contrário, devo congratular a magnanimidade dos poderosos aos quais os pobres se entregam; isso se eles não vendessem tal patrocínio, se a defesa que dizem dar aos humildes fosse devida ao [próprio] humanitarismo e não à cupidez. Esta é uma situação grave e acérrima, na qual os ricos aparentam cuidar dos pobres apenas para lhes roubar; e a razão para protegerem-nos é torná-los ainda mais pobres. Todos os que parecem estar sendo defendidos tem todos os seus recursos tomados pelos defensores antes da defesa. Assim, os pais são defendidos, mas os filhos perdem a herança.

(Salviano de *Massilia*, Sobre o Governo de Deus, 5.8.0102C-0102D)⁵⁵

No processo descrito por Salviano, o *vir potens* exigia, como condição para seu *patrocinium*, a propriedade de seu futuro *susceptus*. Esta lhe era então restituída na forma de *peculium* (como no caso dos *servi quasi coloni*). O protegido talvez acabasse por usufruir do que fora sua propriedade quase como se nada houvesse ocorrido mas, com sua morte, o *peculium* simplesmente retornava ao patrimônio do latifundiário. Os descendentes do morto, não tendo qualquer propriedade, teriam que, para assegurar a subsistência, submeter-se a quaisquer exigências o latifundiário impusesse, tornando-se *de facto*, ainda que não *de iure*, indistinguíveis dos seus escravos. Nesse contexto, não era mais o status jurídico que condicionava em quais atividades *coloni* e escravos tomariam parte, mas a determinação do proprietário. Uma lei sancionada pelos imperadores Arcádio e Honório em 399 confirma tal interpretação, pois pressupõe que a

⁵⁵ *Salvianus Massiliensis, De Gubernatione Dei*, 5.8.0102C-0102D: “Ergo quia hoc non valent quod forte mallent, faciunt quod unum valent. Tradunt se ad tuendum protegendumque majoribus, dedititios se divitum faciunt, et quasi in jus eorum ditionemque transcendunt. Nec tamen grave hoc aut indignum arbitrarent, immo potius gratularer hanc potentum magnitudinem quibus se pauperes dedunt, si patrocinia ista non venderent, si quod se dicunt humiles defensare, humanitati tribuerent, non cupiditati. Illud grave ac peracerbum est, quod hac lege tueri pauperes videntur ut spolient, hac lege defendunt miseros ut miseriore faciant defendendo. Omnes enim qui defendi videntur, defensoribus suis omnem fere substantiam suam priusquam defendantur addicunt; ac sic, ut patres habeant defensionem, perdunt filii haereditatem”.

manutenção dos registros financeiros de uma fazenda podia ser tarefa tanto de escravos como de *coloni* (Código Teodosiano, 8.2.5).⁵⁶

Ainda segundo Salviano, os agricultores, oprimidos, comumente fugiam para o convívio dos visigodos/tervíngios, em uma tentativa de escapar da opressão que lhes era imposta:

Enquanto isso, os pobres são arruinados, [suas] viúvas gemem e [seus] os órfãos são pisoteados; muitos deles, mesmo pessoas de origem não-obscura e que receberam uma boa educação, fogem para junto do inimigo para não morrerem com as tribulações causadas pelos processos públicos. Certamente buscam entre os bárbaros a benevolência (*humanitas*) romana, pois [já] não são capazes de suportar a crueldade (*inhumanitas*) entre os romanos. Apesar de esses homens diferirem daqueles com quem se refugiaram não somente nos rituais e na língua, mas, seu eu puder dizer, no estranhamento que sentem do fedor e das roupas dos bárbaros, preferem ainda assim viver entre eles como iguais, do que enfurecer-se com a injustiça entre os romanos. Consequentemente, em todo lugar encontramos quem migre para junto dos godos, dos *bacaudae*, ou de quaisquer outros bárbaros poderosos, sem que por isso se penitencie. Preferem, dessarte, viver livremente parecendo escravizados do que escravizados parecendo livres. Em consequência, o título de cidadão romano, outrora não somente muito estimado mas também obtido a grande preço, agora é repudiado e repellido, sendo considerado não simplesmente sem valor, mas também um fardo abominável.

(Salviano de *Massilia*, Sobre o Governo de Deus, 5.5.0099A-0099B)⁵⁷

O testemunho do bispo ecoava, assim, o de Paulo Orósio, um nativo da província da *Gallaecia*. Referindo-se, em 417, à situação das áreas rurais das *Hispaniae*

⁵⁶ *Codex Theodosianus*, 8.2.5: “*Impp. arcad. et honor. aa. hadriano pf. p. generali lege sancimus, ut, sive solidis provinciis sive singulis civitatibus necessarii fuerint tabularii, liberi homines ordinentur, neque ulli deinceps ad hoc officium patescat aditus, qui sit obnoxius servituti; sed et si quis dominorum servum suum sive colonum chartas publicas agere permiserit (consensum enim, non ignorantiam volumus obligari), ipsum quidem, in quantum interfuerit publicae utilitati, pro ratiociniis, quae servo sive colono agente tractata sunt, obnoxium attineri, servum autem competentibus affectum verberibus fisco addici. in praeteritum quoque decernimus, cura dominorum praesentari eos, qui ratiocinia tractaverint, quorum interfuit ab initio providere, ne publicis actibus privata servitia immiscerentur, ut temporis sui quisque rationem positus in quaestione depromat. dat. viii. kal. april. mediolano, vincentio et fravitta coss*”.

⁵⁷ *Salvianus Massiliensis, De Gubernatione Dei*, 5.5.0099A-0099B: “*Inter haec vastantur pauperes, viduae gemunt, orphani proculcantur, in tantum ut multi eorum et non obscuris natalibus editi et liberaliter instituti ad hostes fugiant, ne persecutionis publicae afflictione moriantur; quaerentes scilicet apud barbaros Romanam humanitatem, quia apud Romanos barbaram inhumanitatem ferre non possunt. Et quamvis ab his ad quos confugiunt discrepent ritu, discrepent lingua, ipso etiam, ut ita dicam, corporum atque induviarum barbaricarum fetore dissentiant, malunt tamen in barbaris pati cultum dissimilem, quam in Romanis injustitiam saevientem. Itaque passim vel ad Gothos, vel ad Bacaudas, vel ad alios ubique dominantes barbaros migrant, et commigrasse non poenitet. Malunt enim sub specie captivitatis vivere liberi, quam sub specie libertatis esse captivi. Itaque nomen civium Romanorum, aliquando non solum magno aestimatum, sed magno emptum, nunc ultro repudiatur ac fugitur; nec vile tantum, sed etiam abominabile pene habetur*”.

pouco tempo depois das invasões de vândalos, alanos e suevos, ocorridas em 409, ele declarou que:

já encontram-se entre eles (os estrangeiros) alguns romanos que preferem a liberdade da pobreza entre os bárbaros a suportar a ansiedade da tributação.
(Paulo Orósio, História Contra os Pagãos, 7.41)⁵⁸

Fica claro, assim, que para os *coloni* galo e hispano-romanos teoricamente livres do século V, a tributação era tida como opressiva, quer a culpa disso residisse na ganância do Estado ou na dos poderosos locais, que dela se aproveitavam para enriquecer ainda mais. É, aliás, pelo menos possível que o camponês médio muitas vezes não fizesse distinção entre os males trazidos pelo Estado e pelos poderosos locais. Trata-se de uma avaliação talvez surpreendente, mas não inteiramente incorreta, visto que o Estado romano se manifestava a nível local justamente através das elites da região, compostas, em grande medida, pelas famílias dos latifundiários. Estes, por sua vez, sempre que possível faziam uso da máquina estatal para enriquecer, como no caso da transferência dos impostos para os *coloni*. Se, todavia, o governo central fizesse exigências que estivessem em completo desacordo com seus interesses, como no caso do recrutamento militar, os latifundiários provavelmente não hesitavam opor-lhe forças, fosse de forma clara ou dissimulada.

Quanto aos *bacaudae*, mencionados por Salviano, trata-se de camponeses insurretos, endêmicos nas *Galliae* e nas *Hispaniae* durante o século V, mas cuja existência foi atestada até mesmo no o III. Nas *Galliae*, atuavam principalmente no *tractus armoricanus et nervicanus*, uma área no noroeste da *Lugdunensis* que se estendia, aproximadamente, do baixo *Liger* (Loire) ao baixo *Sequana* (Sena). Somente nessa região, ao longo do século V, ocorreram três revoltas em larga-escala: a primeira entre 407 e 417, a segunda entre 435 e 437 e a última em 442. Nas *Hispaniae*, por outro lado, os camponeses estiveram mais atuantes durante as décadas de 440 e 450, operando principalmente nas margens do alto *Iber* (Ebro), no nordeste da *Tarraconensis*.⁵⁹

⁵⁸ Paulus Orosius, *Historia adversum paganos*, 7.41: “*ut inueniantur iam inter eos quidam Romani, qui malint inter barbaros pauperem libertatem, quam inter Romanos tributariam sollicitudinem sustinere*”.

⁵⁹ THOMPSON (1952, pp. 16-17): “*The chief scene of the activities of the Bacaudae in Gaul was the tractus Armoricanus, an area which seems to have extended from at least the mouth of the Loire to that of the Seine. It was in this area that the great revolt of 407 broke out – the largest and most successful Bacaudic revolt known to us, for it was not crushed until 417. It was here, too, that Tibatto led the*

Os *bacaudae*, nas áreas sob seu domínio, provavelmente estabeleciam uma sociedade independente onde a agricultura seria sobretudo de subsistência e a justiça costumeira, antecipando, em certa medida, as transformações que a Idade Média traria. A verdade, é que não se sabe exatamente o que ocorria nessas áreas, tanto em função do caráter sempre incipiente do experimento tentado pelos camponeses, como da natureza necessariamente “externa” das fontes.

Quanto à escravidão, ela teria continuado a existir enquanto instituição, mas talvez com uma inversão de papéis pela qual as antigas famílias proprietárias fariam às vezes dos escravos. Pelo menos é o que se depreende de um poema escrito por Rútílio Cláudio Namatiano, em 416, um aristocrata galo-romano que então retornava às *Galliae* após anos na *Italia*:

Aquele eloquente jovem foi recentemente enviado dos campos para aprender direito no fórum dos romanos. Tenho para com ele os mais doces laços, é um filho em afeto e um parente. Neste momento seu pai Exuperântio ensina a costa da *Armorica* a amar a paz do retorno ao lar; ele restitui as leis e a liberdade, não permitindo que [os habitantes] sejam escravos de seus criados.

(Rútílio Cláudio Namatiano, Sobre o seu Retorno, 1.209-216)⁶⁰

A existência do movimento dos *bacaudae*, que demonstrava o repúdio das camadas mais baixas das populações rurais das *Galliae* e *Hispaniae* ao Estado romano, nos revela brechas no poderio imperial que certamente contribuíram para a incapacidade do Império do Ocidente de resistir ao avanço dos invasores bárbaros. Como bem colocou E. A. Thompson:

De fato, é difícil resistir à impressão de que as invasões bárbaras dificilmente poderiam ser conduzidas com tamanho sucesso nos séculos IV e V se não fosse pela ajuda que o campesinato e outras classes oprimidas entre

rebellion of 435-437 and again that of 442. [...] In Spain in the mid-fifth-century Bacaudae were in arms in Tarraconensis, where they were so strong that no less a personage than the Master of Both Services, Flavius Asturius, had to travel to Spain to take the field against them in 441. [...] The two places with which they are specifically associated, Turiasso and Aracelli, lie in the uplands at the head of the Ebro valley; but circa 456 they are also found far away in the distant north-west of the peninsula in the neighbourhood of Bracara, where they were sufficiently active to find mention in our meagre chronicles”.

⁶⁰ *Rutilius Claudius Namatianus, De Reditu Suo, 1.209-216: “facundus iuvenis Gallorum nuper ab arvis missus Romani discere iura Fori. ille meae secum dulcissima vincula curae, filius affectu, stirpe propinquus, habet: cuius Aremoricas pater Exuperantius oras nunc postliminium pacis amare docet; leges restituit libertatemque reducit et servos famulis non sinit esse suis”.*

os romanos foram capazes de dar direta ou indiretamente aos recém-chegados. A significância dos movimentos camponeses apenas tornar-se-á totalmente clara quando eles forem estudados em conjunção com as invasões bárbaras.⁶¹

Mencionamos, anteriormente, a existência de quatro *scriptores res rustica*, analisando, porém, somente os três mais antigos. O último deles é Rutílio Tauro Emiliano Paládio, um aristocrata galo-romano que, em algum momento de sua vida, transferiu-se para a *Italia*. Seu *Opus Agriculturae* (O Trabalho da Agricultura) foi provavelmente produzido durante o terceiro quartel do século V e visava atualizar os preceitos dos antigos para as condições do presente.

Na *villa*-modelo descrita por Paládio é bastante evidente a separação entre os edifícios residenciais e as construções destinadas à produção. Diferentemente dos *scriptores* anteriores, o autor não aponta de forma clara o status jurídico da mão-de-obra a ser empregada nas diferentes atividades. O silêncio de Paládio é, contudo, condizente com a releitura que vimos realizando do modelo proposto originalmente por Weber. Não há sequer descrição das habitações daqueles que fornecerão a mão-de-obra. Tudo sugere um modelo de gestão indireta, no qual a *villa* aparece como um ponto central para onde seriam destinados produtos de vários lotes, administrados de forma semi-independente por camponeses cujo status jurídico, fosse o de *coloni adscripticii* ou *servi quasi coloni*, na prática pouco importava. Como bem colocou Domenico Vera:

A *villa rustica* da época tardia aparece, portanto, inserida em organismos fundiários notavelmente diversos da fazenda escravista que, a partir de Catão [o velho], havia atraído a atenção dos predecessores de Paládio. Todo o sistema agrário dessa época aparece, assim, estruturalmente transformado,⁶²

A variada produção da *villa*-modelo de Paládio, ademais, parece bem mais voltada para a autossuficiência do que para a venda nos mercados, seguindo a tendência

⁶¹ THOMPSON (1952, pp. 20-21): “Indeed, it is difficult to resist the impression that the barbarian invasions could scarcely have been carried out so successfully in the fourth- and fifth-centuries had it not been for the help which the Roman peasantry and other oppressed classes among the Romans were able to give directly or indirectly to the newcomers. The significance of the peasant movements will only become fully apparent when they are studied in conjunction with the barbarian invasions”.

⁶² VERA (1999, p 295): “La villa rustica dell’epoca tarda appare dunque inserita in organismi fondiari notevolmente diversi dall’azienda schiavite che, a partire da Catone, aveva attirato l’attenzione dei predecessori di Palladio. Tutto il sistema agrario di quest’epoca appare così strutturalmente mutato,”.

geral da época.⁶³ Isso é provavelmente mais verdadeiro ainda para as *Galliae* do que para a *Italia*, até porque a aristocracia galo-romana do Baixo Império costumava ter suas propriedades concentradas em uma única área.⁶⁴ Nas palavras de Émile Thevenot:

Os aristocratas deram sinais de êxodo para o campo. A cidade não tinha mais atração para eles: suas suntuosas casas haviam sido esvaziadas e tudo o que tornava a vida urbana agradável havia desaparecido. Em uma corrente inversa àquela que encontramos no século I, os proprietários tomaram o caminho de suas terras, nas quais se esforçaram para reagrupar os trabalhadores.⁶⁵

Mesmo depois das invasões, as *villae* teriam persistido sobretudo em uma área que englobava o centro e sul das *Galliae*, cujo limite norte teria sido *Autricum* (Chartres), cerca de 100 quilômetros a sudoeste de *Paris*.⁶⁶ Muitos dos nativos das zonas rurais teriam, todavia, permanecido onde estavam, mesmo com as invasões. Em muitos sítios arqueológicos, inclusive, a presença dos invasores é difícil de ser notada.⁶⁷ As *villae* mais ricas seriam as do sudoeste, na *Aquitania*, sem equivalentes em qualquer região da Europa, exceto nas *Hispaniae*.⁶⁸

Retomando às questões relativas ao status da mão-de-obra empregada nos campos, uma outra demonstração da progressiva fusão das categorias *servus* e *colonus*

⁶³ ROSAFIO (1994, p. 153): “[...] *Palladius* was considered a mere compiler, who simply repeated the ideas of previous agronomists, especially *Gargilus Martialis* and *Columella*. But scholars are now coming to recognize *Palladius*' originality for several reasons. First of all, the structure of his work in the form of an agricultural calendar is new and was probably suggested to the author by practical considerations. Secondly, unlike his predecessors, *Palladius* did not separate agriculture from animal husbandry, but considered them together as if they were complementary activities. This aspect might be connected with the increased autarchy which I have postulated from *Ulpian* onwards. Thirdly, he gave some details about farm buildings, which were normally to be found in manuals of architecture”.

⁶⁴ WICKHAM (2005, p. 169): “In late Roman Gaul, as already noted, there was not much systematic linkage between regional landowners and land elsewhere: even *Paulinus* of *Nola* was basically an owner in the *Bordeaux* area, with only outlying estates in other provinces. This undoubtedly contributed to the Gaulish political identity that has been attributed to the fifth century in the region”.

⁶⁵ THEVENOT (1948, p. 113): « *Les aristocrates donnèrent le signal de l'exode vers la campagne. Les villes n'avaient plus d'attraits pour eux: leurs somptueuses demeures avaient été pillées et tout ce qui faisait l'agrément de la vie urbaine avait disparu. Par un courant inverse de celui que nous avons constaté au 1er siècle, les grands propriétaires reprirent le chemin de leurs domaines terriens, sur lesquels ils s'efforcèrent de regrouper les travailleurs* ».

⁶⁶ WICKHAM (2003, p. 393): “*Villas* persisted in the more civilian southern areas, which extended as far north as *Chartres*”.

⁶⁷ WHITTAKER (1993, p. 292): “*Much of the recent boom in graveyard analysis appears to confirm the generally peaceful course of integration and the 'invisibility' of the barbarian invaders, just because it has been so difficult to identify them*”.

⁶⁸ BOWES, KULIKOWSKI (2005, p. 25): “*One might also note that the consistent and unusual wealth of Hispania's rural material culture is matched in Europe only by the villas of Aquitaine*”.

nos foi legada por Sidônio Apolinaris, bispo da cidade gaulesa de *Claramonte* (Clermont-Ferrand), em uma carta enviada por volta de 472, que aqui reproduzimos:

Sidônio dá suas saudações a Pudente.

O filho da tua ama-de-leite raptou a filha da minha. Foi uma ação indigna, que nos teria feito inimigos, não houvesse eu acreditado prontamente que não sabias coisa alguma do fato. Apesar de tua consciência estar limpa de antemão, não te dispuseste ainda a me perguntar se a culpa deve ficar impune. Concordo, com uma condição: que do estuprador deixes de ser senhor (*dominus*) e te tornes patrono, acabando com o inquilinato.

Tal mulher já é livre, mas ela apenas será vista sem pilhéria e não como cativa (*addicta*), se contrair matrimônio legal (*coniugio*); se nosso acusado, que defendes, for logo tornado [teu] *cliente* e deixar de ser [teu] *tributarius*; melhor ainda, que ele adquira a condição de plebeu em vez da de colono. Para mim apenas esse arranjo irá, mediocrementemente contudo, reparar a afronta. Eu apenas aceito tua alegação de amizade se aumentares a liberdade do marido e ele não receber a pena de um sequestrador. Passar bem.

(Sidônio Apollinaris, Cartas, 5.19)⁶⁹

O direito romano, em sua forma clássica, estabelecida durante o Alto Império, determinava que, quando alguém possuía um escravo e o manumitia, deixava de ser seu senhor para tornar-se seu patrono. Depois da manumissão, o liberto podia, inclusive, tornar-se arrendatário do patrono. Sidônio, contudo, declara no primeiro parágrafo que o ato de Pudente de tornar-se patrono acabaria com o inquilinato. Isso sugere que o homem em questão quiçá fosse um *servus quasi colonus*, que já vivia de forma semi-independente em algum lote pertencente a Pudente. Nesse caso, o tal inquilinato seria apenas um acordo informal entre os dois, o que talvez explique o fato de a expressão “*locatio conductio*”, que remeteria a um ato jurídico perfeito, ter sido preterida. Existe, a propósito, um consenso na historiografia de que os contratos de *locatio conductio*

⁶⁹ *Sidonius Apollinaris, Epistolae, 5.19: “Sidonius Pudenti suo salutem. Nutricis meae filiam filius tuae rapuit: facinus indignum quodque nos vosque inimicasset, nisi protinus scissem te nescisse faciendum. sed conscientiae tuae purgatione praelata petere dignaris culpae calentis impunitatem. sub condicione concedo: si stupratorem pro domino iam patronus originali solvas inquilinatu. mulier autem illa iam libera est; quae tum demum videbitur non ludibrio addicta sed assumpta coniugio, si reus noster, pro quo precaris, mox cliens factus e tributario plebeiam potius incipiat habere personam quam colonariam. nam meam haec sola seu compositio seu satisfactio vel mediocriter contumeliam emendat; qui tuis votis atque amicitiiis hoc adquiesco, si laxat libertas maritum, ne constringat poena raptorem. vale”.*

teriam passado a ser cada vez mais raros, o que consistiria em um indício da submissão cada vez maior dos pobres à vontade arbitrária dos ricos.⁷⁰

No parágrafo seguinte, Sidônio demanda que o homem seja tornado cliente, o que uma vez mais sugere que ele não era um *colonus* pois, se o fosse, já seria também um cliente de Pudente. Teoricamente, um *colonus* de alguém até poderia não ser seu cliente, tendo simplesmente arrendado as terras em questão. Se esse fosse o caso, todavia, por que Sidônio haveria de questionar Pudente a respeito do ocorrido? O homem, ademais, deveria deixar de ser um *tributarius*, Segundo Miroslava Mircovic:

Tributarius é intercambiável com os termos *colonus iuris alieni* ou [*colonus*] *adscripticius*. Em contraste com o *tributarius* está o *liber plebeius* que não deve deixar o local no qual está registrado como pagador de impostos, mas não é dependente do proprietário de terras, uma vez que paga ele mesmo seus impostos.⁷¹

O uso do termo “*tributarius*” sugere, portanto, que não se tratava de um *servus quasi colonus*, como tudo até aqui indicava, mas um *colonus adscripticius*. Isso explicaria porque, na frase seguinte, Sidônio demanda que o homem deixe a condição de *colonus* para assumir a de plebeu. Em outras palavras, ele deveria deixar de ser um *colonus adscripticius* para tornar-se um *colonus censitus* e um *plebeius*.

Como se o uso incoerente dos termos já discutidos não fosse o bastante para nos causar confusão, Sidônio declarou ainda que a mulher, caso continuasse a viver com o homem sem contrair matrimônio legal, seria vista como uma *addicta*; termo que traduzimos por “cativa”. Um *addictus* era, conforme o *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, publicado por Adolf Berger em 1953:

⁷⁰ WHITTAKER (1993, p. 281): “*The later Roman Empire was a period when notoriously the poor became increasingly dependent on the arbitrary will of the landed rich. It is usual, since Fustel de Coulanges, to cite the disappearance of the tenancy contracts of locatio-conductio in evidence*”.

⁷¹ MIRCOVIC (1997, p. 99): “*Tributarius is interchangeable with the terms colonus iuris alieni or adscripticius. In contrast to the tributarius is the liber plebeius who may not leave the place where he is enrolled in the tax-rolls, but he is not dependent on the landowner, because he himself pays his taxes*”.

Um devedor que falhou em pagar sua dívida e contra quem uma execução pessoal (*manus iniectio*) foi iniciada; podia ser entregue ao credor nos tempos mais antigos e mantido prisioneiro mais recentemente.⁷²

Isso mais uma vez sugere que o homem em questão fosse um *colonus* (e caso o fosse, trata-se de um *adscripticius*) pois, se sua condição fosse de *servus quasi colonus* não haveria porque Sidônio dar a entender que ele fosse um *addictus*, um devedor inadimplente.

O que se depreende, afinal, de toda essa exegese? Em primeiro lugar, que os termos técnicos, a despeito de permanecerem em uso, já não carregavam, à época, o mesmo significado preciso que talvez tivessem carregado outrora. Isso é bastante evidente pelo uso que Sidônio faz de termos que ora denotam que o homem em questão era um *servus quasi colonus* e ora que era um *colonus adscripticius*. Essa confusão provavelmente acontecia porque, na prática, o status jurídico da mão-de-obra empregada nas fazendas pouco importava.

Os *coloni adscripticii*, teoricamente livres, haviam sido tão aviltados que, na prática, os proprietários não precisavam distingui-los dos *servi quasi coloni* no momento em que estabeleciam as tarefas que deveriam ser cumpridas. Lembremos da denúncia feita por Salviano de que, para que aceitassem patrocinar (termo que, nesse contexto, deve ser lido tanto como “proteger” como “permitir que trabalhem em suas terras”) homens livres de condição humilde, os ricos exigiam a entrega de todos os seus bens. Mesmo se, de forma otimista, imaginarmos que esses bens pudessem ser usufruídos pelos mesmos *coloni* na forma de *peculium*, o que ocorreria com a geração seguinte? Os filhos seriam teoricamente livres, mas não possuiriam propriedade alguma. A *capitatio*, o imposto pessoal, ainda assim incidiria sobre eles; o que revela o quanto a política fiscal do Baixo Império era concentradora de riqueza. Diante da incapacidade desses *coloni* de realizarem o pagamento, o latifundiário a quem eles estivessem vinculados (provavelmente o mesmo que havia “protegido” seus pais), assumiria o débito com o fisco. Aos poucos, os débitos desses *coloni* aumentariam e eles se tornariam, na prática, escravos por dívida. É possível imaginar, ademais, que com o

⁷² BERGER (1953, p. 348): “A debtor who had failed to pay his debt and against whom a personal execution (*manus iniectio*) was initiated; could be adjudged to the creditor in the earliest times and held prisoner by the latter”.

passar do tempo as pessoas simplesmente “deixassem de fazer as contas” e a condição se tornasse perpétua e hereditária. Nesse contexto, a única coisa que mitigaria a exploração dos *coloni* seria a necessidade, por parte do latifundiário, de evitar as fugas, uma vez que seus pares ficariam mais do que satisfeitos em receber novos braços.

Quanto ao homem mencionado na carta, não podemos ter certeza se ele era um *servus quasi colonus* ou um *colonus adscripticius*, uma vez que o próprio autor parece ter dificuldade em diferenciar as duas categorias. É certo, todavia, que Sidônio quer que Pudente o torne um agricultor que, além de livre, tenha registro próprio no fisco; em outras palavras, um *colonus censitus*. Para tanto, o homem precisaria adquirir alguma propriedade; que, presume-se, seria doada por Pudente. A pouca probabilidade dessa ocorrência talvez explique o tom ríspido da carta pois, se a exigência fosse simplesmente a manumissão de um *servus quasi colonus* para torná-lo um *colonus adscripticius*, é provável que Pudente não fosse manifestar qualquer objeção.

1.5 – A “barbarização” do exército

A retração da utilização de mão-de-obra escrava no campo e a concomitante ampliação do regime de colonato a partir dos séculos I e II e. c., discutidas no capítulo 1, parecem explicar, ao menos em parte, a crescente dificuldade que o Estado romano encontrou para a realização do recrutamento militar entre os cidadãos. A obtenção de soldados na zona rural significava, afinal, uma diminuição na quantidade de braços disponíveis para o cultivo dos campos. Tal situação colocava em oposição os grandes proprietários, cujo poder normalmente estaria restrito à esfera local, e o Estado. Da mesma forma que os latifundiários mais poderosos estavam em condições de evadir o pagamento de impostos através do recurso ao suborno e às ameaças, eles também podiam evitar a conscrição de seus colonos.

Escrevendo no início do século V, quando o processo que colocara os latifundiários contra as autoridades imperiais já estava bastante avançado, Flávio Renato Vegécio comentou assim a situação em *De Re Militaris* (Sobre as Coisas Militares):

[...] os tais recrutas dos latifundiários, aprovados através do favorecimento ou da dissimulação para que tomem parte nas armas, são aqueles a quem o senhor repudia.

(Flávio Renato Vegécio, Sobre as Coisas Militares, 1.7)⁷³

Ainda que o exército dos séculos I e II fosse baseado nos cidadãos, a participação nas tropas auxiliares sempre esteve aberta a estrangeiros. Estes, após vinte e cinco anos de serviço, recebiam como prêmio a cidadania. No caso dos regimentos normais de infantaria, ao menos teoricamente, o recrutamento estaria restrito àqueles que já possuíssem a cidadania romana plena.

A rigidez da regra, obviamente, muitas vezes acabava por limitar a participação dos filhos dos veteranos que tivessem servido longamente nas fronteiras. Uma análise dos dados epigráficos das províncias *Germania Inferior* e *Germania Superior* durante os séculos I, II e III, revelou que cerca da metade dos soldados aposentados que nelas residiam seria proveniente de outras regiões (87 em 184 casos).⁷⁴ Esses homens frequentemente teriam tomado como esposas mulheres estrangeiras, o que implicava que seus filhos, não possuindo a cidadania romana plena, só poderiam alistar-se nas tropas auxiliares. Exceções teriam sido abertas frequentemente,⁷⁵ todavia, o que ocasionaria uma certa não-romanidade ao exército já durante os séculos I e II. Um comentário de Tácito relativo ao ano de 69, ilustra bem essa situação. Após um discurso do *legatus* (general) Marco Antônio Primo,

de todos os lados vieram os brados e os soldados da [*legio*] III [*gallica*] saudaram - como é o costume na *Syria* - o sol.

(Públio Cornélio Tácito, Histórias, 3.24)⁷⁶

As dificuldades de recrutamento, assim, parecem ter sido mitigadas, em um primeiro momento, através do emprego de contingentes cada vez mais significativos de “bárbaros” e “semibárbaros” nas tropas regulares, recrutados provavelmente em regiões

⁷³ Flavius Renatus Vegetius, *De Re Militaris*, 1.7: “[...] *possessoribus tirones per gratiam aut dissimulationem probantium tales sociantur armis, quales domini habere fastidiunt*”.

⁷⁴ O estudo em questão, citado por ELTON (1996, pp. 84-87), foi realizado por John Mann, que o publicou em 1986 sob o título *Legionary Recruitment and Veteran Settlement during the Principate*.

⁷⁵ WATSON (1984, p. 39): “*The legal requirement for admission to the legions was the possession of full roman citizenship, though exceptions were commonly mad for the sons of serving soldiers*”.

⁷⁶ Publius Cornelius Tacitus, *Historiae*, 3.24: “*undique clamor, et orientem solem (ita in Syria mos est) tertiani salutavere*”.

mais fronteiriças. Isso teria sido possível especialmente após 212, quando o imperador Caracala concedeu cidadania romana a todos os habitantes livres do império.

As fronteiras romanas, de todo modo, sempre haviam sido mais zonas de intercâmbio econômico e cultural do que barreiras fixa separando romanos de “bárbaros”.⁷⁷ No caso da fronteira entre as *Galliae* e a *Germania Magna*, Camille Jullian exemplificou muito bem a natureza dos intercâmbios ocorridos ainda durante o Alto Império:

Assim que nos aproximamos do *Rhenus*, vemos muitos representantes comerciais e exportadores, instalados na fronteira como se fossem postos de combate. Aqui, perto de *Colonia Agrippina* (Colônia), vemos um vendedor de lençóis para a exportação; na cidade, um traficante de remédios; em *Bonnae* (Bonn), um comerciante de vinhos; perto de *Moguntiacum* (Mainz), um mercador de objetos de prata. Vemos negociadores de terracotas na *Belgica II* (atual região da Zelândia), em *Colonia Agrippina*, em *Aquae Mattiacorum* (Wiesbaden), no oeste dos *Agri Decumates* (atual região da Suábia) – em toda a rota dos campos e dos exércitos –, lá chegados por terra ou por água, com suas caixas cheias de estatuetas e vasilhas. Se atravessamos a fronteira, encontramos, em pleno país bárbaro, as cerâmicas, os broches, as panelas e as contas das *Galliae* que circulam pelas vias comerciais.⁷⁸

Além do apelo às regiões fronteiriças, outra estratégia empregada para compensar as dificuldades no recrutamento de cidadãos foi o estabelecimento da hereditariedade da condição de soldado, a partir de meados do século IV. Os filhos dos veteranos seriam, a partir de então, legalmente obrigados ao serviço militar. Os recrutas

⁷⁷ ELTON (1996, pp. 5-9): “However, the role of the army on the frontier is a large and complex topic, in part because there were a number of differing objectives which the army tried to achieve. [...] At this period [of the early Empire] most Romans in the frontier provinces who were not in imperial service were traders of some sort, frequently dependent on the army which provided a huge and constant market. The presence of these individuals, with interests in supporting the government, but at the same time exploiting local opportunities, created a set of economic frontiers dependent on exploiting economic opportunity”. ELTON (1996, pp. 111-113): “Frontiers are zones, rather than lines”.

⁷⁸ JULLIAN (1920, pp. 331-332): “Dès que nous approchons du Rhin, nous apercevons en nombre des commissionnaires et des exportateurs, installés sur la frontière comme à des postes de combat. Voici, près de Cologne, un entrepositaire de draps pour l’exportation; à Cologne, un trafiquant en droguerie; à Bonn, un négociant en vins; près de Mayence, un marchand d’objets en argent; en Zélande, à Cologne, à Wiesbaden, en Souabe, sur toute la ligne des camps et des armées, des négociants en terre cuite, arrivés là, par terre ou par eau, avec leurs caisses pleines de figurines ou de vaisselle. Si nous passons la frontière, nous trouvons, en plein pays barbare, les poteries, les fibules, les casseroles, la verroterie de Gaule qui circulent sur les pistes commerciales”.

nessa condição, como recompensa por sua fidelidade ao império, receberiam uma patente ligeiramente mais elevada.⁷⁹

Nesse contexto, em que se tornava progressivamente mais difícil recrutar cidadãos, as mortes resultantes das guerras intestinas ocorridas durante a crise do século III (235 - 284) teriam servido para acelerar transição de um exército cuja base teria sido o homem plenamente romanizado para um que se fiava cada vez mais em guerreiros das regiões mais fronteiriças. Além disso, no caso específico do ocidente, considerado em sua totalidade, o declínio populacional durante o século III nunca foi revertido inteiramente.⁸⁰

Já no Baixo Império, a ampliação dos efetivos militares sob Diocleciano, entre 284 e 305, provavelmente implicou no emprego ainda maior dos rudes homens das fronteiras. Estima-se que, à época, o Estado tivesse passado a empregar entre 350.000 e 500.000 homens em funções militares, um número superior ou pelo menos igual àqueles de antes do período de anarquia militar crônica, porquanto Septímio Severo, governando entre 193 e 211, teria contado com cerca de 350.000 homens.⁸¹

1.6 – As mudanças na estratégia defensiva

No período entre 117 e 235, datas correspondentes à ascensão de Hadriano e à morte de Alexandre Severo, o império empregara uma estratégia baseada no que modernamente é conhecido por “segurança impeditiva”, ou seja, no estabelecimento de

⁷⁹ FEAR (2007, pp. 428-429): “*Veterans’ sons were given a slightly higher rank on enlistment than other recruits (Cod. Theod. 7.1.5 dating to ad 364), but nevertheless there was resistance to their enforced enrolment, and within six months of the above privilege being granted a further law threatening veterans who were not complying with the regulations had to be passed*”.

⁸⁰ CAMERON (2001, p. 75): “*Aunque resulta notoriamente difícil demostrar que se haya producido una caída de la población en el siglo III, esto sigue pareciendo probable en términos generales en el caso de las provincias occidentales. Por contraposición, hay pruebas que sugieren que se produjo un considerable aumento de población en Oriente desde finales del siglo IV y sobre todo en el V. Sin embargo, hacia el siglo V las condiciones políticas eran muy distintas en Occidente y no llevaron a un aumento semejante*”.

⁸¹ FERRILL (1989, pp. 35-36): “Uma fonte antiga diz que Diocleciano quadruplicou o exército, mas nenhum estudioso moderno tem se mostrado disposto a aceitar tal afirmativa. As avaliações variam, e o tamanho exato é de fato desconhecido, mas provavelmente não se ficaria muito longe da realidade ao atribuir a Diocleciano e seus colegas um exército entre 400 e 500 mil homens. Isso é significativamente maior do que o exército de Sétimo Severo (cerca de 3500 mil), mas sob outros aspectos as forças romanas talvez não tenham mudado muito”.

uma forte barreira linear de defesa perimetral. Em outras palavras, as legiões ficavam estacionadas em *castrae* (fortalezas) e *castella* (fortes) ao longo dos *limites*, as zonas fronteiriças.⁸² Após a anarquia militar, a estratégia de segurança impeditiva foi restabelecida por Diocleciano, com algumas modificações.

O imperador redispôs as legiões de modo que cada ponto ameaçado normalmente abrigasse duas delas. O pequeno tamanho das fortificações das linhas mais avançadas fazia com que, necessariamente, as duas legiões não pudessem estar simultaneamente lá instaladas. Assim, enquanto uma necessariamente ficava guardando o posto mais avançado, a outra estaria estacionada em algum local mais recuado, normalmente na mesma província, formando um segundo nível de defesa. Estas últimas podiam, em função de seu posicionamento, tanto ser empregadas em suporte às primeiras, como deslocadas para outras regiões durante situações emergenciais; sem que, todavia, as defesas perimetrais ficassem esburacadas.⁸³ Unidades operando em separado do corpo principal eram chamadas *vexillationes* e podiam ser combinadas de acordo com a necessidade, operando inclusive como uma legião normal.⁸⁴

⁸² FERRILL (1989, pp. 26-27): “No tempo de Adriano e seus sucessores, até os Severos (117-235 d.C.), os imperadores romanos seguiram uma estratégia nacional fundada na segurança impeditiva – o estabelecimento de uma barreira linear de defesa perimetral ao redor do império”.

⁸³ NISCHER (1923, pp. 6-7): “*On the Danube the legions are usually posted in two stations, five cohorts in each. The distribution of the legions is such as to leave no gap anywhere. Yet we find here originally two legions, III Herculia and IV Jovia, which do not fit into the scheme of direct frontier-defence and which therefore can never have been actually stationed on the frontier. [...] The only possible conclusion is that these two legions were not stationed immediately on the frontier itself but formed a sort of divisional reserve, somewhere behind it, for a definitive sector of the Danube frontier. The headquarters of the two legions must have been the two towns of the province Valeria which bear their names, Herculia and Jovia. Here they occupied a central position, from which they could be quickly pushed forward to any point on the frontier that was threatened. [...] An Enemy attempting to advance from the Danube to Aquileia would have to penetrate three defensive zones – the frontier-fortifications along the river itself, the reserve position Herculia-Jovia with its mobile garrison, and the passes of the Julian Alps held by the three legions that were called after them. What has been said about III Herculia and IV Jovia holds good also for I and II Armeniaca, and still more for V and VI Parthica, which consequently must also have been originally divisional reserves. [...] But, if we can prove that the system of divisional reserves was in use to the extent that has been indicated, we must assume that Diocletian instituted a similar system all over the empire. We must suppose therefore that there were also divisional reserves for the Rhine frontier, for the eastern sector of the Danube, for Egypt and for Africa*”.

⁸⁴ SOUTHERN (1996, p. 8): “*During the wars of the early Empire, it was common practice to assemble troops from one or more provinces and move them to another, either as part of an offensive, or to provide defensive assistance in times of crisis. Troops collected together for either of these purposes would be additional to the legions and auxiliary units already stationed in or near the area to be fought over. The Latin term for such groups of soldiers was vexillationes, which derives from the name of the military standard, or vexillum. [...] These vexillations could comprise either purely legionary or purely auxiliary troops, or more often both kinds of troops would be brigaded together, operating as an individual army*”.

A defesa da fronteira do rio *Rhenus*, o *limes germanicus*, até então realizada por cinco legiões (*I Minervia* e *XXX Ulpia Victrix*, na *Germania II*; *VIII Augusta*, *XXII Primigenia*, na *Germania I*; e *III Itálica*, na *Raetia*), recebeu uma adição (*V Itálica*, na *Maxima Sequanorum*). A fronteira do *Hister*, por seu turno, foi mais reforçada. As onze legiões (*II Italica*, no *Noricum*; *X Gemina* e *XIV Gemina* na *Pannonia I*; *I Adiutrix* e *II Adiutrix*, na *Valeria*; *IV Flavia* e *VII Claudia*, na *Moesia I*; *V Macedonica* e *XIII Gemina*, na *Dacia Ripensis*; e *I Italica* e *XI Claudia*, na *Moesia II*) receberam três adições (*I Noricum*, no *Noricum*; *V Iovia* e *VI Herculia*, na *Pannonia II*).⁸⁵

Cada uma dessas legiões teria mantido sua estrutura tradicional, contando com efetivos (teoricamente) da magnitude de 5.500 a 6.000 homens. Entre esses, 5.000 comporiam o regimento usual de infantaria e o restante corresponderia à *auxilia*. Tais tropas auxiliares, que normalmente consistiam em 500 ou 1.000 homens, podiam ser de três tipos: *alae* (somente cavalaria), *cohortes peditatae* (somente infantaria) ou *cohortes equitatae* (cavalaria e infantaria).⁸⁶

Constantino I levou a distinção entre o exército fronteiriço e o móvel, ensaiada por Diocleciano, às últimas consequências. Todas as legiões criadas pelo antecessor foram dissolvidas e incorporadas a um exército móvel. As que antes já existiam foram mantidas nas mesmas posições, mas tiveram seus efetivos reduzidos para talvez 3.000 soldados de infantaria cada.⁸⁷ Recebendo a alcunha de *limitanei*, elas passaram a ser exclusivamente guardas de fronteira, cujo emprego geralmente restringia-se à província onde estavam instaladas.

⁸⁵ As listagens foram extraídas de NISCHER (1923, pp. 2-3, 8-9).

⁸⁶ SOUTHERN (1996, p. 6): “Legions were about 5500-6000 strong, and were composed, theoretically, of Roman citizens. [...]Auxiliary units, composed of non-citizens, were of three main types: *alae* consisting solely of cavalry, *cohortes peditatae* consisting solely of infantry, and mixed units of both foot soldiers and horsemen, called *cohortes equitatae*. In size, the auxiliary units were usually about 500 strong (*quingenaria*) or 1000 strong (*milliaria*)”.

⁸⁷ NISCHER (1923, p. 30): “We formerly assumed that the legions of the Western Empire, and of those Danubian provinces that belonged to the Eastern Empire, were each 4,000 strong, the legions of the rest of the Eastern Empire each 3,000 strong. If this was so, then the whole of the legions would be approximately the same strength after the levy of the legionary vexillations had been made. (All of them were in the West, except those in the Thebaid) the average reduction in the strength of each of the legions concerned would be more than 1,600. It is highly probable that a partial endeavour would be made to fill up the resulting gaps with such inferior recruiting material as was available, but we can suppose the frontier-legions, after Constantine’s reforms had been carried through, have consisted, on average, of 3,000 infantry apiece”.

Tal estratégia é conhecida modernamente como “defesa em profundidade” e tem por base a suposição de que as fronteiras não podem ser tornadas impenetráveis a custos razoáveis, de modo que os inimigos devem ser enfrentados dentro do próprio território através do emprego de tropas de elite com alta mobilidade.⁸⁸ Além disso, ao aumentar o contingente sob seu comando mais direto, o imperador certamente acabaria restringindo as tentativas de usurpação; fato que sugere que talvez houvesse também uma preocupação política por trás da decisão pela mudança na estratégia defensiva do império.

No exército móvel, o imperador disporia diretamente das tropas denominadas *palatini* (palacianas), enquanto seus *comites* (companheiros) ficariam encarregados das chamadas *comitatenses*. A diferença entre ambas estaria mais no status e do que na forma de utilização, mas as primeiras contariam com *vexillationes*, *legiones* e *auxiliae*, enquanto as segundas somente com *vexillationes* e *legiones*. Esses termos antigos adquiriram um novo significado quando utilizados em referência ao recém-criado exército móvel. *Legio* (legião) denotava um regimento de infantaria composto por somente 1.000 homens (normalmente divididos em dois *numeri* ou batalhões). Cada *vexillatio*, por sua vez, seria composta por 500 cavaleiros, enquanto uma *auxilia* geralmente consistiria em um grupamento de infantaria com 500 homens recrutados entre os bárbaros.⁸⁹

Estima-se que, no início do século V, os soldados de origem estrangeira constituíssem pelo menos um quarto das tropas regulares.⁹⁰ Eles certamente seriam, não

⁸⁸ FERRILL (1989, pp. 37-38): “A defesa em profundidade baseia-se na suposição de que as fronteiras não podem ser tornadas impenetráveis (pelo menos não a um custo razoável) e os atacantes inevitavelmente terão sucesso em penetrar nos perímetros defensivos. Tais invasões podem ser frustradas, contudo, mantendo fortificações relativamente poderosas em uma faixa relativamente profunda ao longo das fronteiras e um exército móvel (ou diversos espalhados regionalmente) dentro do império”.

⁸⁹ NISCHER (1923, p. 13): “*The field army consisted of regiments of the guard (palatini) and regiments of the line (comitatenses). These differed only in status, not in the manner in which they were employed. The palatini were divided into vexillationes, legiones and auxilia; the comitatenses into vexillationes and legiones. The vexillationes were cavalry regiments 500 strong; the legiones were infantry regiments 1,000 strong (each = two battalions of 500); the auxilia were independent infantry battalions of 500 men each*”.

⁹⁰ LIEBESCHUETZ (1993, p. 266): “*The proportion of regulars of barbarian origin is debatable. Recently, Elton (1990) has argued that the proportion was much smaller than has been generally thought, perhaps around twenty-five per cent. But that their numbers were significant at all levels is not in doubt. One reason may be that the imperial authorities found it difficult to recruit citizens over large areas of the empire*”. Liebeschuetz se refere à tese de doutoramento de H. Elton na Universidade de Oxford, intitulada “*Aspects of Defence in Roman Europe AD 350–500*”.

obstante, menos numerosos no exército móvel do que no fronteiriço. Um dos resultados do estabelecimento permanente de certas legiões nas fronteiras foi a quase completa identificação dos chamados *limitanei* com os sentimentos e aspirações daqueles entre os quais serviam; até porque, desde 197, o matrimônio legal lhes havia sido permitido. No século V, muitos desses homens parecem, aliás, ter devotado boa parte de seu tempo à agricultura.⁹¹ Não é surpresa, assim, que eles muitas vezes tenham se mostrado avessos à transferência para outras regiões.⁹² Além do mais, como bem colocou G. R. Watson:

Em tempos de crise, os soldados, especialmente os recrutas, tendiam a escapar de seus postos e desaparecer em meio à população civil. A deserção tornou-se mais séria em fins do século IV; no oriente acentuou-se mais após a batalha de *Hadrianopolis* e, na *Britannia*, após a ‘conspiração bárbara’ de 367-369 d. C.⁹³

A divisão entre o exército móvel e o fronteiriço, ademais, atingia individualmente os soldados, que passavam a fazer parte de grupos legalmente distintos. Ainda assim, sempre que necessário, o exército móvel poderiam incorporar homens ou grupamentos das tropas as fronteiras, que então teriam que realizar um recrutamento a nível local para repor as perdas. Os que tendiam a ser promovidos eram justamente os mais capazes e, no longo prazo, o processo tendia a enfraquecer ainda mais as tropas de fronteira.

Do reinado de Constantino I em diante, além da progressiva inépcia do exército fronteiriço, a principal mudança parece ter sido o emprego cada vez mais generalizado de regimentos inteiros compostos por estrangeiros em substituição às tropas regulares.

⁹¹ MACMULLEN (1988, p. 175): “*It diminished the effectiveness of troops yet further if they turned into part-time farmers. The extent to which this happened is not clear. Perhaps it is best to lay out the evidence in reverse order, beginning with a constitution of A.D. 443. In that year, border troops, limitanei, were reminded of their obligation to work the lands assigned them ‘from the yore’. The text thus carries the practice of self-supporting soldiers at least as far back as the early fifth century. In the fourth, lots of guard posts in the northern and northwestern frontier provinces have preserved in their ruins equipment showing that the occupants carried on agriculture routinely, whether or not in an organized and obligatory fashion*”.

⁹² WATSON (1984, p. 141): “*The almost complete identification of the outlook of the men of the frontier forces with the feeling as aspirations of the areas in which they lived and worked meant that the men became reluctant to be posted elsewhere, and the mobility of the army was impaired. This left the Roman government with little option but to create a separate, more mobile force, the field-army, which could be used as a strategic reserve*”.

⁹³ WATSON (1984, p 42): “*In times of crisis soldiers, especially recruits, tended to slip from their posts and to disappear into the background of the civilian population. Desertion became most serious in the later fourth century; in the East it was most marked after the battle of Adrianople, in Britain after the ‘barbarian conspiraci’ of AD 367-9*”.

Se era difícil para o Estado enfrentar os latifundiários e realizar o recrutamento nas fazendas, não parecia haver qualquer dificuldade em contratar os guerreiros de tribos “bárbaras” instaladas nas franjas do império.

1.7 – A estrutura administrativa do Baixo Império

Antes de passarmos à descrição e à análise da interação militar e política dos *tervínios/visigodos* com os romanos a partir de 376, é preciso que passemos em exame, ainda que brevemente, a estrutura administrativa do Baixo Império, com foco específico nas *Galliae e Hispaniae*.

Ainda sob Constantino I, a administração militar passou a espelhar, em grande medida, a civil, já reelaborada por Diocleciano. No nível superior estavam os *magistri militum* (mestres dos soldados), usualmente contados entre cinco e dez. Entre eles, o mais importantes seriam aqueles que ostentavam o título adicional de *praesentalis*. A função podia também ser dividida em *magister peditum* (mestre da infantaria) e *magister equitum* (mestre da cavalaria). O nível intermediário era ocupado pelos *comites*, encarregados do comando dos destacamentos do exército móvel. No nível mais baixo estavam os *duces* (comandantes), responsáveis pelos *castra* e *castella* normalmente ocupados pelo exército fronteiriço.⁹⁴

As administrações civil e militar também foram completamente separadas durante o reinado de Constantino I. Sob Diocleciano, por exemplo, os dois *praefecti praetorio* (prefeitos pretorianos) eram os mais altos oficiais do exército. Constantino

⁹⁴ ABBOTT (1911, pp. 338-339): “The prefectures were divided into dioceses, and these again into provinces. [...] The governor of a diocese, who bore the title of vicarius, and was named directly by the emperor, exercised with the prefect a general supervision over the governors of the provinces and the financial officers of his district. The governor of a province (*praeses, consularis, or corrector*), like his superiors, the vicarius and the *praefectus praetorio*, had charge of civil administration only. At the head of the military administration there were five to ten officials who bore such titles as *magistri (sic) militum per Orientem and per Illyricum*, and under them came the territorial commanders, who were styled *duces or comites*. The *ducatu*s, or unit of military administration, did not in all cases correspond exactly with the *provincia*”. DA SILVA, MENDES (2006, p. 208): “Constantino reorganiza ainda a hierarquia do exército aos moldes da burocracia civil. No ápice da hierarquia, os generalíssimos não eram mais os prefeitos do pretório ou os vicários, mas duas novas personagens, o *magister equitum* (mestre de cavalaria) e o *magister peditum* (mestre de infantaria)”.

elevou seu número para quatro, mas os privou de qualquer função militar.⁹⁵ O nível mais alto da administração civil passou a consistir em quatro *praefecturae praetorio* (ou simplesmente *praefecturae*): *Orientis* (do Oriente), sediada em *Constantinopolis* (Istambul); *Illyrici* (da Ilíria), em *Sirmium* (Sremska Mitrovica, na Sérvia); *Italiae* (da Itália), em *Mediolanum* (Milão); e *Galliarum* (das Gálias), em *Augusta Treverorum* (Tréveris). Cada *praefectura* dividia-se em *dioecesis* (dioceses) e estas, por sua vez, em *provinciae* (províncias).

A cada um dos quatro *praefecti praetorio* cabia a responsabilidade de indicar e supervisionar os governadores das províncias que compunham suas respectivas *praefecturae*; chamados por vezes *praeses*, *consulares* ou ainda *correctores*. A existência das *dioecesis* no nível intermediário entre a *praefectura* e as *provinciae* permitia ao imperador a checagem tanto de um quanto de outros, porquanto elas eram administradas por *vicarii* (vigários), por ele apontados.

Após a implementação das mudanças, a *Praefectura Praetorio Galliarum* (Prefeitura Pretoriana das Gálias) ficou assim dividida:

- (1) *Dioeceses Britanniarum* (Diocese das Britânicas), composta pelas províncias *Britannia I*, *Britannia II*, *Flavia Caesariensis*, *Maxima Caesariensis* e *Valentia*;
- (2) *Dioeceses Galliae* (Diocese da Gália), composta pelas províncias *Alpes Poeninae*, *Belgica I*, *Belgica II*, *Germania I*, *Germania II*, *Lugdunensis I*, *Lugdunensis II*, *Lugdunensis III*, *Lugdunensis Senonia* e *Maxima Sequanorum*;
- (3) *Dioeceses Septem Provinciarum* (Diocese das Sete Províncias), composta pelas províncias *Alpes Maritimae*, *Aquitanica I*, *Aquitanica II*, *Narbonensis I*, *Narbonensis II*, *Novempopuli* e *Vienensis*;
- (4) *Dioeceses Hispaniarum* (Diocese das Hispânicas), composta pelas províncias *Baetica*, *Baleares*, *Carthaginiensis*, *Gallaecia*, *Lusitania*, *Tarraconensis* e *Tingitania*.

No primeiro quartel do século V, segundo um documento denominado *Index ad Notitiam Dignitatum et Administrationum omnium tam civilium quam militarium in partibus orientis et occidentis* (Relação de todos os dignitários e administradores tanto

⁹⁵ NISCHER (1923, p. 43): “Constantine raised the number of ‘praefecti praetorio’ from two to four, and deprived them of their military power, so that thenceforward they were purely civil officials”.

civis como militares nas partes do oriente e do ocidente), ou simplesmente *Notitia Dignitatum*, a presença do exército móvel na *Praefectura Praetorio Galliarum* é indicada pelas referências tanto a um *magister militum* como a cinco *comites*; dois na *Dioeceses Britanniarum*, dois na porção africana da *Dioeceses Hispaniarum* e um na *Provincia Germania I*.

A *Praefectura Praetorio Galliarum* contaria, ademais, com seis *duces*, assim distribuídos: um para *Dioeceses Britanniarum*; um para a *Provincia Belgica II*, talvez em *Ulpia Noviomagus Batavorum* (Nijmegen, Países Baixos); um para a *Provincia Lugdunensis III*, provavelmente em *Gesocribate* (Brest, França); dois para a *Provincia Germania I*, em *Moguntiacum* (Mainz, Alemanha) e *Argentoratum* (Estrasburgo, França); além de um para a *Provincia Maxima Sequanorum*, provavelmente em *Vesontio* (Besançon, França). A *Dioeceses Hispaniarum*, em comparação, não contava com *duces*.

Uma anomalia da *Notitia* é o desaparecimento da *Dioeceses Galliae*. Suas dez províncias passaram, por mais surpreendente que isso possa parecer, a fazer parte da *Dioeceses Septem Provinciarum*. Esta passou então a contar não mais com as sete províncias que lhe deram o nome, mas com dezessete. Cremos que isso talvez possa ser interpretado como um reflexo das invasões ocorridas no início do século.

Em algum momento entre 407 e a data em que o documento foi revisado pela última vez, o *vicarius* da *Dioeceses Galliae* teria falecido e, em meio ao caos resultante das invasões, não teria sido possível ao imperador apontar um novo nome. As dez províncias sem comando teriam então sido assumidas pelo *vicarius* da *Dioeceses Septem Provinciarum*, de modo que a *Dioeceses Galliae* simplesmente deixou de existir. De todo modo, a divisão era, em grande medida, uma artificialidade. Quase todas as fontes, ao referirem-se aos territórios que as duas dioceses cobriam, utilizavam normalmente *Gallia* (a Gália, no singular) ou *Galliae* (as Gálias, no plural). A permanência do nome *Dioceses Septem Provinciarum* para o conjunto das dezessete províncias teria sido mero resultado da continuidade administrativa. A diocese que deixou de existir tinha sua capital em *Augusta Treverorum* (Tréveris, Alemanha),

enquanto a que continuou existindo era comandada a partir de *Burdigalia* (Bordeaux, França).

Capítulo 2 – Guerreiros e políticos

2.1 – A ascensão dos tervíngios

A partir do último quartel do século III, grupos de godos instalaram-se na região correspondente à então abandonada província da *Dacia Traiana*, localizada ao norte do baixo e médio *Hister* (Danúbio) e a leste dos *Montes Sarmatici* (a porção oriental dos Cárpatos), gradativamente assimilando a cultura romana.⁹⁶

Os godos formavam uma nação germânica oriental e eram proximamente aparentados com os vândalos. Sua unidade política básica parece ter sido o clã, um grupo de pessoas que reconhecia um ascendente comum e se organizava em torno de uma mesma liderança. A associação entre vários clãs, normalmente ancestral, criava estruturas maiores, as tribos. Estas eram normalmente comandadas por um único homem, eleito pela assembleia de guerreiros, cujo poder político se restringia ao período de guerra. O “rei” de uma tribo gótica, assim, nada mais era do que um “chefe guerreiro” – ao menos no início dessa nossa história.

Em 376, fugindo do súbito aparecimento de hordas de *huni* ou hunos vindas do oriente, a tribo gótica dos *theruingi* ou tervíngios, que mais tarde daria origem aos visigodos, rumou para o sul, efetivamente adentrando território romano. Como relatou o historiador Amiano Marcelino, à época militar romano:

Os hunos seguiam seus passos (do líder tervíngio Atanarico), velozmente o ameaçando. Teriam-no alcançado e destruído se, para tanto, não precisassem desfazer-se da pesada carga de seus espólios. Nesse ínterim, um boato

⁹⁶ SÁNCHEZ (1984-1985, p. 249): “*En primer lugar hay que hacer notar que los visigodos pasan los tres primeros cuartos del siglo IV viviendo en la Dacia. Por tanto la influencia romana sobre este pueblo fue mayor que sobre cualquier otro pueblo germano. [...] Por supuesto estas alteraciones en el seno de la sociedad no se producirían de una forma automática, sino que más bien tendrían lugar a lo largo del tiempo de una forma lenta*”. GEORGESCU (1991, p. 11): “*After the Romans withdrew from their territory, the Daco-Romans were subjected to constant invasions by the migratory tribes that swept across central and southeast Europe in uninterrupted succession for about a thousand years. The Visigoths ruled Dacia from 275 to 376, establishing themselves in Moldavia and on the plain of Wallachia and extending into Transylvania, too, after the year 300*”.

lentamente espalhou-se pelas outras tribos de godos, de que uma raça de homens até então desconhecida descera como uma avalanche das montanhas mais altas, como se tivessem surgido de algum canto escondido, devastando e arruinando tudo em seu caminho. A maioria do povo, enfraquecida pela escassez de bens de primeira necessidade, [então] desertou Atanarico em busca de um domicílio afastado de toda e qualquer notícia de bárbaros. Depois de longa deliberação para eleger o local, pensaram na *Thracia* como o refúgio mais conveniente, por duas razões: os prados são fertilíssimos e, ademais, a [grande] extensão do *Hister* (Danúbio) mantém isoladas as terras cultiváveis - pois já era sabido que os estrangeiros eram alvos dos trovões d[eu] Marte. Dessarte, mesmo os mais teimosos concordaram com a decisão geral.

Assim, comandados por Alavivo, [os tervíngios] ocuparam as margens do *Hister* e, enviando um embaixador a[o imperador] Valente, humildemente pediram para que fossem aceitos, prometendo viver em paz e, caso a situação assim demandasse, fornecer tropas auxiliares.

(Amiano Marcelino, *Histórias*, 31.3.8, 31.4.1)⁹⁷

Os refugiados então cruzaram o baixo *Hister* com a ajuda dos romanos, sendo em seguida acompanhados até os arredores de *Marcianopolis* (*Devnya*, na Bulgária), cerca de 250 quilômetros ao sul. Enquanto as forças romanas estavam ocupadas na escolta aos imigrantes, o *Hister*, às suas costas, ficava desguarnecido. O descuido permitiu que outro contingente de refugiados godos, certamente bem menor, cruzasse o rio às escondidas. Tratava-se de um grupamento da tribo que mais tarde daria origem aos ostrogodos, os *greuthungi* ou greutúngios. Eles logo tratariam de rumar também para *Marcianopolis*, juntando-se aos tervíngios.

Distinguiremos, em nossa narrativa, as ações dos tervíngios. Iremos, inclusive, chamá-los por esse nome mesmo quando a documentação tiver a eles se referido com o termo genérico “*gothi*” (godos); às vezes empregado, inclusive, para todos os que provinham das terras ao norte do *Hister*.

⁹⁷ *Ammianus Marcellinus, Res Gestae*, 31.3.8, 31.4.1: “*Huni passibus eum citis urgebant et iam opprimerant adventantes, ni gravati praedarum onere destitissent. Fama tamen late serpente per Gothorum reliquas gentes, quod invisitatum antehac hominum genus modo nivium ut turbo montibus celsis, ex abdito sinu coortum adposita quaeque convellit et corrumpit: populi pars maior, quae Athanaricum attenuata necessariorum penuria deservat, quaeritabat domicilium remotum ab omni notitia barbarorum, diuque deliberans, quas eligeret sedes, cogitavit Thraciae receptaculum gemina ratione sibi conveniens, quod et caespitis est feracissimi et amplitudine fluentorum Histri distinguitur ab arvis, patentibus iam peregrini fulminibus Martis: hoc quoque idem residui velut mente cogitavere communi. Itaque duce Alavivo ripas occupavere Danubii, missisque oratoribus ad Valentem, suscipi se humili prece poscebant, et quiete victuros se pollicentes et daturos, si res flagitasset, auxilia*”.

Estudiosos modernos só podem especular quanto ao número total dos imigrantes tervíngios, normalmente estimado entre 50.000 e 100.000. Desse total, cerca de um quinto seria de guerreiros em potencial, ou algo entre 10.000 e 20.000.⁹⁸ Em função dos acontecimentos posteriores, o número mais alto parece fazer mais sentido.

Para a desgraça dos imigrantes, os comandantes militares romanos na região, o *comes* Lupicínio e o *dux* Maximus, logo viram na situação uma oportunidade para a obtenção de lucros e,

quando os bárbaros trazidos estavam vexados pela falta de provisões, os detestáveis comandantes [romanos] iniciaram um torpe comércio e, tendo reunido insaciavelmente muitos cães de todos os cantos, por cada um exigiram um escravo; entre os quais foram colocados muitos filhos de nobres.

(Amiano Marcelino, *Histórias*, 31.4.11)⁹⁹

A humilhação dos refugiados fica ainda mais clara a partir da descrição de Jordanes da mesma situação:

Os comandantes, compelidos pela avareza, começaram não somente a entregar-lhes a preços altos carne de bois e ovelhas, mas também a de cães e cadáveres de animais imundos. [Faziam-no] a ponto de cobrarem por um pão ou dez libras de carne quaisquer bens. Mas quando já faltavam bens ou mobília, o ganancioso mercador exigia os filhos pelas provisões necessárias.
(Jordanes, *Gética*, 26.134-135)¹⁰⁰

A cobiça romana gerou indignação entre os refugiados e não tardou para que um combate tivesse início. O resultado foi um conflito que se estendeu por seis anos (376 –

⁹⁸ GOLDSWORTHY (2009, p. 249): “One modern estimate suggests some 10,000 warriors, along with four or even five times as many women, children and elderly. This is plausible enough, but still no more than conjecture”. HALSALL (2007, p. 175): “This, nevertheless, may have amounted to a substantial number of people. Guesses in the region of 15,000–20,000 warriors and their dependants are precisely that – guesses – but plausible ones nonetheless. Some have argued that the numbers involved far surpassed those ever managed by the Romans in a process of *receptio* but we do not know this”.

⁹⁹ Ammianus Marcellinus, *Res Gestae*, 31.4.11: “[...] cum traducti barbari victus inopia vexarentur, turpe commercium duces invisissimi agitarunt, et quantos undique insatiabilitas colligere potuit canes, pro singulis dederunt mancipiis, inter quae et filii ducti sunt optimum”.

¹⁰⁰ Jordanes, *Getica*, 26.134-135: “Cooperunt duces avaritia compellente non solum ovium bovuque carnes, verum etiam canum et inmundorum animalium morticina eis pro magno contradere, adeo, ut quemlibet mancipium in uno pane aut decem libris came mercarent. Sed iam mancipiis et supellecile deficientibus filios eorum avarus mercator victus necessitate exposcit”.

382), no qual os imigrantes contaram com reforços de grupos de guerreiros “bárbaros” de diversas origens, como contingentes de *alani* ou alanos.¹⁰¹

Desorganização e disputas internas pesavam contra os romanos e, na batalha decisiva, disputada perto de *Hadrianopolis* (*Edirna*, na Turquia) no ano de 378, somente o exército móvel do oriente estava presente. Como resultado, os romanos foram completamente derrotados e o imperador Valente morto. Segundo Amiano Marcelino, “é sabido que, com dificuldade, [somente] um terço do exército [oriental] escapou” (Amiano Marcelino, *Histórias*, 31.13.18).¹⁰² Segundo Guy Halsall,

As estimativas quanto aos mortos variam entre 10.000 e 20.000. Nunca saberemos o número preciso mas é mais significativo observar com atenção quem morreu do que quantos. Os regimentos que mais sofreram em *Hadrianopolis* foram as melhores unidades *palatinenses* e *comitatenses* orientais.¹⁰³

Após a guerra, os vitoriosos refugiados tervíngios foram formalmente incorporados ao império por Teodósio I, governante de um mundo romano novamente (e pela última vez) unificado. É provável que o pequeno grupo de greutúngios que havia seguido os tervíngios até *Marcianopolis* tenha com eles se fundido, porquanto apenas se ouvirá falar de um grupo de godos circulando dentro das fronteiras imperiais até o segundo quartel do século V. É possível, também, que esses greutúngios tenham se diluído em meio aos romanos.

Em um primeiro momento, a política oficial parece ter consistido em assentar os *foederati* tervíngios (“federados”, nações que mantinham tratado, *foedus*, com *Roma* e cujos habitantes mantinham sua liberdade em território romano¹⁰⁴) em regiões fronteiriças, utilizando-os como barreira contra os avanços de outros grupos “bárbaros”

¹⁰¹ BACHRACH (1973, p. 28): “Among the Visigoths who followed Fritigern and his successors, there was an important group of Alans. These were the same Alans who carried out the cavalry charge at Adrianople which determined the outcome of the battle”.

¹⁰² Ammianus Marcellinus, *Res Gestae*, 31.13.18: “constatque vix tertiam evasisse exercitus partem”.

¹⁰³ HALSALL (2007, p. 179): “Estimates of the dead vary between 10,000 and 20,000. We shall never know the precise figure but it is more significant to note who died than how many. The regiments that suffered worst at Adrianople were the best eastern Palatine and comitatensian units”.

¹⁰⁴ BERGER (1953, p. 474): “Citizens of a state which was tied to Rome by a treaty of alliance (*foedus*). ‘They enjoy their liberty in our country and retain their property in the same way as in their own land; we enjoy the same rights in their country’ (D. 49.15.7 pr.)”.

mais hostis.¹⁰⁵ Assentados ao sul do *Hister*, nas províncias da *Thracia*, *Dacia Ripensis* e *Moesia I e II*, os civis entre esses *advenae* (estrangeiros) teriam sido tratados pelo Estado como *coloni*, simplesmente sendo agregados a propriedades já existentes e possuindo as obrigações fiscais próprias de tal condição.¹⁰⁶

A nação gótica havia sido cristianizada por Ulfila, um missionário “ariano”; assim chamado por ser um suposto seguidor de Ário, sacerdote atuante em *Alexandria ad Aegyptus* em fins do século III e início do IV. Os arianos rejeitavam a doutrina da *homoousia*, afirmando que O Filho, por ter vindo do Pai, não poderia tomar parte completamente em Sua natureza. A relação entre o católico Estado romano e os godos era, dessarte, mediada necessariamente por uma barreira religiosa.

Isso não significa, todavia, que o teor da discordância teológica entre cristãos arianos e católicos a respeito de Jesus tivesse qualquer impacto *per si* em suas práticas religiosas, mas apenas que os godos não estavam sob a autoridade dos bispos católicos. Um trecho da “História Eclesiástica”, escrita por Teodoreto de *Cyrrus* no segundo

¹⁰⁵ WOLFRAM (1979, pp. 154-155): “Since 382 the Romans had allowed certain barbarian tribes to live as federates within the Empire. But they were careful to restrict these barbarians to frontier regions. The barbarians were used to defend the Empire against incursions from other barbarians living beyond the Roman borders”.

¹⁰⁶ MIRCOVIC (1997, pp. 97-100): “References by orators at the time of Theodosius on the one hand and by Zosimus and Jordanes on the other, have little in common. It is clear that the account in Zosimus is stereotypical. Possibly, Jordanes, when he says that Goths under Athanaricus became Roman foederati, is simplifying or adapting the terminology of his own time to an act of Theodosius by which barbarians who settled on Roman territory were equated with Roman subjects when it came to their obligations to the state. [...] For many centuries the settlement of tribes or groups of barbarians on Roman soil had fiscal objectives, as clearly stated in several sources, as well as others, such as obtaining recruits for the army or workers in the mines. The status of immigrants evolved in time from the *dedicium* of the first or second century to those who were subject to Roman law and equated with the population of the province in which they were colonized—at least as far as recruitment and taxation were concerned. Both before and after Theodosius, they were *cultores* or *rura cultores*, people who tilled the land, or *tributarii*, as they were enrolled as *capita* in the tax-rolls. The term *colonus* seldom occurs in sources on the transmigration of the barbarian tribes outside the Empire. These were actually considered *advenae* working as *coloni*, therefore *loco colonorum*, as those who possessed neither land nor property. They were then in the position of dependent *coloni* or *adscripticii*. The Roman state guaranteed them this status by law, as is shown by the edict on *Scyri* of 409 A.D., C.Th. V 6,3. [...] When distributing barbarians as *coloni* to the landowners, the Roman state gave the *dominus fundi* the right to retain them on his land; in cases where they were sent to the cities, as for instance in the seventies or nineties of the fourth century, the state controlled them through its *rectores*. Their freedom was restricted in both cases, which is why groups of barbarians tended to settle on Roman land in the status of those subjugated to Roman laws. They also worked towards rising from *colonus* status to that of landlords. Two examples are known of an attempt to drive the landowners out by force: at the time of Emperor Valens, Goths on the Danube began to behave like *cives* and *domini*, suppressing those who were *possessores* and in 442 A.D. Alani in Gaul drove out the owners of the land on which they were settled and seized it for themselves”.

quartel do século V, revela como as discordâncias teológicas podiam ser deixadas de lado conforme as conveniências do momento:

Naquele tempo seu bispo era Ulfila e [os godos] tomaram de seus dizeres a maioria das leis que estabeleceram. Confortando-o com palavras e dinheiro, Eudóxio (bispo de *Constantinopolis*) levou-o a convencê-los a abraçar a comunhão com o imperador. Ele persuadiu-os, contudo, que a disputa [teológica] surgiu da ambição e que não havia, de fato, discrepância sobre o dogma. Hoje, portanto, os godos dizem que O Pai é maior que O Filho, mas negam que O Filho seja uma criatura, apesar de comungarem com aqueles que o dizem. Ainda assim eles não abandonam totalmente a doutrina de seu Padre, pois Ulfila os persuadiu a comungar com Eudóxio e [o imperador] Valente, tendo lhes dito não haver discrepância sobre dogma e que a discórdia era devida a uma disputa vazia.

(Teodoreto de Cirro, *História Eclesiástica*, 4.33)¹⁰⁷

Quanto ao “*paganismus*” ou “coisa de camponês” – nome derogatório dado pelos intelectuais da Igreja aos cultos politeístas tradicionais quando vistos em seu conjunto –, ele teria consistido em uma espécie de “massa esponjosa de tolerância e tradição”,¹⁰⁸ para usarmos a metáfora de Ramsay MacMullen. Opô-lo diametralmente a um “*cristianismus*” seria, assim, um exagero. Não apenas muitos dos “pagãos”, mesmo no século IV, devem ter visto o emergente cristianismo como “apenas mais um entre tantos cultos”, como não há qualquer razão para supormos que, digamos, um participante dos chamados “mistérios de *Eleusis*” (o culto a Deméter e Perséfone realizado próximo a *Athenae*) se identificasse mais, no nível religioso, com um mitraísta (cultuador de Mitra) do que com um adorador de Jesus.

As diferentes crenças religiosas resultavam, todavia, na formação de grupos políticos que, internamente, compartilhavam valores e símbolos. Isso implica que, a não ser que se esteja realizando um estudo sobre a história religiosa do Baixo Império, não é

¹⁰⁷ *Theodoretus Cyrensis, Historia Ecclesiastica*, 4.33: “*Illorum eo tempore Ulphilas episcopus erat, cui plurimum tribuebant, ejusque verba pro fixis legibus habebant. Hunc verbis delinitum, pecuniaque eblanditum Eudoxius adduxit, ut Barbaris amplectendam Imperatoris communionem persuaderet. Persuasit autem, cum diceret ex ambitione ortam esse contentionem, dogmatum vero nullam esse discrepantiam. Itaque hodie quoque Gothi majorem quidem Filio Patrem esse dicunt, sed creaturam dicere Filium abnuunt, tametsi cum iis qui dicunt communicent. Attamen a paterna doctrina prorsus non desciverunt, cum Ulphilas persuadens ipsis ut cum Eudoxio et Valente communicarent, nullam dogmatum discrepantiam esse dixerit, sed ex inani tantum contentione ortum dissidium*”.

¹⁰⁸ MACMULLEN (1997, p. 2: “*On the one hand was paganism, no more than a spongy mass of tolerance and tradition, so it might seem, confronting a growing number of people determined to do away with that mass utterly [...]*”.

preciso que se aborde os grupos religiosos de uma maneira diferente da qual se abordaria os partidos políticos. Para nossos propósitos, então, um “partido antibárbaro” não é intrinsecamente diferente de um “anticristão”, “antiariano”, “antipagão” ou mesmo “republicano”. Cada um deles, a partir do consenso interno acerca de um conjunto de valores e símbolos, teria proposto agendas políticas às autoridades, exercendo pressão para que seus interesses fossem atendidos.

Se tivermos em mente tal equivalência funcional entre os grupos religiosos e os partidos políticos, não nos causarão estranheza associações aparentemente insólitas como, por exemplo, aquela entre os tervíngios arianos e o senado de *Roma*, composto majoritariamente por “pagãos”, no ano de 410. Partidos políticos estão sempre abertos à possibilidade de estabelecer alianças, bastando que os benefícios a serem obtidos compensem as concessões que precisem ser feitas.

Retomemos nossa narrativa. O status de *foederati* obtido por esses tervíngios significava, ademais, que, em troca de “benefícios”, seus guerreiros colocavam-se a serviço do imperador, podendo ser empregados como *auxiliae* (tropas auxiliares) das legiões ou mesmo lhes substituindo. Devido sobretudo às dificuldades de recrutamento interno, o Estado romano paulatinamente se tornaria refém desses guerreiros estrangeiros. A natureza específica dos pagamentos romanos pela “proteção” seguramente era ditada pelas contingências, mas eles tipicamente incluíam remessas de metais preciosos.¹⁰⁹

¹⁰⁹ GORDON (1979, pp. 60-65): “*The specific purposes of these payments varied from region to region and from period to period, but in general they were threefold: to buy alliance and active military help against more formidable enemies; to buy immunity from attack; and to create division among the enemies of the empire so as to maintain the frontiers intact. [...] Throughout the pages of Dio and the Augustan Histories we read such phrases as, ‘Lupus was compelled to buy peace from the Maeatae for a great deal of money’; when the Germans ‘saw the gold pieces they were brought to heel’; ‘Why do the Goths receive such moneys from the emperor and we [the Carpi] nothing?’ Indeed, all the northern tribes along the Rhine and Danube seem to have been more or less constantly bribed by the weak empire to keep the peace. These subsidies were not backed, however, by any reliable army and so led only to further demands and, when these were not promptly met, to invasion and devastation of all the northern provinces. [...] After the war with the Goths which resulted in the death of Valens in A.D. 378, Theodosius and Gratian had a long struggle to restore order, a task they only accomplished by dividing the Goths against themselves. It is said of Gratian that ‘he put no trust in arms but sought to conquer [the Goths] by kindness and gifts,’ and Theodosius was called the ‘lover of peace and the Gothic race,’ a man who had given them annual “gifts.” Their arrangements led to a century of gradual usurpation of Roman authority within the empire by the Germanic tribes they settled there’”.*

Além da ameaça de grupos "bárbaros" inimigos, a própria presença dos *foederati* em território romano representava um risco permanente. A relação entre os *foederati* e os imperadores tendia a ser de má-fé: os romanos assumiam compromissos que não pretendiam cumprir e seus "aliados" extorquiam tudo o que podiam. Em função da estratégia de defesa em profundidade, empregada por Constantino I e seus sucessores, sempre que as ameaças fossem múltiplas, não parecia existir outra solução para a pressão sobre as fronteiras salvo a compra da lealdade dos inimigos em potencial. Pior ainda, após a guerra com os tervíngios, havia um contingente militar poderoso e semi-independente a operar dentro das fronteiras; o que evidentemente conduziria a conflitos cedo ou tarde.

Após a morte de Teodósio I, em 395, o império foi dividido entre os herdeiros. Ao filho mais velho, Arcádio, coube o oriente e ao mais novo, Honório, o ocidente. Como o último ainda era menor, o *magister militum* Estilício – filho de pai vândalo e mãe romana – tornou-se regente, assumindo o título de *magister utriusque militiae per occidentem praesentalis* (algo como “mestre de cada um dos exércitos do ocidente comandados [diretamente] pelo imperador”).

A divisão foi tensa, pois Estilício alegou que, no leito de morte, Teodósio manifestara o desejo de que ele se tornasse tutor não apenas de Honório, mas zelasse também por Arcádio, então já com dezoito anos.¹¹⁰

Alarico I, “rei” dos tervíngios, do clã dos *balti*, no ano imediatamente anterior à morte de Teodósio atuara como comandante das tropas auxiliares empregadas pelo imperador contra as forças do usurpador politeísta Eugênio, testa-de-ferro de um dos *magistri militum* do ocidente, o franco Arbogasto. Na batalha decisiva, ocorrida em setembro de 394 nas cercanias do rio *Frigidus* (Vipava, na Eslovênia), as forças de Teodósio obtiveram sucesso, sendo que as tropas de Alarico suportaram o maior peso da

¹¹⁰ CAMERON (1969, p. 247): “[...] on January 17, 395, (sic) Theodosius himself died at Milan, leaving the Empire divided between his two sons: the Western half to Honorius, the Eastern to Arcadius. At once Stilicho, *magister militum praesentalis* and husband of Theodosius’ favorite niece Serena, declared that Theodosius had on his deathbed appointed him regent of both Emperors. Honorius, still only nine years old, was clearly in need of some sort of mentor; but Arcadius, at eighteen, was quite old enough, it might have seemed, to rule in his own right”.

luta e sofreram as maiores baixas. Os guerreiros estrangeiros, naturalmente, esperavam que o império os recompensasse por sua bravura.

Seu desapontamento logo conduziria à insurreição. Em 396, enquanto os exércitos orientais estavam ocupados com incursões de hunos, Alarico e seus homens partiram da *Thracia* rumo ao sul, devastando as províncias da *Macedonia* e da *Thessalia*. Após cruzarem o desfiladeiro das *Thermopylae*, chegaram à península da *Attica*. *Athenae* (Atenas), à época pouco mais do que uma cidade universitária, acabou poupada. As muralhas da cidade quiçá tenham cumprido algum papel na inação dos rebeldes, porém é mais provável que o fator principal tenha sido algum tipo de gratificação oferecida pela cidade, porquanto Zósimo relatou que Alarico e uma pequena delegação foi recebida pelos atenienses mais notáveis, de quem teriam recebido presentes.¹¹¹ Rumando em seguida para o sul, as tropas de Alarico saquearam *Corinthus*, *Argos* e *Sparta*. No ano seguinte, quando Estilício e as tropas móveis do ocidente finalmente alcançavam os rebeldes (que a esta altura possivelmente já sofriam com as dificuldades de abastecimento), um acordo de paz foi estabelecido entre Constantinopla e o “rei” tervíngio, que foi então apontado *magister militum per Illyricum*, antes que qualquer batalha decisiva pudesse ser travada.

2.2 – A primeira invasão da *Italia* pelo exército de Alarico

Com perfídia, os godos irrompantes encontraram a hora para a invasão. Enquanto a *Raetia* ocupava nossas forças e as coortes suavam alhures por Marte.

(Cláudio Claudiano, Sobre a Guerra Gótica, 278-280)¹¹²

¹¹¹ Zosimos, *Nea Historia*, 5.5-6: “Thereupon Alaric departed from Thrace and proceeded to Macedonia and Thessaly, overthrowing everything en route. [...] The reason why the city [of Athens] was saved ought not to be passed over in silence, being somehow a work of the gods that should restore its hearers to piety. While Alaric with his entire force was approaching the city he spied Athena Promachos patrolling the wall just as she can be seen in statue form, armed and looking capable of withstanding the invaders: she appeared to stand exactly like the heroic Achilles that Homer portrayed opposed to the Trojans when in his wrath he waged a war of revenge for the death of Patroclus. Alaric could not bear the sight of her, but put a stop to any attempt against the city and offered terms of peace through heralds. [The Athenians] received these favorably, and exchanged oaths, whereupon Alaric with a small escort entered Athens. He encountered an altogether cordial welcome and, having bathed, dined with the city's notables, and received gifts besides, he departed leaving the city and all Attica unharmed”.

¹¹² Claudius Claudianus, *De Bello Gothico*, 278-280: “si perfidia nacti penetrabile tempus inrupere Getae, nostras dum Raetia vires occupat atque alio desudant Marte cohortes”.

Foi assim que o poeta Cláudio Claudiano narrou a invasão da *Italia* por Alarico e seus homens em 401, ocorrida no momento em que as forças do império oriental estavam ocupadas com incursões de hunos na *Asia Minor* e as do ocidental com dificuldades na fronteira da *Raetia*. Os motivos por trás das ações do líder tervíngio não são claros. Jordanes, não obstante, atribuiu a rebelião à aspiração que o povo mantinha de possuir um reino próprio, como pode-se ver no excerto a seguir:

Assim, tão logo Alarico foi nomeado rei, ele deliberou com seus homens e os persuadiu a buscar um reino pelo próprio labor em vez de servirem, no ócio, a estrangeiros. Recrutou um exército durante o consulado de Estilício e Aureliano e, astutamente, passou despercebido pela Panônia e por *Sirmium*, quase como se estes estivessem despojados de homens, penetrando na *Italia*. Não encontrando resistência, avançou até a ponte sobre o rio *Candidianus*, que dista três milhas da real [cidade] de Ravena.

(Jordanes, *Gética*, 29.147)¹¹³

O desejo de autodeterminação prevalente entre os tervíngios, aludido por Jordanes, era possivelmente verdadeiro e talvez tenha sido o responsável, em grande medida, pelas posições adotadas por seus líderes nas décadas seguintes. Não obstante, é provável que as decisões de Alarico tanto pela insurreição como pelo avanço sobre a *Italia* tenham tido, naquele dado momento, mais a ver com sua insegurança a respeito da própria posição, porquanto o partido antibárbaro vinha ganhando ascendência em *Constantinopolis*.¹¹⁴ O ideário dos opositores de Alarico pode ser estimado a partir do

¹¹³ *Jordanes, Getica*, 29.147: “*Mox ergo antefatus Halaricus creatus est rex, cum suis deliberans suasit eos suo labore quaerere regna quam alienis per otium subiacere, et sumpto exercitu per Pannonias Stilicone et Aureliano consulibus et per Sirmium dextroque latere quasi viris vacuum intravit Italiam nulloque penitus obsistente ad pontem applicavit Candidiani, qui tertio miliario ab urbe aberat regia Ravennate*”.

¹¹⁴ BAYLESS (1967, p. 66): “*Stilicho had refused to recognize the consulship of Eutropius in 399 as relations between the two courts were worsening. Stilicho continued this policy in 400 by not recognizing Aurelian as consul, presumably because of the anti-barbarian tone of his government*”. KULIKOWSKI (2007, pp. 168-169): “*We have already briefly met the Gothic leaders Gainas and Tribigild, the one a commander in the army that Theodosius had taken to fight Eugenius, the other in charge of troops at Nacoleia in Asia Minor. Tribigild, perhaps having decided to imitate Alaric and win a promotion for himself, raised a rebellion in spring 399 and defeated the first imperial army sent to fight him. Gainas, sent to suppress the rebellion, decided that Tribigild was too powerful to defeat. He recommended that the imperial court enter into negotiations, which he undertook to manage. Tribigild’s chief condition for renewed allegiance was the deposition of Eutropius. [...] Eutropius was cast out of office along with his supporters in August 399, enjoying a short exile in Cyprus before being executed on spurious treason charges. [...] That, however, did not satisfy Gainas, who now bargained on his own account, rather than as an intermediary with Tribigild. [...] In April 400, Gainas marched his army to Chalcedon, on the Asian side of the Bosphorus opposite Constantinople. He demanded what Alaric had received three years before – a senior military command – and also the consulate. Several other senior generals had held the consulate and Gainas clearly felt his own services had earned similar recognition. He also demanded the*

seguinte trecho de um discurso endereçado, à época, pelo filósofo neoplatônico (e futuro bispo) Sinésio de *Cyrene* (Shahhat, na Líbia) ao imperador Honório:

Mesmo no atual estado saudável já anunciam-se alguns problemas; e conflitos entre soldados pouco armados tem acontecido. Alguns destes, como um abscesso, inflamam o império; como no caso de um corpo ao qual partes estranhas são incapazes de unir-se em um estado saudável e harmonioso. O que é estranho, tanto no caso de corpos como de cidades, deve ser removido, como diria o médico imperial. Por acaso existiria outra maneira para que os nossos homens arruinem-se mais rapidamente do que não opor aos estrangeiros forças, como se estes fossem dos nossos, isentando indulgentemente do serviço militar os [cidadãos] requerentes e permitindo, ademais, àqueles [cidadãos] que estejam na região [onde ocorra um conflito] que ocupem-se de outras coisas? Em vez de permitirmos que os citas (godos) portem armas aqui, melhor seria se buscássemos aquele homem que ama a agricultura a ponto de querer defender a terra. E, se mesmo depois disso estivéssemos preenchendo as fileiras militares, que buscássemos também o filósofo e o professor, o trabalhador assalariado e o artesão que trabalha visando o lucro.

(Sinésio de Cirene, Sobre o Reino, 22)¹¹⁵

O partido antibárbaro defendia, dessarte, que era impossível uma assimilação verdadeira dos forasteiros ao império. Para impossibilitá-los de continuar a causar danos seria necessário, todavia, acabar com a dependência romana de soldados estrangeiros. Esta, a propósito, era vista como decorrente principalmente das dificuldades crônicas encontradas pelas autoridades para o recrutamento dos cidadãos.

De todo modo, com Estilício e maior parte das tropas móveis do ocidente (excetuando provavelmente as da *Tingitana*) lutando na *Raetia*, Alarico e seus homens puderam mover-se à vontade pelo norte da *Italia*.

deposition of Aurelian. Two of the three requests were granted – Aurelian was deposed and Gainas was designated consul for the following year. However, the new praetorian prefect Caesarius was just as hostile to Gainas as Eutropius and Aurelian had been, and the Goths were unpopular with the people of Constantinople as well. In July, Gainas decided that it would be safer to move his troops away from the city and into Thrace. But mobilization provoked riots, and thousands of Goths, mostly civilians, were massacred inside the city by the urban mob, many burned alive in the church where they had taken shelter”.

¹¹⁵ Synesios Kyrenaikos, *De Regno*, 22: “*Hujus sane rei aliquot jam praeludia, ac velitationes existunt; nonnullaeque cum tumore inflamantur imperii, ceu corporis, pares, cum quo quae sunt aliena in ejusdem sani temperamentum concordiam coalescere nequeunt. Alienum autem omne ut a corporibus, ita a civitatibus excerni oportere tam medici quam imperatores dixerint. At neque contrarias illis vires oponere; et perinde ac si illae nostrae essent, vacationem a militia postulantibus indulgere, caeterosque, qui in regione sunt, aliis rebus occupari permittere, quid aliud quam hominum ad interitum festinantium est? Cum potius, quam arma gerere hic Scythas permittamus, petendi sint amica ab agricultura, qui ipsam tueantur homines, ac tantisper ii centuriandi sint, dum et philosopho e schola, et operario e quaestuario artificio”.*

Os tervíngios foram alcançados por Estilício e seu exército somente na páscoa de 402, em *Pollentia*, nas cercanias de *Augusta Taurinorum* (Turim). A esta altura, os romanos provavelmente contavam também com as *limitanei* provenientes da *Raetia* e das fortificações ao longo do *Rhenus*, além de *auxiliae* compostas por alanos e, talvez, hunos. Cláudio Claudiano também mencionou a vinda de tropas da *Britannia*, por mais improvável que isso possa parecer:

Apressaram-se as forças vizinhas, recentemente aprovadas por sua defesa da *Raetia* e do abundante espólio de *Vindelicia*.¹¹⁶ Veio de fora a legião que guardava a *Britannia*, que freiou os selvagens scottos, que escreveram a ferro figuras nas faces dos pictos à beira da morte. De fato, [vieram] até mesmo aquelas tropas que opunham-se aos loiros *sygambri* e as que conquistaram os *chatti* e os brutais *cherusci*, neste ponto todas volveram seus cuidados e ameaças para o que estava longe, deixando a guarda do *Rhenus* somente ao medo [dos romanos].

(Cláudio Claudiano, Sobre a Guerra Gótica, 414-422)¹¹⁷

Tamanhos reforços nem foram necessários. Quando o exército invasor estava desmobilizado em função das festividades religiosas, comandados de Estilício avançaram na surdina e fizeram um grande número de prisioneiros, incluindo familiares de Alarico.

Teria sido acordado, então, que os tervíngios retornariam à *Pannonia* em troca dos prisioneiros. Rumando para leste, os *foederati* mais uma vez se revelariam pouco confiáveis, capturando a cidade de *Verona*. Tal empreitada resultou somente em mais uma vitória para as forças de Estilício, de modo que Alarico não teve outra escolha salvo partir da *Italia* com seu exército.

Os tervíngios, mesmo após a derrota em *Verona*, provavelmente ainda constituíam uma força significativa, uma vez que o poeta Cláudio Claudiano, sempre elogioso dos feitos de Estilício, ao mencionar Alarico, reconheceu que:

¹¹⁶ Região ao sul do alto *Hister*, da qual fazia parte a cidade de *Augusta Vindelicorum* (Agsburgo, na Alemanha).

¹¹⁷ *Claudius Claudianus, De Bello Gothico*, 414-422: “*adcurrit vicina manus, quam Raetia nupte Vandalicis auctam spoliis defensa probavit; venit et extremis legio praetenta Britannis, quae Scotto dat frena truci ferroque notatasperlegit exanimes Picto moriente figuras; agmina quin etiam flavis obiecta Sygambris quaeque domant Chattos inmansuetosque Cheruscos, huc omnes vertere minas tutumque remotis excubiis Rhenum solo terrore relinquunt*”.

Sua engenhosidade não foi destruída apesar das derrotas atrozés,
porquanto ele ainda buscava uma passagem oculta pelas montanhas,
como se pelas rochas pudesse de súbito fazer demandas na *Raetia* e na
Gallia.

(Cláudio Claudiano, Panegírico sobre o sexto consulado do imperador Honório,
229-232)¹¹⁸

A primeira invasão da *Italia* pelo exército de Alarico, além de fortalecer o partido antibárbaro em toda parte, parece ter tido como principal consequência a mudança da capital ocidental, de *Mediolanum* para *Ravenna*, cidade cuja proximidade com o mar facilitaria a defesa do imperador.¹¹⁹ Ainda assim, a decisão inicial parece ter sido deslocar a corte não para *Ravenna*, mas para *Arelatum* (Arles), cidade litorânea situada 80 quilômetros a noroeste de *Massilia* (Marselha). Tal plano, contudo, teria sido abandonado diante do enorme risco que um deslocamento do monarca da *Italia* para as *Galliae* provocaria naquele momento. Quanto a *Roma*, a cidade desde os tempos de Diocleciano havia deixado de ser o local de residência do soberano e, durante todo o século IV, quicá não tenham ocorrido mais de três visitas imperiais.¹²⁰

Após o recuo dos tervíngios, a *Italia* parece ter experimentado dois ou três anos de calma mas, em 405, o exército móvel de Estilicão já estava novamente em ação para defendê-la. Dessa vez a ameaça era a enorme hoste recrutada pelo líder godo Radagásio. As fontes discordam quanto à origem e aos efetivos dos invasores. Para Orósio teriam sido 200.000 godos,¹²¹ enquanto Zósimo afirmou que o total teria sido de

¹¹⁸ *Claudius Claudianus, Panegyricus de Sexto Consulatu Honorii Augusti, 229-232: "Non tamen ingenium tantis se cladibus atrox deicit: occulto temptabat tramite montes, si qua per scopulos subitas exquirere posset in Raetos Gallosque vias"*.

¹¹⁹ FERRILL (1989, p. 90): "Sabe-se que Ravena era militarmente defensável, e uma base mais sólida para a corte no Norte da Itália do que a exposta cidade de Milão. Centenas de anos antes, Ravena fora escolhida por Augusto como a principal base naval romana no Adriático setentrional. Hoje, Ravena está a uns seis quilômetros da costa e é uma cidade relativamente áriada, mas na antigüidade (sic) romana parecia mais com a Veneza de hoje, cercada por água e charcos, e recortada por canais".

¹²⁰ Seguindo a interpretação que Alan Cameron (1969, p. 262) fez de *Claudius Claudianus, Panegyricus de Sexto Consulatu Honorii Augusti, 392-395: his annis, qui lustra mihi bis dena recensent, nostra ter Augustos intra pomeria vidi, temporibus variis; eadem sed causa tropaei civilis dissensus erat*. (Nestes anos que contabilizam vinte lustras, vi o imperador adentrar o *pomerium* [somente] três vezes, e em momentos diversos; cada um deles ocasionado por vitórias [imperiais] em desavenças civis).

¹²¹ *Paulus Orosius, Historia Adversum Paganos, 7.37.4: "Radagaisus, omnium antiquorum praesentiumque hostium longe immanissimus, repentino impetu totam inundavit Italiam. nam fuisse in populo eius plus quam ducenta milia Gothorum ferunt"*.

400.000 homens, recrutados entre as nações celtas e germânicas das terras além do *Hister* e do *Rhenus*.¹²²

Escrevendo somente cerca de uma década depois do ocorrido, Orósio seria, a princípio, uma fonte mais confiável do que Zósimo, cujo texto é cerca oitenta anos mais recente. Ainda assim, nenhum dos dois parece totalmente confiável quando à campanha em questão. Orósio colocou todo o exército de Radagásio como sendo composto simplesmente por “godos”. Não há razão para imaginarmos que Zósimo (ou suas fontes) tenham inventado distinções étnicas onde elas não existiam, de forma que os “godos” de Orósio seriam resultado ou da desinformação do historiador quanto à natureza dos eventos por ele narrados ou de uma alcunha genérica para todos aqueles que viviam nas terras ao norte do baixo *Hister*, caso mais provável.

Quanto aos efetivos, os 400.000 da narrativa de Zósimo simplesmente não podem ser levados a sério, a não ser que nele incluamos mulheres, crianças e idosos. Isso traria o total de combatentes efetivos para algo em torno de 80.000; um número elevado mas não impossível. Os 200.000 alegados por Orósio seriam, por sua vez, *parcissime referunt*, os mais parcós relatados.¹²³ A cifra pode parecer exagerada mas, pelo mesmo raciocínio, resultaria em cerca de 40.000 combatentes; quantidade perfeitamente plausível.

Totalizassem 40.000 ou 80.000 os guerreiros de Radagásio, é certo que o exército móvel dos romanos, mesmo contando com reforços vindos de outras partes do ocidente e tropas auxiliares bárbaras (recrutadas entre hunos e godos, segundo Orósio, ou entre hunos e alanos, segundo Zósimo), estava em grande desvantagem numérica, porquanto a vitória definitiva de Estilício, ocorrida na região de *Florentia* (Florença), ainda que houvesse demorado mais de um ano, foi considerada prodigiosa. Após a batalha, uma parcela dos sobreviventes do derrotado exército invasor foi escravizada e vendida, enquanto outra foi incorporada por Estilício como *auxiliae*.

¹²² Zosimos, *Nea Historia*, 5.26: “Rhodogaisus was collecting 400,000 men from among the Celtic and Germanic nations above the Danube and the Rhine and preparing to cross into Italy”.

¹²³ Paulus Orosius, *Historia Adversum Paganos*, 7.37.13: “Conterritum diuinitus Radagaisum in Faesulanos montes cogit eiusque - secundum eos qui parcissime referunt - ducenta milia hominum inopum consilii et cibi in arido et aspero montis iugo”.

Nessa campanha, também chama atenção que Estilicão, conforme Zósimo, teria empregado na luta contra Radagásio todos os efetivos então alojados na cidade de *Ticinum* (Pávia, ao sul de Milão), o que perfaria trinta *numeri* (divisões), ou algo em torno de 15.000 homens. Esse número reduzido talvez represente a maior parte do exército móvel do ocidente naquele momento. A despeito do emprego da estratégia de defesa em profundidade, as tropas regulares restantes estariam envolvidas na guarda de postos no extenso perímetro do Império Ocidental. Dentre essas *limitanei*, Estilicão dessa vez teria podido contar, em função da proximidade geográfica, sobretudo com as que guardavam as fronteiras do alto *Rhenus*.

Vimos anteriormente que a porção oriental da *Praefectura Pretorio Galliarum* contava com três *duces*, o que significa que deveria haver igual número de importantes *castrae* (fortalezas) na região. Eles ficariam localizados em *Moguntiacum* (Mainz), *Argentoratum* (Estrasburgo) e *Vesontio* (Besançon), sendo que o primeiro, além de mais distante, era provavelmente o maior.

A rota mais curta entre *Ticinum* e a *Moguntiacum* incluía *Mediolanum* (Milão), os *Alpes Graiani* (Alpes Graianos), *Lugdunum* (Lyon) e *Augusta Treverorum* (Tréveris); totalizando algo em torno de 1.250 quilômetros. Isso significa que uma mensagem de Estilicão pedindo reforços ao *dux* de *Moguntiacum* levaria cerca de dezessete dias para chegar ao seu destino.¹²⁴ No caso de *Argentoratum*, a demora seria de quatorze dias e, no de *Vesontio*, doze.¹²⁵

¹²⁴ Segundo as estimativas de RAMSAY (1924), um mensageiro romano percorreria no mínimo sessenta e no máximo cem quilômetros por dia, dependendo do terreno, das condições climáticas e da urgência. A velocidade média, contudo, ficaria em torno de setenta e cinco quilômetros por dia.

¹²⁵ As principais estradas da Itália e França atuais tem suas origens nas vias romanas. Aliás, mesmo a maioria das principais cidades hoje existentes evoluíram de localidades que tangenciavam tais estradas. Um viajante que partisse de *Ticinum* (Pávia) para qualquer das três localidades em questão passaria necessariamente por *Mediolanum* (Milão). Depois de atravessar os *Alpes Graiani* (Alpes Graianos) pela passagem hoje conhecida por *Colle del Piccolo San Bernardo*, a próxima parada seria *Lemencum* (Chambéry). Então o caminho seria rumo a *Lugdunum* (Lyon), a oeste. A cidade localizava-se em uma encruzilhada de duas vias principais. O viajante deveria, então, abandonar a via leste-oeste e tomar a norte-sul, rumando para o norte. Caso seu destino fosse *Vesontio* (Besançon), ele deveria abandonar a via principal em *Divio* (Dijon) e tomar uma estrada secundária para o leste. Caso fosse *Argentoratum* (Estrasburgo), o viajante continuaria pela via principal em sentido norte. Na bifurcação de *Andematunnum* (Langres), seria preciso que ele tomasse a estrada oriental, seguindo até *Nanciacum* (Nancy). O viajante, então, deixaria a via principal e, tomando a estrada secundária rumo a leste, chegaria ao seu destino. Quanto àquele que pretendesse ir até *Moguntiacum* (Mainz), ele deveria permanecer na via principal em *Nanciacum* (Nancy), continuando em sentido nordeste até chegar a *Augusta Treverorum* (Tréveris). Para chegar ao seu destino, o viajante deveria, então, abandonar a via principal, que se

Desde a república, o *iustum iter*, o dia de marcha normal de uma legião regularmente treinada, era de vinte milhas romanas ou cerca de trinta quilômetros. Segundo Vegécio, ademais, uma legião que marchasse a passo acelerado poderia percorrer até vinte e quatro milhas romanas em um dia.¹²⁶ Assim, pela via mais curta, um destacamento que saísse de *Moguntiacum* demoraria de trinta e cinco a quarenta e dois dias para chegar a *Ticinum*, dependendo da velocidade de marcha. Para as tropas de *Argentoratum* seriam necessários de vinte e nove a trinta e cinco dias e, para as de *Vesontio*, de vinte e cinco a trinta.

Se considerarmos, ademais, que parte das tropas estaria dispersa pelos diversos *castella* (fortes) e *burgi* (torres) que compunham qualquer região fronteiriça, os *duces* teriam precisado de mais alguns dias para colocar as *limitanei* (tropas de fronteira) em movimento. Podemos concluir, desse modo, que Estilicão provavelmente teve que aguardar em *Ticinum* mais de dois meses pelos reforços da fronteira do *Rhenus*.

A demora na resposta às crises nas fronteiras era, assim, um problema intrínseco ao sistema de defesa em profundidade, em função da pouca velocidade de deslocamento das informações e das tropas. O sistema, ademais, era incrivelmente inútil quando fosse preciso lidar com ameaças múltiplas, como veremos pelos acontecimentos posteriores.

Os romanos do início do século V, além disso, tinham grande dificuldade para colocar no campo-de-batalha um exército realmente numeroso, como podemos perceber através de comparações simples. Em 101, na segunda batalha de *Tapae*, na qual o imperador Trajano conduziu seu exército sobre o de Decébalos, rei da *Dacia*, os romanos teriam empregado 50.000 homens, sendo que um contingente similar teria permanecido na retaguarda, em postos juntos ao *Hister*. Do total, somente cerca de 4.000 não seriam soldados regulares, mas estrangeiros servindo como *auxiliae*.¹²⁷ Imaginemos, então, que

estendia até *Colonia Agrippina* (Colônia), e tomar a estrada secundária rumo a leste. As distâncias totais seriam: 884 quilômetros para o trajeto *Ticinum-Vesontio*; 1051 para *Ticinum-Argentoratum*; e 1.243 para *Ticinum-Moguntiacum*. A margens de erro são pequenas.

¹²⁶ Flavius Renatus Vegetius, *De Re Militari*, 1.9. Para o *iustum iter*, vide BENARIO (1986).

¹²⁷ BENNETT (1991, p. 91): “In all, there were some 90 auxiliary regiments along the Ister at this date, 21 alae, or heavy cavalry, 5 of which were double strength; 33 cohortes equitatae, the mixed units of light cavalry and infantry, 9 of double strength; 25 infantry cohortes peditatae, 6 double strength; and 10 regiments of archers, the cohortes sagittariae, 3 of which were part-mounted, 1 of double strength;

não fossem os romanos a avançar sobre o território estrangeiro, mas os dácios. Nesse caso, Trajano poderia contar com todos os 100.000 homens contra as forças de Decébalos. Na batalha de *Florentia* contra Radagásio, todavia, Estilício teria podido, na mais otimista das estimativas, contar com somente cerca de 22.000 a 23.000 soldados regulares e mais algo como 5.000 estrangeiros.

Cada uma das três fortalezas do *Rhenus* abrigava no máximo 3.000 soldados de infantaria regulares e mais um número desconhecido, porém provavelmente pequeno, de *auxiliae*. Teoricamente, assim, sua força máxima combinada seria cerca de 10.000 homens, total que certamente nunca era atingido ou mesmo aproximado. Somente três anos antes, para enfrentar Alarico, Estilício já havia retirado tropas desses mesmos locais e é tido como certo que ao menos partes delas tenham sido incorporadas ao exército móvel. Em virtude disso, é possível supormos que a força combinada das *limitanei* do *Rhenus* não passasse de 6.000 ou 7.000. As menores unidades de infantaria da época eram as *legio* do exército móvel, com 1.000 homens. Estilício teria, assim, que deixar ao menos esse total em cada fortaleza, o que implica que dessa vez teria podido retirar somente 3.000 ou 4.000 *limitanei* do *Rhenus*.

O *limes germanicus*, além das três, fortalezas, contava com um destacamento do exército móvel que normalmente operava no *tractus argentoratensis*, a região de *Argentoratum*. É impossível sabermos seu tamanho exato, mas sua força total certamente era menor do que os 5.000 a 6.000 homens que as legiões do Alto Império teoricamente possuíam. Nesse caso, 4.000 homens quiçá seja uma estimativa até otimista. Além disso, a tendência geral do período foi a substituição progressiva das tropas regulares por pequenos exércitos estrangeiros, em virtude das dificuldades no recrutamento entre os cidadãos. A reação romana a Radagásio, ademais, parece ter sido

together, they perhaps numbered in all no fewer than 55,000 men. Finally, Trajan could call upon an unspecified number of nationes and symmachiarum, ethnic levies fighting for Rome as a result of treaty obligations by the client-kingdoms on the periphery of the empire. One literary source, De metatione castrorum, which apparently describes the methods used for encampment by an army group in the First Dacian War, indicates the involvement of 500 Palmyrenes, 900 Getae, 700 Daci, 500 Britons and 700 Cantabri. In addition to these, Dio attests to the involvement of the 'Mauron symmachias', the Moorish cavalry led by Lusius Quietus, and there is figural evidence for the presence of Balearic slingmen. These national units fought in national dress, wielding their own ethnic weapons, and like the auxiliaries were used for reconnaissance and skirmishing. All in all, then, the army assembled by Trajan was easily the largest ever gathered by Rome: even if half remained behind to secure the defence of the Danubian provinces, 50,000 men were available for combat".

em grande medida improvisada. Não teria havido tempo, assim, para que os romanos recrutassem e treinassem novas tropas regulares, de modo que eles talvez acabassem por fiar-se na contratação de estrangeiros. Mais uma vez sendo muito generosos, poderíamos sugerir um teto de 5.000 para as tropas auxiliares empregadas em *Florentia*. Isso traria os efetivos sob o comando de Estilício para, no máximo, 27.000 a 28.000.

Contra um inimigo que, mesmo não contando com linhas de suprimento, foi descrito por Orósio como *omnium antiquorum praesentiumque hostium longe immanissimus*, ou “de longe o mais brutal entre todos os nossos inimigos, do passado e do presente” (Paulo Orósio, História contra os Pagãos, 7.37.4; supracitado) e cujo exército devia totalizar algo entre 40.000 e 80.000 homens, a força romana total em *Florentia* teria sido de, no máximo, parques 27.000 a 28.000 homens.

Voltando à comparação proposta, ainda que levemos em conta que Trajano governava um império unificado enquanto Estilício somente comandava o exército do ocidente, a disparidade entre os 100.000 homens disponíveis para um e os 27.000 a 28.000 para o outro é grande demais, atestando a fraqueza relativa do exército romano do início do século V.

Se, alegando que o principado de Trajano estaria por demais recuado no tempo para que a comparação com Estilício fizesse qualquer sentido, compararmos o exército romano do início do século V com antecessores mais próximos, o juízo acerca de sua fraqueza relativa pouco se altera. Oitenta e dois anos antes da batalha de *Florentia*, em 324, os imperadores Constantino I e Licínio colocaram as forças dos exércitos oriental e ocidental frente à frente, sendo que cada um teria contado com bem mais de 100.000 homens.¹²⁸ Ocorreria, assim, uma assombrosa deterioração na capacidade do exército romano entre as eras de Constantino I e de Estilício.

2.3 – A invasão da fronteira do *Rhenus* no ano de 407

¹²⁸ POHLSANDER (2004, p. 44): “In 323, in the course of campaigning against the Goths (or Sarmatians?), who had crossed the Danube and invaded Roman territory, he violated Licinius’ territory and thus created a *casus belli*. Hostilities commenced in 324; both sides had amassed armies well in excess of 100,000 men”.

Ano designado pelo sexto consulado de Arcádio, [desta vez] com Probo (406 e. c.). Vândalos e alanos atravessam o *Rhenus* para ingressar na *Gallia* na véspera do mês de janeiro.

(Próspero da *Aquitania*, Crônica Integral, 2)¹²⁹

As breves palavras do cronista cristão Próspero da *Aquitania* certamente não nos permitem inferir a dimensão das invasões das *Galliae* por povos vindos da *Germania Magna*, ocorrida entre fins de 406 e início de 407. Seu testemunho é importante por ser a mais sólida evidência quanto ao ano em que ocorreram as invasões (que contaram, também, com um grande contingente de suevos); o que denota, ademais, a pobreza das fontes relativas ao século V.

Os *wandali* ou vândalos eram germânicos orientais, proximamente aparentados com os tervíngios, enquanto os *suebi* ou suevos eram germânicos ocidentais, o que significa que, a despeito de seu parentesco com vândalos e tervíngios, sua língua não podia ser compreendida por estes. Os vândalos se dividiam em duas tribos, *silingi* ou silíngios e *hasdingi* ou hasdíngios. Os *alani* ou alanos, por seu turno, nem indo-europeus eram. Tratava-se de uma tribo sármata, que falava uma língua iraniana oriental.

A invasão deu-se próxima a *Moguntiacum*, a despeito da região contar com a mais forte das *castrae* (fortalezas) do *limes germanicus*. Apesar da lacuna documental, a facilidade com que as invasões ocorreram sugere que os efetivos da fronteira do *Rhenus* ainda não haviam sido plenamente restabelecidos após duas convocações sucessivas quando das guerras empreendidas por Estilício contra Alarico e Radagásio. *Foederati* francos assentados na região parecem ter oposto alguma resistência aos invasores, inutilmente.¹³⁰

Pelas aldeias, fazendas, campos, encruzilhadas e tudo mais,
Pelos distritos, por todos os caminhos aqui e lá
Morte, dor, destruição, caos, incêndios, luto
Como uma única pira fúnebre queimava toda a *Gallia*.

¹²⁹ *Prosperus Aquitanicus, Chronicum Integrum*, 2: “Arcadio VI et Probo Coss. Vandali et Alani Galliae, trajecto Rheno, pridie kal. Januariis ingressi”.

¹³⁰ MINOR III (1976, p. 7): “Certain foederati, notably the Franks, did put up an initial resistance to the invaders, but were unable to stop the numerically superior forces”.

Enquanto as *Galliae* queimavam, como na caracterização feita por Oriêncio, bispo de *Augusta Auscorum* (a moderna Auch, França) e contemporâneo dos eventos em questão, Estilício, surpreendentemente, permanecia em larga medida indiferente. Uma inação desse porte precisaria de uma boa justificativa e ele não parecia possuir uma. Seus opositores alegavam, então, que ele conchavava com Alarico para anexar ao Império do Ocidente - e, portanto, a seu controle direto - ao menos parte dos territórios da *Praefectura Praetorio Illyrici*, a região administrativa imediatamente a leste da *Praefectura Praetorio Italiae* que coubera ao Império do Oriente quando da morte de Teodósio I.

Se lembrarmos como, em 396, Arcádio negociara secretamente uma paz com Alarico enquanto Estilício e o exército móvel do ocidente estavam a persegui-lo perceberemos que mesmo no início dos reinados dos filhos de Teodósio I a tensão entre o Império Ocidental e o Oriental já era grande. É claro que, no episódio em questão, a negociação direta de Arcádio com o godo insurreto talvez se justificasse porquanto as áreas devastadas faziam parte do Império Oriental e não do Ocidental. De todo modo, não deve haver dúvida de que tal incidente serviu para estremecer as relações entre as duas cortes. É curioso, também, como até mesmo episódios sem real importância geopolítica podiam ser motivo de discórdia. O banimento de João Crisóstomo por Arcádio, em 404, é um exemplo disso. O religioso ocupava, então, a posição de arcebispo de *Constantinopolis* e, devido a um desentendimento com a imperatriz Eudóxia, foi levado da cidade à força, morrendo três anos mais tarde em *Comana Pontica* (próxima da moderna Tokat, na Turquia). Honório reagiu, supostamente por influência de Estilício, fechando os portos ocidentais aos comerciantes orientais.

O fato é que a aparente preocupação de Estilício em expandir as fronteiras do Império do Ocidente para leste a todos pareceu injustificada, especialmente após a invasão das *Galliae*, visto que o controle de províncias orientais adjacentes à *Italia* (como *Noricum Mediterraneum* e *Dalmatia*) pouco acrescentaria ao poder de Honório

¹³¹ *Orientius, Commonitorium*, 2.181-184: “*Per vicos, villas, per rura, et compita, et omnes, / Per pagos, totis inde vel inde viis / Mors, dolor, excidium, strages, incendia, luctus / Uno fumavit Gallia tota rogo*”.

naquele momento, a despeito da relativa proximidade (cerca de 350 quilômetros) entre a praticamente inexpugnável *Ravenna* e a barreira natural constituída pelos *Alpes Iulius* (Alpes Julianos).

O controle de Honório sobre os territórios ocidentais recuou mais ainda quando, alguns meses após as invasões, um certo Flávio Cláudio Constantino, então no comando de destacamentos do exército móvel nas *Britanniae*, cruzou o *oceanus Britannicus* (canal da Mancha) e avançou sobre as *Galliae*, tomando para si o título de “*augustus*” (imperador sênior). Esse “Constantino III” e seus homens supostamente temiam ficar isolados do resto do Império do Ocidente após as invasões realizadas por vândalos, alanos e suevos e sua movimentação pretendia restaurar o controle romano sobre as regiões afetadas.¹³²

Ainda assim, durante mais de dois anos, os invasores estrangeiros puderam se deslocar rumo a oeste sem que sofressem qualquer oposição militar significativa. Em 409 estavam prestes a cruzar o *Pyrenaeum* (os Pireneus) e avançar sobre as *Hispaniae*, como podemos deprender de uma carta escrita por Sofrônio Eusébio Jerônimo (ou São Jerônimo):

Falarei um pouco das misérias do presente. Raros entre nós são os que ainda prosseguem; não por nosso mérito, mas pela misericórdia do Senhor. Incontáveis nações selvagens ocuparam todas as partes das *Galliae*. Dos *Alpes* ao *Pyrenaeum* (os Pireneus), do *Oceanus* (Oceano Atlântico) ao *Rhenus*, quados, vândalos, sármatas, alanos, gépidas, hérulos, saxões, burgúndios, almanos e, ó república padecente, até hostes de panônios devastaram [a região]. ‘Até veio Assur com eles’. *Moguntiacum*, antes cidade nobre, foi capturada e subjugada e, na igreja, muitos milhares de homens foram trucidados. As pessoas de *Vangium* (Worms, Alemanha) foram, depois de longo cerco, eliminadas. A muito poderosa cidade de *Remorum* (Rheims, França), os ambianos [em *Samarobriva* (Amiens, França)], [a cidade de] *Atrabatum* (Arras, França), os homens das fronteiras de *Bononia* (Boulogne-sur-Mer, França), *Tornacum* (Tournai, Bélgica), *Noviomagus* (Speyer, Alemanha) e *Argentoratum* passaram para a *Germania*; enquanto nas províncias *Aquitania*, *Novempopulana*, *Lugdunensis* e *Narbonensis*, ao contrário, poucas cidades no total permanecem povoadas, sendo que aquelas que a espada poupa acabam por

¹³² CLEARY (1989, p. 116): “*The army in Britain was fearful for its communications with the central parts of the empire and forced Constantine III (as he is usually known) to mount an expedition to Gaul to try to restore the situation*”.

inchar. Mesmo as *Hispaniae* agora tremem de medo ao recordar a invasão dos cimbrios e, enquanto outros já sofreram, elas temem por antecipação.
(Sofrônio Eusébio Jerônimo, Cartas, 123.16)¹³³

Honório, o legítimo imperador do ocidente, então controlava somente a *Praefectura Praetorio Italiae* e a porção africana da *Dioeceses Hispaniarum*, pois os territórios que compunham a *Praefectura Praetorio Galliarum* estavam ou nas mãos dos invasores estrangeiros ou nas de Constantino III. Este, aliás, logo viria a contar com o apoio do senado de *Roma*.

A despeito do usurpador Constantino III ter ganho o apoio das tropas estacionadas na *Praefectura Praetorio Galliarum* e de invasores estrangeiros estarem a avançar sobre as *Hispaniae*, Estilício decidiu permanecer na *Italia* durante a crise. Enviou para as *Galliae*, não obstante, um certo Saro, um godo do clã dos *Amali* cujos homens o haviam auxiliado no conflito contra Radagásio. Constantino III partira das *Britanniae* com a maioria dos soldados antes lá estacionados, de modo que o destacamento do exército de Estilício sob o comando de Saro deveria enfrentá-los antes mesmo de abordar vândalos, alanos ou suevos.

Saro teve sucesso de início. Segundo Zósimo (*Nea Historia*, 6.2), no combate contra as tropas de um certo Justiniano, um dos dois *magistri militum* escolhidos por Constantino III ainda nas *Britanniae*, eliminou o comandante e a maior parte de seus homens, tomando para si grande quantidade de espólios.

O fato de Justiniano ter podido reunir tais espólios mesmo enquanto se deslocava **dentro** do território do Império do Ocidente é por si só bastante significativo. A implicação é que as tropas de Constantino III saqueavam as propriedades de seus

¹³³ *Sophronius Eusebius Hieronymus, Epistolae, 123.16: "Praesentium miseriarum pauca percurram. Quod rari hucusque residemus, non nostri meriti, sed Domini misericordiae est. Innumerabiles et ferocissimae nationes universas Gallias occuparunt. Quidquid inter Alpes et Pyrenaeum est, quod Oceano et Rheno includitur, Quadus, Wandalus, Sarmata, Halani, Gipedes, Heruli, Saxones, Burgundiones, Alemanni, et, o lugenda respublica! hostes Pannonii vastarunt. Etenim Assur venit cum illis. Mogontiacus, nobilis quondam ciuitas, capta atque subuersa est et in ecclesia multa hominum milia trucidata, Vangiones longa obsidione finiti, Remorum urbs praepotens, Ambiani, Atrabatae extremique hominum Morini, Tornacus, Nemetae, Argentoratus translatae in Germaniam, Aquitaniae Novemque populorum, Lugdunensis et Narbonensis prouincia praeter paucas urbes cuncta populata sunt, quas in ipsas foris gladius, intus Exsuperii merita praestiterunt, ipsae Hispaniae iam iamque peiturae cotidie contremescunt recordantes inruptionis Cymbricae et, quicquid alii semel passi sunt, illae semper timore patiuntur".*

concidadãos; fato que muito revela não apenas acerca da legitimidade da empreitada por ele empreendida mas também das práticas coercitivas às quais os civis eram, à época, frequentemente submetidos pelos militares.

Constantino III havia se estabelecido temporariamente em *Valentia* (a moderna Valença do Ródano, na França) e, após a batalha contra Justiniano, Saro ordenou que se montasse cerco à cidade. O segundo *magister militum* do usurpador, Nabiogasto, reuniu-se então com o subordinado de Estilício, com vistas a estabelecer um acordo de paz. Após os juramentos usuais, contudo, Saro simplesmente assassinou Nabiogasto. Constantino III a isso reagiu apontando dois novos *magistri militum*, Edobinco, um franco, e Gerôncio, um bretão, e empregando força máxima contra o ímpio godo.

Saro conseguiu escapar, com grande dificuldade, cruzando os *Alpes*. Muitos de seus homens foram, porém, incorporados ao exército do usurpador. Este, aliás, estabeleceu três guarnições na parte ocidental dos *Alpes*, efetivamente cortando as comunicações por terra entre a *Italia* e as *Galliae*. A fuga só foi possível porque Saro contou com a ajuda de *bacaudae*, camponeses insurretos, a quem subornou com os espólios tomados de Justiniano.

Malgrado a óbvia dificuldade que Estilício e seus comandados teriam para lidar com a dupla ameaça à autoridade imperial, a inação do *magister utriusque militiae per occidentem praesentalis* reforçava a tese de que sua preocupação primeira não era defender a integridade territorial do Império governado por Honório, mas enfraquecer *Constantinopolis*. Estilício,

guiara Alarico, líder dos godos, para que ele buscasse o título de *magister militum* de Honório, encorajando-o a ocupar o *Illyricum*; e, tendo antes enviado [ao local] Jôvio, que ocupava o cargo de *praefectus praetorio per Illyricum*, prometera juntar-se a eles sem demora com legiões de soldados romanos, com vistas a submeter a província à jurisdição de Honório.

(Hérmias Sozomeno, História Eclesiástica, 9.4)¹³⁴

¹³⁴ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica, 9.4: “Cumque Alarico Gothorum duci dignitatem magistri militum ab Honorio impetravisset, hortatus eum fuerat ut Illyricum occuparet. Et praemisso Jovio, qui praefectus praetorio per Illyricum erat constitutus, se quoque cum legionibus militum Romanorum illuc accursurum promisit ut eam provinciam sub Honori dictionem redigeret”.*

No primeiro dia de maio de 408, o imperador oriental Arcádio faleceu. Fato que parece ter direcionado ainda mais a atenção que Estilício dispensava ao oriente. Como o *magister militum* era esposo da filha adotiva de Teodósio I, Serena, especulou-se que ele talvez pretendesse dar a seu filho, Euquério, a coroa oriental.¹³⁵ Aventou-se, também, que ele pudesse estar interessado em tornar-se tutor do filho de Arcádio, Teodósio II, então com sete anos,¹³⁶ do mesmo modo que em 395 havia desejado tornar-se não apenas tutor de Honório, mas também conselheiro de Arcádio, de modo a tornar-se, efetivamente, o verdadeiro comandante de ambos impérios.

O debate acerca das intenções de Estilício persistiu daquela época até os dias atuais. Em 1903, o notório historiador alemão Theodor Mommsen especulou que:

[...] após a morte deste (Arcádio) e pouco antes da própria catástrofe, ele (Estilício) tinha planos de ir a *Constantinopolis* para assegurar a sucessão desta ao [próprio] filho menor. Ele pode ter pretendido dar ao seu filho Euquério a mão da irmã do imperador [Honório], Gala Placídia, e uma posição de ‘representante da casa’ (*Hausmeisterstellung*) similar àquela que ele próprio ocupara. Talvez até mesmo no caso de Honório morrer sem filhos, então para este, como o parente do sexo masculino mais próximo na família imperial, iria a própria dignidade imperial.¹³⁷

Ainda em 408, Alarico deixou o *Epirus* e estabeleceu-se em *Aemona* (atual Ljubljana, Eslovênia). De lá despachou uma embaixada para Estilício, demandando pagamento por sua permanência no território oriental. Estilício partiu, então, de *Ravenna* para *Roma*, porquanto o Honório residia temporariamente na antiga capital. Ao tomarem conhecimento das exigências feitas pelo godo, tanto o imperador e como a maioria dos senadores estavam decididos a enfrentá-lo. Diante disso, todavia, Estilício interviu, afirmando que o pagamento era merecido, pois a permanência de Alarico em

¹³⁵ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica*, 9.4: “*Stilico vero, magister militum Honorii, cum in suspicionem vinisset quod filium suum Eucherium Orientis imperatorem renuntiare vellet, a militibus qui Ravennae erant, occiditur*”; *Paulus Orosius, Historia Adversum Paganos*, 7.38: “*Interea comes Stilico, Vandalorum inbellis auarae perfidae et dolosae gentis genere editus, parui pendens quod sub imperatore imperabat, Eucherium filium suum*”.

¹³⁶ *Zosimos, Nea Historia*, 5.31: “*Stilicho was desirous of setting out for the East and of settling the affairs of Arcadius’ son Theodosius, who was still a youth and in need of a protector*”.

¹³⁷ MOMMSEN (1903, pp. 114-115): “[...] *nach dessen Tode kurz vor seiner Katastrophe beabsichtigt nach Constantinopel zu gehen, um dem unmündigen Sohn desselben die Nachfolge zu sichern. Seinem Sohn Eucherius mag er die Hand der Schwester des Kaisers Galen Placidia zugedacht haben und damit vielleicht eine ähnliche Hausmeisterstellung, wie er sie selber inne hatte, auch vielleicht für den Fall, dass Honorius kinderlos sterben würde, ihm als dem alsdann nächsten männlichen Verwandten des Kaiserhauses die Kaiserwürde selbst*”.

terras orientais havia se dado sob ordens suas. Diante da aparente verdade e justiça das palavras de Estilício, decidiu-se que 4.000 *librae* de ouro (aproximadamente 1.308 quilogramas) fossem entregues ao tervíngio.¹³⁸

Pouco tempo depois, enquanto o imperador do ocidente ainda estava em Roma, chegaram-lhe boatos acerca do falecimento do irmão. Em seguida,

após a confirmação da morte de Arcádio, Honório, de fato, decidiu partir para *Constantinopolis*, para aconselhar seu sobrinho e apontar, lá, conselheiros que protegessem o órfão e o Império.

(Hérmias Sozomeno, *História Eclesiástica*, 9.4)¹³⁹

Antes que Honório pudesse partir, porém, Estilício convenceu-o de que a presença imperial na *Italia* era imprescindível. Seu argumento teria sido o de que, diante da ausência do legítimo imperador, o usurpador Constantino III, que parecia ganhar cada vez mais força nas *Galliae*, poderia ousar apoderar-se também da região. Seria mais seguro se o próprio Estilício partisse para *Constantinopolis*. Fortemente escoltado, ele levaria cartas de Honório para a corte oriental. Na ausência de Estilício, a ameaça constantiniana poderia ser enfrentada por Alarico e seus homens, que seriam transferidos do *Illyricum* para as *Galliae*, recebendo o reforço de tropas imperiais quando passassem pela *Italia*. Honório aquiesceu, mas decidiu partir para a praticamente inexpugnável *Ravenna*, sob o pretexto de, no caminho, parabenizar a soldadesca pelo bom trabalho recentemente realizado na defesa da *Italia*.

A jornada do imperador não seria, porém, tranquila. Honório decidiu viajar não pela *via Flaminia*, que cruzava o *Apenninus Mons* (a cordilheira dos Apeninos) e o levaria até *Ravenna* em um percurso de cerca de 470 quilômetros rumo ao norte, mas por um itinerário quase duas vezes mais longo. Rumando para noroeste, o imperador

¹³⁸ Zosimos, *Nea Historia*, 5.29: “Only Stilicho and a few others who out of fright agreed with him voted the opposite way, that is, to make peace with Alaric. When those in favor of war asked Stilicho to tell them why he was in favor of peace, and that, too, a peace which would have to be purchased with money, to the disgrace of the good name of Rome, he replied, ‘Because Alaric spent all that time in Epirus for the Emperor’s benefit, to the end that along with me he might make war on the Eastern Emperor, strip Illyria from his realm and annex it to Honorius.’ [...] Since Stilicho’s statement appeared just to all, the Senate decreed that 4,000 gold pounds be given Alaric in the name of peace”.

¹³⁹ Hermias Sozomenos, *Historia Ecclesiastica*, 9.4: “Post obitum vero Arcadii, Honorius quidem, ut fratris filio consuleret, Constantinopolim proficisci decreverat, et lidos illic comites constituere, qui salutem et imperium pupilli conservarent”.

tomaria a *via Aurelia* de Roma até *Pisae* (Pisa). Depois, seguindo pela *via Aemilia Scaura*, chegaria até *Genua* (Gênova). De lá, partiria, usando a mesma estrada, para *Placentia* (Piacenza), situada a nordeste. Tomando a *via Aemilia*, seguiria, então, rumo a *Ravenna*, a sudeste. Tal percurso lhe permitiria passar por *Ticinum* (Pávia), local que abrigava boa parte dos soldados da *Italia*.

Tendo chegado em segurança a *Ticinum*, Honório convocou as tropas alojadas na cidade, para falar-lhes. Quando o imperador exortava os homens a enfrentar o usurpador Constantino III teve início um tumulto. Aparentemente orquestrado por um oficial de nome “Olímpio”, o motim se devia à insatisfação das tropas com a inação de Estilício. Descontrolados, os homens pilharam a cidade, assassinando vários oficiais e magistrados leais a ele. Honório, todavia, não foi ferido.¹⁴⁰

Estilício, que partira para *Constantinopolis*, a esta altura estava em *Bononia* (Bolonha), cerca de 220 quilômetros a sudeste de *Ticinum*, quando a notícia do motim o alcançou. Ao descobrir que o imperador escapara ileso, decidiu partir para *Ravenna*, a fim de ter com ele.

Honório, contudo, estava convencido de que Estilício deveria ser sacrificado. Mesmo que o imperador não acreditasse realmente nos rumores sobre sua perfídia, o mero fato de que a desconfiança de uma parcela significativa dos soldados encarregados da defesa da *Italia* recaía sobre o *magister militum* tornava inviável sua permanência em tão importante posição.

¹⁴⁰ Zosimos, *Nea Historia*, 5.32: “The Emperor appeared before them and was exhorting them to make war upon the tyrant Constantinus. No man made a stir about Stilicho until Olympius was seen to nod to the soldiers, as if to remind them of what he had discussed with them in secret. They, somehow or other beside themselves, cut down in cold blood Limenius, the praetorian prefect among the trans-Alpine peoples, and along with him Chariobaudes, the master of the soldiery in those same regions (these men happened to have escaped from the tyrant and had come to meet the Emperor at Ticinum). On top of them there were murdered Vincentius and Salvius, the former the master of horse, the latter the principal of the school of household slaves. As the sedition increased the Emperor withdrew into his tent and some of the magistrates managed to escape. The soldiers scattered throughout the entire city and killed all the magistrates they could, dragging them forth from the houses into which they had run for cover; they also plundered the city's resources. The evil progressing to the point of incur ability, the Emperor threw around him a tunic (no cloak, no crown) and, having appeared in the center of the city, he was just barely able with great effort to check the soldiers' mania. [...] The rebellion lasted until late afternoon, as the Emperor, fearful lest something might happen to him, had withdrawn from the scene. In the interim Longinianus, the praetorian prefect of Italy, was found and put to death. These magistrates, then, were killed by the insane soldiery. There perished also a multitude of passers-by, more than could be readily counted”.

Em *Ravenna*, Estilício foi apossado por soldados enviados por Honório, que passara a aconselhar-se com Olímpio. Refugiou-se com alguns de seus homens em uma igreja, onde recebeu garantias de que as ordens imperiais consistiam somente em seu aprisionamento. Ao deixar o local, porém, Estilício foi decapitado por um certo Heracliano. Era 22 de agosto de 408.¹⁴¹

A notícia da morte de Estilício fortaleceu o partido antibárbaro por toda a *Italia*. Muitas mulheres e crianças, parentes de soldados estrangeiros leais a Estilício, foram escravizados ou mortos e seus bens, apreendidos. A perseguição resultou no fortalecimento de Alarico, porquanto mais de 30.000 homens, muitos dos quais haviam servido sob Estilício, se juntaram ao seu exército.¹⁴² Tal informação é particularmente relevante, pois exemplifica o caráter até certo ponto heterogêneo do exército de “tervínios” sob o comando de Alarico.

O líder tervíngio, a despeito do grande número de adesões de estrangeiros fugitivos a seu exército, manteve o acordo de paz estabelecido com Estilício no ano anterior; pelo qual, aliás, havia sido generosamente recompensado. Enviou, todavia, uma embaixada para Honório, propondo uma troca de reféns e solicitando uma modesta quantia de ouro. Sob os cuidados dos tervínios ficariam Aécio, filho do *magister equitum* Flávio Gaudêncio, e Jasão, filho de Jôvio, *praefectus praetorio Italiae*. Em

¹⁴¹ Zosimos, *Nea Historia*, 5.34: “But Olympius, who had by now mastered the Emperor's mind, sent an imperial dispatch to the soldiers at Ravenna, ordering them to arrest Stilicho and detain him in free custody for the time being. Having learned this Stilicho while it was still night entered a certain Christian church nearby. The barbarians with him plus other supporters saw him do this and, under arms together with their slaves, awaited the outcome. After daybreak the soldiers entered the church and swore oaths in the presence of the bishop that the Emperor's orders were not to kill Stilicho but merely to place him under custody. As he was led forth from the church under guard by the soldiers, there was delivered a second letter by the same carrier that had brought the previous one; this letter demanded the death penalty for Stilicho's crimes against the State. [...] Stilicho's barbarians and the slaves and other henchmen (their number was not inconsiderable) began a movement to rescue him from death, but Stilicho called off this attempt by employing all kinds of threats and alarms and somehow managed to expose his neck to the sword, a man of greater forbearance than almost all the dynasts of the period”.

¹⁴² Zosimos, *Nea Historia*, 5.35: “The soldiers stationed in the cities, when news of Stilicho's death reached them, set upon the wives and children of the barbarians in city after city and, having wiped them out wholesale as if by previous agreement, seized all their belongings. When their relatives heard of their murder they flocked together from all sides, incensed at so impious a violation on the Romans' part of a pledge given in God's name. They unanimously decided to ally themselves with Alaric in the war against Rome, and for this purpose they collected more than 30,000 men who were agreeable to any plan he might make”.

contrapartida, Alarico entregaria nobres tervíngios aos cuidados do imperador e afastaria seu exército da *Italia*, conduzindo-o do *Noricum* para a *Pannonia*.¹⁴³

Aconselhado por Olímpio, Honório recusou a proposta. A guerra contra Alarico era iminente e o imperador deveria nomear o substituto de Estilício. O godo Saro era o comandante mais experiente à disposição naquele momento mas, quiçá em virtude de sua origem ou de sua associação com Estilício, ele foi preterido. Com Constantino III controlando todos ou quase todos os exércitos das *Galliae*, a lista de nomes ilustres à disposição de Honório era, no mínimo, breve. Por fim, cargo acabou dividido, de modo que os desconhecidos Turpílio e Varanes ficaram a cargo da cavalaria e da infantaria, respectivamente. A preterição fez com que Saro desertasse com algumas centenas de homens, sem, todavia, unir-se a Alarico.

Em *Constantinopolis*, Antêmio foi escolhido como regente. O então *praefectus praetorio Orientis* era um homem de grande talento político que, nos anos que se seguiram, estabeleceu um novo tratado de paz com os persas e coordenou a construção do sistema de muralhas defensivas que serviu a *Constantinopolis* durante toda a Idade Média, o *teichos Theodosiakon* (muro de Teodósio).

Constantino III, a essa altura, havia estabelecido sua corte em *Arelatum* (Arles), na *Gallia Narbonensis*. Ele controlava, com ajuda de aristocratas galo-romanos, a maior parte das *Galliae* e contava com o apoio do senado de *Roma*. Estritamente falando, o apoio formal do senado consistia em pouco mais do que um ato simbólico. Por outro lado, o suporte dos latifundiários do ocidente – e todos eles eram membros do senado de *Roma* – facilitava a ação das tropas do aspirante ao trono. Lembremo-nos que as dificuldades de recrutamento por parte do exército eram resultado da retenção, por parte dos latifundiários mais poderosos, de um grande contingente de *coloni* em suas terras. Esses homens podiam ser reunidos para formar milícias privadas que, apesar de

¹⁴³ Zosimos, *Nea Historia*, 5.36: “However, even these did not provoke Alaric to start fighting: mindful of the truce made while Stilicho was still alive, he preferred to continue the peace. He dispatched an embassy, asking that in exchange for a small amount of money the peace be kept and that there be given him as hostages Aetius and Jason, one being the son of Gaudentius, the other the son of Jovius. At the same time he said he would give as hostages some noblemen of his own, and on these conditions would live peaceably and would lead his army out of Noricum into Pannonia”.

incapazes de barrar por conta própria um exército verdadeiro, podiam dar suporte às ações de um deles.

Decidido a obter o reconhecimento por parte de Honório, Constantino III enviou uma embaixada de eunucos até *Ravenna*. Ele argumentava que havia tomado o poder não por vontade própria, mas atendendo aos pedidos de suas tropas, que se preocupavam com o destino das *Galliae*.¹⁴⁴

A situação de Honório era difícil. Alarico, que havia se tornado novamente uma ameaça, permanecia estacionado próximo à borda oriental da *Italia* e era duvidoso que *Constantinopolis* intervisse contra ele. Vândalos, alanos e suevos já cruzavam o *Pyrenaeum* e avançavam sobre as *Hispaniae*, percorrendo áreas com parca proteção militar. Mesmo os efetivos sob comando direto de Honório, a esta altura, talvez servissem para pouco mais do que garantir a inexpugnabilidade de *Ravenna*. Para complicar ainda mais a situação, Vereniano e Dídimo, primos do imperador, estavam nas *Hispaniae*, ao alcance do usurpador.

Não surpreendentemente, Honório reconheceu Constantino III como co-imperador, enviando-lhe vestes imperiais. É provável que Honório o tivesse reconhecido não como um *augustus* (imperador sênior), mas como um *caesar* (imperador júnior). Este, ainda assim, enviou de imediato seu filho mais velho Constante, que até recentemente não passava de um monge, como *caesar* para as *Hispaniae*;¹⁴⁵ ato que implicava que Constantino III se considerava um *augustus*. Acompanhado por aristocratas galo-romanos e pelo *magister militum* Gerôncio, Constante deveria apontar novos oficiais que fossem leais a seu pai, para que estes organizassem a defesa contra os invasores bárbaros.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Zosimos, *Nea Historia*, 5.43: “At this point the tyrant Constantinus sent eunuchs to Honorius, begging his pardon for having taken the power offered him: ‘For,’ he said, ‘he took it not of his own free will, but it was thrust upon him forcibly by the soldiery’”.

¹⁴⁵ Paulus Orosius, *Historia adversum paganos*, 7.40: “aduersus hos Constantinus Constantem filium suum, - pro dolor! - ex monacho Caesarem factum”.

¹⁴⁶ Zosimos, *Nea Historia*, 6.4: “Having settled matters throughout all Gaul thus, he dispatched to Spain the older of his two sons, Constans, having decked him out in the dress of a Caesar. For he wanted to bring all the Spanish nations under his sway so as both to extend his realm and at the same time to wipe out the dynasty of Honorius’ kinsmen there”. LIVERMORE (2006, p. 31): “To the Spains he sent his son Constans as his Caesar to appoint officials in *Tarraconensis*, facilitated by Apollinaris and the close relations between the landowners of southern Gaul and those beyond the Pyrenees”.

Essa rede de relacionamentos que conectava as aristocracias galo e hispano-romanas teria papel fundamental posteriormente, quando da expansão para o sul da área sob controle dos tervíngios/visigodos no sudoeste das *Galliae*. A aristocracia galo-romana era claramente distinta da itálica, normalmente mais favorecida pelos imperadores. Os poderosos da *Italia* possuíam a maior parte de suas terras na própria península e na *Dioeceses Africae*, região vinculada administrativamente à *Praefectura Praetorio Italiae*; enquanto os galo-romanos tendiam a concentrar suas propriedades nas *Galliae*.¹⁴⁷ Tal distinção tinha fundamental importância quando de invasões ou guerras civis.

Teoricamente, no regime do *dominatus* o imperador era um autocrata, de modo que seu poder não precisaria de validação do senado ou de qualquer outra instituição. No ocidente, todavia, dada a enorme riqueza e extensão de terras de alguns dos latifundiários, o império era governado de forma até certo ponto negociada. Os membros das famílias ocidentais mais ricas acabavam, assim, por ocupar muitos dos cargos superiores na administração militar e, especialmente, na civil; sendo que, no oriente, o imperador podia simplesmente apontar homens de sua confiança para os cargos mais importantes.¹⁴⁸

Constantino III, de todo modo, parecia temer que as conexões da família imperial nas *Hispaniae* permitissem que Honório organizasse lá um exército que viesse a opor-lhe ao mesmo tempo que tropas da *Italia* o atacassem pelo outro flanco. Tratava-se de uma preocupação, naquele momento, exagerada. Tanto os terratenentes galo como os hispano-romanos certamente tendiam a favorecer quem se revelasse mais capaz de

¹⁴⁷ MINOR III (1976, pp. 5-6): “*The aristocracy of the Western Empire was not, however, one unified body. The two major aristocracies, the Gallic and Italian, had remained on generally amiable terms, but had never merged into one group—one imperial or Western aristocracy. The Italian aristocracy had jealously retained preeminence in the West and had continuously held a disproportionately high percentage of the imperial offices. [...] A separation between the two aristocracies can also be seen in a comparison of their land holdings. The Italian nobles owned vast estates in both Italy and Africa, but apparently little land in Gaul. The majority of the estates of the Gallic nobles appear to have been in Gaul itself, with some holdings in northern Italy, but apparently few if any in Africa. This distribution of land holdings was to influence greatly the relative views/points of the two aristocracies pertaining to imperial policies, and was to become increasingly important in the fifth century*”.

¹⁴⁸ ARNHEIM (1972, p. 6): “*The appointment of members of the aristocracy to imperial posts by Constantine and his successors may best be understood as an attempt on the part of these Christian emperors to placate and win over an ardently pagan class which already had considerable landed wealth in the West*”.

defendê-los dos invasores estrangeiros. Honório falhara por inação nesse quesito, enquanto Constantino III mostrava-se ao menos disposto a agir, de modo que é difícil conceber que as conexões da família imperial nas *Hispaniae* seriam capaz de reverter a preferência pelo usurpador. Além disso, em virtude das deserções para o exército de Alarico ocorridas após a morte de Estilício, os efetivos à disposição de Honório eram certamente pouco numerosos. Mesmo que este ambicionasse recrutar novos soldados na *Italia* para uma campanha nas *Galliae* contra Constantino III, é duvidoso que fosse receber qualquer apoio dos aristocratas itálicos; especialmente enquanto Alarico os espreitava ominosamente.

2.4 – O saque de Roma

Ele (Alarico) atacou para cercar *Roma*. Colocou uma enorme tropa de bárbaros nas margens do *Tiber*, de modo que os alimentos não podiam ser trazidos de *Portus [Augusti]*, como é chamado o cais de *Roma*, pelos cidadãos. A partir de então, com o cerco se prolongando e a fome e a peste oprimindo a cidade, muitos dos escravos, especialmente aqueles que eram de nações bárbaras, desertaram para Alarico.

(Hérmias Sozomeno, História Eclesiástica, 9.6)¹⁴⁹

Foi assim que o historiador eclesiástico Hérmias Sozomeno descreveu o cerco a cidade de *Roma* conduzido por Alarico em 409. Em setembro do ano anterior, logo após a morte de Estilício, o líder tervíngio havia enviado uma embaixada a Honório, propondo uma troca de reféns e solicitando uma pequena quantia de ouro. Diante da recusa do imperador, o rebelde convocou da *Pannonia Superior* seu cunhado Ataulfo, comandante de um contingente significativo de hunos e godos.¹⁵⁰

Em outubro, antes que os reforços chegassem, Alarico e seus homens invadiram a *Italia* pela província *Venetia et Histria*, devastando a região entre os *Alpes Iulius*

¹⁴⁹ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica*, 9.6: “*Roman obsidere aggresus est, ingenti agmine barbarorum ad ripas Tiberis apposito, ne alimenta civibus importarentur ex Portu. Sic enim vocant navale urbis Romae. Porro cum obsidio diutius protraheretur, et fames simul ac pestis urbem premeret, pluresque e servis, ac praecipue ii qui natione barbari erant, ad Alaricum transfugerent*”.

¹⁵⁰ *Zosimos, Nea Historia*, 5.37: “*Matters having been conducted in this fashion, Alaric started his march on Rome, sneering at Honorius' preparations. Since it was his intention to undertake so great an enterprise not just on an equal but on a greatly superior footing, he summoned his brother-in-law Ataulphus from upper Pannonia to join him in it (Ataulphus had a force of Huns and Goths that was not to be despised)*”.

(Alpes Julianos) e o rio *Eridanus* (Pó). As cidades de *Aquileia*, *Iulia Concordia* (Concórdia Sagitária), *Altinum* (Altino) e *Cremona*, ao longo da *via Postumia*, foram saqueadas. De *Placentia* (Piacenza), os invasores seguiram para sudeste pela *via Aemilia*, saqueando *Bononia* (Bolonha) e *Ariminum* (Rimini). Logo ao norte, a meros setenta quilômetros de distância (ou menos de três dias completos de marcha), estava a capital *Ravenna*, mas Alarico ignorou-a por completo, tomando a *via Flaminia* em direção a *Roma*, a sudoeste.¹⁵¹

Mesmo zigzagueando pelo norte da *Italia* por mais de 1.025 quilômetros,¹⁵² os saqueadores não encontraram oposição por parte das tropas imperiais. Honório preferia garantir sua segurança em *Ravenna* a arriscar qualquer tipo de manobra contra um inimigo mais numeroso. O exército invasor carecia de técnicas de cerco que lhe permitisse sobrepujar as muralhas de *Roma*, de modo que sua estratégia só podia consistir em cercar a urbe e aguardar até que o desespero causado pela fome conduzisse à abertura dos portões ou a um volumoso pagamento.

Um exército em território inimigo sempre encontra dificuldades para abastecer-se. Mesmo que Alarico e seus homens controlassem *Portus Augusti* ou *Ostia*, locais de desembarque no *Latium* (Lácio), isso asseguraria apenas que os cereais africanos não chegariam até *Roma*. Assim que a notícia do cerco alcançasse os portos da *Dioeceses Africae*, o embarque de cereais seria interrompido. Nesse contexto, apossar-se de cereais recém-desembarcados no *Latium* ou estocados fora das muralhas da cidade serviria somente para dar uma sobrevida à iniciativa de Alarico; sem, todavia, resolver de vez os problemas de abastecimento do exército invasor.

A aposta de *Ravenna* era, dessarte, que a fome faria com que o exército de Alarico se amotinasse antes que os habitantes desesperados de *Roma* abrissem os portões para os invasores. Honório, obviamente, estava disposto a sacrificar a antiga

¹⁵¹ Zosimos, *Nea Historia*, 5.37: “Yet Alaric did not await his coming: marching ahead he overran in order *Aquileia* and the cities lying on the far side of the *Eridanus River* (I mean *Concordia* and *Altinum* and, lastly, *Cremona*). He crossed the river in high festival, as it were, and meeting no opposition he came to a certain castle of *Bononia* called *Oecubaria*. Thence, having passed through all of *Aemilia* and having left *Ravenna* behind him, he arrived at *Ariminum*, a large city in *Flaminia*. This city also he overran, as well as all the others in the province, and then he entered *Picenum*, which territory is situated at the end of the *Ionian Gulf*.’ From there he set out for *Rome*, ravaging every fort and town en route”.

¹⁵² De *Aquileia* a *Placentia*, cerca de 350 quilômetros; desta até *Ariminum*, 274; de lá até *Roma*, 402.

capital, mas a estratégia não era de todo descabida, até porque faltavam-lhe homens para confrontar diretamente os invasores. Malgrado o que acontecesse a *Roma*, a espera podia resultar em uma negociação com Alarico em termos mais favoráveis ao imperador.

Honório esperava poder contar, ademais, com a boa-vontade de *Constantinopolis*, que havia respondido de forma afirmativa ao seu pedido de ajuda militar. A relação entre as duas cortes melhorara após a morte de Estilício e, em 9 de dezembro, os cônsules Anício Auquêmio Basso, do ocidente, e Flávio Filippo, do oriente, haviam anunciado a reabertura dos portos ocidentais aos comerciantes orientais.

[No ano d]os Imperadores Augustos Honório e Teodósio e [d]o Prefeito Pretoriano Teodoro.

Estilício, um novo inimigo público, foi descoberto de forma insólita, enquanto os movimentados portos e litorais estavam cercados de sentinelas de modo que ninguém do oriente e daquela parte do Império a eles podia ter acesso. Movido por tal injustiça e não para a chegada mercadorias mais raras, estabelecemos esta medida: que cesse a pernicioso proteção dos litorais e portos e que as chegadas e partidas livres sejam facultadas.

Os cônsules Basso e Filippo.

Ravenna, quarto dia antes dos idos de dezembro,

(Código Teodosiano, 7.16.1)¹⁵³

Constantino III, no início de 409, permanecia em *Arelatum* com seu filho Constante, que retornara das *Hispaniae*, deixadas aos cuidados do *magister militum* Gerônimo, que de *Caesaraugusta* (Saragoça) reorganizava a *dioeceses*. Vereniano e Dídimo, primos de Honório e homens capazes de articular alguma resistência ao usurpador, haviam sido capturados na *Lusitania*, trazidos até *Arelatum* e executados.¹⁵⁴

¹⁵³ *Codex Theodosianus*, 7.16.1: “*Impp. Honorius et Theodosius AA. Theodoro P(raefecto) P(praetori)o. Hostis publicus Stilicho novum adque insolitum reppererat, ut litora et portus crebris vallaret excubiis, ne cuiquam ex Oriente ad hanc imperii partem pateret accessus. Huius iniquitate rei moti et ne rarior sit diversarum mercium commeatus, praecipimus hac sanctione, ut litorum desistat ac portuum pernicioso custodia et eundi ad redeundi libera sit facultas. Dat. III id. dec. Rav(enna) Basso et Philippo Conss*”.

¹⁵⁴ *Zosimos, Nea Historia*, 6.5: “*Having accomplished these deeds in Spain, Constans returned to his father Constantinus, bringing with him Verenianus and Didymus. He had left behind the general Gerontius together with his Gallic soldiers to guard the road between France and Spain, even though the soldiers in Spain had begged that this duty be entrusted, according to custom, to them and that the safekeeping of the region not be committed to foreigners. And Verenianus and Didymus, having been conducted before Constantinus, were forthwith killed*”.

A situação de Constantino III parecia segura, mas uma rebelião nas *Britanniae* logo lhe tiraria a tranquilidade. O usurpador levava consigo a maioria dos soldados antes estacionados nas *Britanniae* e parte daqueles do noroeste das *Galliae*, deixando desguarnecida não apenas a ilha mas todo o *litus saxonicum* – a faixa litorânea situada de ambos lados do *oceanus Britannicus* (canal da Mancha), no sul das províncias *Britannia I* e *Maxima Caesariensis* e no norte da *Lugdunensis II* e *Lugdunensis III*. Quando a notícia da fragilidade das posições romanas chegou aos piratas saxões, as incursões de saque se tornaram recorrentes. Nas cidades afetadas, romanos encolerizados expulsaram os oficiais apontados pelo então usurpador, enviando pedidos de socorro a Honório, cuja resposta foi que se defendessem por conta própria.¹⁵⁵

Com as *Galliae* aparentemente a salvo de vândalos, alanos e suevos era possível até mesmo que uma rebelião armada contra Constantino III irrompesse no norte da *dioceses*, mesmo sem o apoio de Honório. Diante da inação do imperador legítimo, a retórica do usurpador se baseava na necessidade de ser organizar uma defesa eficaz contra os invasores estrangeiros e, naquele momento, ele parecia também ter abandonado a porção norte da *Dioeceses Galliae*, em prol da pretensão de assegurar posições ao sul, nas áreas mais ricas e importantes.

Percebendo a fraqueza de Constantino III, Gerônimo, o *magister militum* que acompanhara o *caesar* Constante nas *Hispaniae*, rebelou-se.

Gerônimo, o mais capaz de todos os comandantes de Constantino [III], tornou-se seu inimigo. Acreditando que Máximo, um parente seu, era adequado para administrar o império, cobriu-o com as vestes imperiais, permitindo que residisse em *Tarraco* (a moderna Tarragona).

¹⁵⁵ CLEARY (1989, p. 116): “Somewhere around 409 ‘the people of Britain, taking up arms and exposing themselves to danger on their own behalf, liberated the cities from threatening barbarians; and all Armorica and the other provinces of Gaul, imitating the Britons liberated themselves in the same way; they threw out the Roman officials and within their power set up their own order’. In 410 the emperor Honorius wrote to the cities (poleis) of Britain telling them to defend themselves. Also for 410 or 411 we are told that Britain was laid waste by a Saxon incursion. Taken together these sources give a superficially coherent picture of a diocese under threat because of the withdrawal of troops by Constantine III struggling for its own survival and ejecting the representatives of the illegal regime”. Zosimos, *Nea Historia*, 6.5: “The barbarians above the Rhine, assaulting everything at their pleasure, reduced both the inhabitants of Britain and some of the Celtic peoples to defecting from the Roman rule and living their own lives disassociated from the Roman law. Accordingly the Britons took up arms and, with no consideration of the danger to themselves, freed their cities from barbarian threat; likewise all of Armorica and other Gallic provinces followed the Britons’ lead: they freed themselves, ejected the Roman magistrates, and set up home rule at their own discretion”.

(Hérmias Sozomeno, História Eclesiástica, 9.13)¹⁵⁶

Na *Italia*, entretantes, o cerco a *Roma* continuava. Alguns senadores acusavam Serena, que além de viúva de Estilício era irmã adotiva e sogra de Honório, de conspirar para trazer Alarico até a cidade. Em conjunto com Gala Placídia, meia-irmã de Honório, o senado decidiu executá-la.¹⁵⁷ Seu filho com Estilício, Euquério, havia sido morto pouco antes do início do cerco. Acossado pelos eunucos Arsácio e Terêncio, enviados pelo imperador, ele havia tentado, desgraçadamente, se refugiar em Roma.

De início, Alarico demandara dos habitantes de *Roma* todo o ouro, a prata e os bens móveis da cidade, além de todos os escravos bárbaros.¹⁵⁸ A proposta do tervíngio era certamente abusiva, mas a contraproposta do sendado foi mais do que generosa. A cidade entregaria 5.000 *librae* (1.635 quilogramas) de ouro, 30.000 (9.810 quilogramas) de prata, 4.000 túnicas de seda, 3.000 peças de lã tingidas de púrpura e 3.000 *librae* (981 quilogramas) de pimenta.¹⁵⁹

Não sendo a capital do império desde fins do século III, *Roma* tinha tido seus cofres públicos há muito esvaziados, de modo que um resgate de tal monta só poderia ser pago tomando-se bens de particulares. Os números são tão elevados que é possível imaginar que talvez alguns dos senadores estivessem em conluio com Alarico. Eles extrairiam o máximo possível de seus concidadãos e depois ficariam com um parte do total.

A um certo Paládio foi entregue a tarefa de determinar o que deveria ser extraído de cada um. Ele não foi, todavia, capaz de reunir o montante necessário, de modo que foi preciso até mesmo que se derretesse adornos das estátuas nos edifícios públicos.

¹⁵⁶ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica*, 9.13: “*Inter haec Gerontius omnium Constantini ducum fortissimus, hostis illi factus, Maximum familiarem suum quem imperio gerendo idoneum existimabat, imperiali veste induit, et Tarracone moravi jussit*”.

¹⁵⁷ *Zosimos, Nea Historia*, 5.38: “*The Senate began to hold Serena under suspicion as if she had influenced the barbarians to attack the city: unanimously it (together with the Emperor's sister by the same father, Placidia) decided that Serena be put to death as being responsible for the current woes*”.

¹⁵⁸ *Zosimos, Nea Historia*, 5.40: “*When they turned to discussions about a peace he employed language that surpassed even a barbarian's insolence, for he said that he would under no circumstances put an end to the siege unless he received all the gold which the city possessed and all the silver, plus all the movables he might find throughout the city as well as the barbarian slaves*”.

¹⁵⁹ *Zosimos, Nea Historia*, 5.41: “*Therefore they sent the envoys back again and, after an exchange of a great many words, accepted these terms: that the city pay 5,000 pounds of gold, 30,000 more of silver, 4,000 silk tunics, 3,000 scarlet-dyed fleeces, and 3,000 pounds of pepper*”.

Quando a cidade finalmente reuniu a fortuna exigida pelo tervíngio, uma embaixada foi enviada até *Ravenna*, para confirmar com Honório o estágio das tratativas de paz. Alarico demandara do imperador a entrega de filhos de nobres como reféns, prometendo que, se todas as suas exigências fossem atendidas, não apenas ficaria em paz com o Império do Ocidente, como se disporia a lutar em seu nome.¹⁶⁰

Honório concordou e o pagamento foi feito a Alarico. Os habitantes de Roma tiveram permissão de sair por três dias da cidade, podendo ir, inclusive, até *Portus Augusti* e *Ostia* para obter grãos. Escravos fugiam da cidade a todo momento, juntando-se ao exército invasor.¹⁶¹

A maior parte do exército de Alarico retirou-se, então, das cercanias de Roma pela *via Aemilia* e, quiçá, pela *via Cassia*; acampando na província da *Tuscia et Umbria*. O líder tervíngio, por seu turno, rumou pela *via Flaminia* até *Ariminum*, para ter com emissários de Honório.

Alarico ampliara, uma vez mais, sua lista de demandas. Acampado diante da muralha de *Ariminum*, recebeu a visita de Jôvio, *praefectus praetorio Italiae* e antigo hóspede seu no *Epirus*. O líder tervíngio exigiu, então, que fosse concedido a ele e seus seguidores o direito de se estabelecessem nas províncias de *Venetia et Histria*, *Noricum Mediterraneum*, *Noricum Ripense* e *Dalmatia* – ou seja, na fronteira oriental da *Italia*. O Império do Ocidente, além disso, deveria entregar-lhe anualmente uma determinada quantidade de ouro e cereais. Em sua missiva ao imperador, Jôvio acrescentou que, caso recebesse o título de *magister equitum et peditum*, Alarico talvez estivesse disposto a fazer algumas concessões.¹⁶²

¹⁶⁰ Zosimos, *Nea Historia*, 5.42: “Accordingly, when the funds had been collected in this wise, it was decided that an embassy should be sent to the Emperor to confer with him about the pending peace and to serve notice that Alaric desired to obtain not money alone but hostages as well, sons of noblemen: ‘only on this condition would he enter into an alliance of war with the Emperor (in addition to making peace) and would he march with the Romans against anyone who was of hostile intent towards them’”.

¹⁶¹ Zosimos, *Nea Historia*, 5.42: “Since the Emperor also considered it best to make peace on these terms, the moneys were paid over to the barbarians. Alaric granted the urban population a market period of three days, with permission to exit freely through certain gates, plus allowing them to fetch grain from the port. [...] practically all the slaves that were in Rome kept escaping from the city nearly every day”.

¹⁶² Hermias Sozomenos, *Historia Ecclesiastica*, 9.7: “Ibi dum ante muros urbis castra posuisset, Jovius praefectus praetorio Italiae cum eo collocutus. Alarici postulata imperatori significavit, eumque codicillis magisterii utriusque militiae honorandum esse. Verum imperator, quod quidem ad pecuniam et annonas

Sabendo da amizade que ligava os dois homens, Honório, ao receber a lista de demandas do tervíngio, suspeitou estar sendo traído pelo *praefectus praetorio Italiae*. Por carta, o imperador proibiu-o, então, de celebrar com Alarico e com qualquer outro godo acordos que dissessem respeito de assuntos que não a remessa de ouro ou cereais.

Ao receber a mensagem de Honório, Jôvio decidiu que seria apropriado lê-la perante Alarico e sua comitiva. Talvez ele esperasse anunciar a auspiciosa notícia do apontamento de seu amigo para o cargo de *magister utriusque militiae*. Ansioso, o *praefectus praetorio Italiae* acabou esquecendo de verificar de antemão o teor do texto.¹⁶³

Alarico, evidentemente, ofendeu-se – ou ao menos fingiu ofender-se – ao saber que Honório negara não somente a ele próprio, mas a todo e qualquer godo, as altas honrarias militares. Ele enviou, então, emissários até a província de *Tuscia et Umbria*, onde o grosso de sua soldadesca estava alojado. A ordem: *Roma* deveria ser saqueada.¹⁶⁴

O fato é que, independentemente do grau de competência ou lealdade com que Jôvio executara as ordens imperiais, Alarico estava decidido a extorquir tudo o que pudesse tanto do Império Ocidental como do Oriental. Mesmo que Honório houvesse atendido todas as suas demandas, o tervíngio permaneceria às portas da *Italia* e muito provavelmente tentaria outros ardis.

pertinet quas poscebat Alaricus, Jovio utpote praefecto potestatem concessit, dignitatem vero se nunquam daturum respondit". Zosimos, *Nea Historia*, 5.42: "Alaric's demands were as follows: that each year he be paid a fixed sum of gold and be supplied a certain measure of grain, and that he and, all his followers settle in both Venetias, in Noricum and in Dalmatia. These demands Jovius wrote down in Alaric's presence and dispatched to the Emperor; he also wrote him privately urging that Alaric be appointed commander of the joint forces since by this treatment he might relent somewhat with regard to the bitterness of the treaty terms, making them more bearable and moderate. Upon receipt of this letter the Emperor condemned Jovius' forwardness, and in his letter of reply made it clear to him that, 'although Jovius might decide what was a fair measure of gold and grain seeing that he was praetorian prefect and knew what the public revenues could afford, he himself would never confer either upon Alaric or any of his race the rank of the office of a general'".

¹⁶³ Zosimos, *Nea Historia*, 5.49: "When Jovius received this dispatch he did not unroll it privately but read it aloud in Alaric's presence. Alaric found it tolerable up to the point where he discovered that the office of general was denied both to himself and to his race".

¹⁶⁴ Zosimos, *Nea Historia*, 5.49: "Thereupon, roused to anger, he gave orders that his barbarians were to march upon Rome immediately and avenge the insult done himself and his entire race".

Quando um evento totalmente fortuito e contingente – como o que se passara em *Ariminum* – é capaz de desencadear uma grave crise política ou institucional, o que existe é um problema estrutural. Toda a organização política do Baixo Império pressupunha a total proeminência do imperador, o suposto *dominus* ou amo de cada um dos habitantes do território. A dificuldade crônica que os oficiais imperiais encontravam ao tentar realizar o recrutamento militar entre os cidadãos, porém, solapava uma das bases de sustentação do monarca, o controle do exército. O emprego de homens das fronteiras podia proporcionar um alívio temporário para tal dificuldade; contudo, especialmente quando o imperador passou a depender de exércitos compostos inteiramente ou quase inteiramente de “bárbaros ou semi-bárbaros” para assegurar a integridade territorial, um dos pilares de sustentação de seu poder estava destruído. Em uma conjuntura assim, as crises institucionais tendem a se tornar frequentes. Suas manifestações mais agudas podem tomar a forma de rebeliões locais, de usurpações ou, até mesmo, de invasões apoiadas ou patrocinadas por grupos internos. Esses eventos seriam sobretudo as manifestações concretas do problema estrutural. Em outras palavras, alguns dos agentes sociais estariam tentando se reposicionar dentro de um quadro político-institucional que não mais refletiria a estrutura social vigente.

Retomemos a narrativa. Jôvio então retornou a *Ravenna* para explicar a Honório o que se passara em *Ariminum*. O imperador, surpreendentemente, deixou-o impune. Ordenou, porém, que todas as forças leais à coroa fossem reunidas e que se convocasse em aliança 10.000 hunos das fronteiras no alto *Hister* para a guerra contra Alarico. Este, provavelmente sabendo de tais preparativos, recuou em suas exigências. Ele se satisfaria, então, com as províncias de *Noricum Mediterraneum* e *Noricum Ripense* e um pequeno estipêndio anual, à discrição do imperador.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Zosimos, *Nea Historia*, 5.50: “Following these actions the Emperor summoned 10,000 Huns into an alliance of war against Alaric and, since he wanted to have provisions on hand for their arrival, he ordered grain and sheep and oxen brought from Dalmatia. He sent men to spy out how Alaric was making his expedition to Rome. Finally, he collected his own forces from all sides. Meanwhile Alaric had repented of his proposed march on Rome. [...] the barbarian had no need of power or dignity nor did he any longer crave the provinces previously demanded for settlement purposes, but only the two Noricum, which were situated at the far end of the Danube, were continuously harried by forays, and fetched little revenue for the treasury; in addition, the barbarian would take only so much grain annually as the Emperor considered sufficient and would forego the gold entirely; finally the barbarian wished there to be friendship between himself and the Romans plus an alliance of war against anyone who took up arms and made a hostile move against the Empire”.

Nesse ínterim, emissários de *Arelatum* chegaram a *Ravenna*. Caso Honório ratificasse a paz com Constantino III, este traria consigo toda a ajuda necessária para aniquilar Alarico. Talvez desconhecendo a frágil situação de Constantino III, Honório concordou com os termos. Seria melhor, de todo modo, não tê-lo como inimigo em um momento tão crucial da guerra contra Alarico. Honório deveria estar um tanto inseguro acerca do conflito que se aproximava, concordando em contar com o socorro de Constantino III mesmo depois de descobrir, em meio às tratativas, que seus primos Vereniano e Dídimo haviam sido mortos em conflitos com forças leais a este. Foi-lhe ocultado, evidentemente, que ambos foram executados na presença do usurpador.¹⁶⁶

Alarico retomou o cerco a *Roma*. Honório recusara sua proposta mais recente e, supostamente, mais razoável. Diante da possibilidade de que o imperador recebesse reforços das *Galliae* e, quiçá, de *Constantinopolis*, a posição de Alarico se tornara, subitamente, frágil.

O líder tervíngio, então, apossou-se de *Portus Augusti* e dos celeiros lá localizados, demandando que a cidade de *Roma* o apoiasse na guerra contra o imperador ou, do contrário, todos os cereais estocados seriam consumidos por seu exército. Sem alternativas, o senado cedeu, proclamando um dos seus, Prisco Átalo, então ocupante do cargo de *praefectus urbi*, como novo *augustus* do ocidente.¹⁶⁷ Os cargos civis caberiam

¹⁶⁶ Zosimos, *Nea Historia*, 6.1: “At this juncture there came to Honorius a legate from Constantinus (he who had entered upon tyranny among the Celts), Jovius, a man conspicuous for his education and other virtues. He asked that the peace previously agreed upon be confirmed, and at the same time sought the Emperor Honorius' forgiveness for the murder of his kinsman Didymus and Verenianus (he apologized by saying that they had been killed contrary to Constantinus' wishes). Noticing that Honorius was thoroughly unsettled, he told him 'he would be well advised, occupied as he was with problems in Italy, to give in to Constantinus. If he (Jovius) were permitted to go back to Constantinus and announce to him Italy's calamities, he would not long thereafter return with all the Celtic, Spanish, and British forces bringing aid to Italy and to Rome.' And Jovius upon these conditions secured permission to depart”.

¹⁶⁷ Zosimos, *Nea Historia*, 6.6-7: “But in Italy Alaric, not having obtained the peace terms which he sought nor having received hostages, again set upon Rome, threatening to take it by storm unless the citizens sided with him and marched against the Emperor Honorius. When they hesitated to do what he demanded, he laid siege to the city and, proceeding to the port, spent several days in beleaguering it before emerging its master. Having found the city's entire grain supply stored there, he issued threats that he would expend it upon his own army unless the Romans moved swiftly to carry out his proposals. Thereupon all the senators convened and, having debated the issue, gave in completely to Alaric's bidding. Indeed, since no supplies were forthcoming to the city via the harbor, there was no other recourse available to avoid destruction. Thereafter they received Alaric's embassy and invited him to come before the city and, just as they had been ordered, they set Attalus, the urban prefect, upon the Emperor's throne and placed the purple and the crown upon him”.

aos senadores no novo governo. Alarico, todavia, seria o *magister utriusque militum*; e seu cunhado, Ataulfo, o *comes domesticorum equitum*.¹⁶⁸

No início de 410, dessarte, o Império Romano do Ocidente contava com cinco imperadores: Honório, em *Ravenna*; Constantino III e Constante, em *Arelatum*; Máximo, em *Tarraco*; e Prisco Átalo, em *Roma*. O Império do Oriente, em comparação, era governado com relativa tranquilidade a partir de *Constantinopolis* por Antêmio, tutor de Teodósio II, então com oito anos.

Tamanha diferença não era acidental, mas estrutural. A. H. M. Jones colocou bem a questão:

De dois modos, contudo, o oriente parece ter sido mais forte e saudável do que o ocidente. Em primeiro lugar, as províncias orientais eram provavelmente já de início mais ricas e populosas do que as ocidentais. É muito difícil substanciar essa alegação, mas devemos lembrar que *Macedonia* e *Graecia*, *Asia Minor*, *Syria* e *Aegyptus* haviam sido terras colonizadas e civilizadas por muitos séculos. [...] enquanto muitas partes do ocidente, como as *Britanniae*, o norte das *Galliae*, o noroeste das *Hispaniae* e as províncias à margem do rio *Hister*, haviam sido bárbaras e subdesenvolvidas mesmo após sua anexação. Os recursos das terras orientais há muito haviam sido explorados de forma integral e sua população havia crescido.¹⁶⁹

Os poucos fatos e números de que dispomos sugerem fortemente que os senadores de *Roma* eram muito mais ricos do que aqueles de *Constantinopolis* e possuíam muito mais propriedades extensas. Existiam provavelmente mais proprietários de terras médios no oriente e muito certamente mais camponeses proprietários, especialmente no *Aegyptus*, leste da *Asia Minor*, *Thracia* e *Illyricum*.¹⁷⁰

¹⁶⁸ BLOCKLEY (1998, p. 126): “While senators were appointed to civil offices, Alaric himself was made *magister utriusque militae* and Ataulf *comes domesticorum equitum*”.

¹⁶⁹ JONES (1964, p. 1064): “In two ways, however, the East seems to have been stronger and healthier than the West. In the first place the Eastern provinces were probably initially richer and more populous than the Western. It is very difficult to substantiate this statement, but it must be remembered that *Macedonia* and *Greece*, *Asia Minor*, *Syria* and *Egypt* had been settled and civilised lands for many centuries. [...] while many parts of the West, *Britain*, northern *Gaul*, north-western *Spain*, and the *Danubian* provinces, had been barbarous and undeveloped even after their annexation. The resources of the Eastern lands long have been fully exploited and their population had swelled”.

¹⁷⁰ JONES (1964, p. 1066): “[...] the few facts and figures that we possess strongly suggest that the senators of *Rome* were far wealthier than those of *Constantinople* and owned far more extensive estates. There were probably more medium landowners in the East, and fairly certainly more peasant proprietors, notably in *Egypt*, eastern *Asia Minor*, *Thrace* and *Illyricum*”.

Em outras palavras, os oficiais orientais não teriam enfrentado as mesmas dificuldades que os ocidentais ao realizar o recrutamento militar. O oriente não apenas era mais populoso e urbano, como também apresentava muito melhor distribuição de riqueza e propriedades fundiárias.

Um fosso menor separando ricos e pobres significava um menor aviltamento destes. Isso implicava, por seu turno, que o *patrocinium potentiorum*, a parceria desigual entre um *potens* (poderoso) e um *susceptus* (protegido), devia ser mais rara no oriente; ou ao menos que assumia formas mais brandas. Apesar da escassez de escravos ter sido um fenômeno geral, decorrente do fim da expansão militar, a situação dos camponeses era melhor no oriente. Se lá, de fato, existiam mais camponeses proprietários, isso implica que uma menor proporção da população rural havia sido colocada na condição de servidão ou quase-servidão que o colonato, à época, representava.

Com menos homens sob sua “proteção”, os latifundiários orientais teriam tido um impacto menor do que sua contraparte ocidental no recrutamento militar. Sua menor riqueza, além disso, conferia-lhes menos possibilidades de se contrapor aos oficiais do imperador, fosse quando da conscrição militar ou mesmo da cobrança de impostos.

Enquanto o império permanecera unificado, o bom funcionamento da porção oriental podia, até certo ponto, compensar ou mesmo mascarar os problemas da ocidental. A imagem é a de um avião bimotor, que pode permanecer no ar mesmo se uma de suas turbinas estiver avariada.

Após a morte de Teodósio I, porém, o que permanecia sendo teoricamente um único império (apesar de ser governado a partir de dois diferentes pontos, por dois indivíduos diferentes), na prática, transformou-se em dois. A maior parte da responsabilidade sobre isso recaiu, certamente, sobre Estilício. Nunca havendo se conformado por não ter podido exercer qualquer influência sobre Arcádio, o homem que havia sido o braço-direito de Teodósio I atuou de forma sistemática para enfraquecer o poder de *Constantinopolis*.

O monomotor oriental se manteria no ar ainda por muitos séculos, mas o ocidental, sofrendo seguidas panes, corria o risco de se espatifar contra o solo a qualquer momento. Nas palavras de Averil Cameron:

A complexa situação desses anos (leia-se: início do século IV) [...] deixa claro que o governo de *Ravenna* não estava em situação de fazer muito mais do que empurrar um grupo de bárbaros contra o outro e contemplar à distância como as *Galliae* se fragmentavam.¹⁷¹

Retomemos a narrativa. De *Roma*, o usurpador Prisco Átalo enviou a Honório uma carta prometendo tirar-lhe a vida. Seu exército “imperial”, sob o comando de Alarico, tomaria *Ravenna*. Diante de tamanha confiança, o legítimo imperador emudeceu.

Alarico iniciou o cerco à cidade. Não muito tempo depois, porém, chegaram ao porto da capital os reforços que *Constantinopolis* prometera há algum tempo. Zósimo (*Nea Historia*, 6.8) relatou que esses 4.000 homens bem-treinados teriam sido suficientes para restaurar a confiança de Honório. Ele teria dedicado, então, que enfrentaria Prisco Átalo e Alarico com todas as forças à sua disposição e, caso fosse derrotado, que procuraria refúgio em *Constantinopolis*, abdicando do trono ocidental.¹⁷² O líder tervíngio, em comparação, deveria dispor de algo em torno de 40.000 homens.

Diferentemente de *Roma*, cujo acesso ao mar se dava somente através de *Portus Augusti* (distante vinte e quatro quilômetros) e *Ostia* (trinta), *Ravenna* era praticamente uma cidade costeira. Hoje ela dista cerca de seis quilômetros da costa mas, àquela época, parecia-se mais com a Veneza atual. Era cercada de charcos e canais que não apenas permitiam aos habitantes acesso fácil até o *mare Hadriaticum*, mas também dificultavam a ação de invasores. A geografia, combinada com um inteligente sistema de muralhas e fortificações, tornava a cidade praticamente inexpugnável.

¹⁷¹ CAMERON (2001, p. 95): “La compleja situación de estos años [...] deja claro que el gobierno de Rávena no estaba en situación de hacer mucho más aparte de empujar a un conjunto de bárbaros contra otro y contemplar a la larga cómo se fragmentaba la Galia”.

¹⁷² Zosimos, *Nea Historia*, 6.8: “Honorius, as if aroused from deep torpor, upon their arrival from the East put them in charge of guarding the walls and decided to remain in Ravenna for the time being, until the situation in Africa clarified itself: then, if Heraclianus should come off the victor and affairs there be in safe hands, he would wage war against Attalus and Alaric with his entire army; on the other hand, if those whom he had sent to Africa should be defeated, he would set sail in the ships at his disposal to Theodosius in the East and abdicate from his Western Empire”.

Diante da dificuldade, Alarico levantou o cerco. Tomando a *via Aemilia*, ele rumou então para noroeste, subjugando todas as cidades em seu caminho, exceto *Bononia* (Bolonha).¹⁷³

Em *Roma*, a situação era crítica. A mando de Honório, Heracliano, *comes Africae*, cortara a entrega de cereais no *Latium*.¹⁷⁴ Era como se o imperador legítimo houvesse encontrado uma maneira de fazer cerco à cidade mesmo sem remover qualquer soldado de sua defesa em *Ravenna*. A fome era tamanha que, no hipódromo, as pessoas gritavam “*Pretium inpone carni humanae!*” (Ponha um preço na carne humana!).¹⁷⁵

A irritação de Alarico com Prisco Átalo era grande. O tervíngio era da opinião de que uma força significativa de “bárbaros” e romanos deveria ser enviada sem demora à *Dioeceses Africae*, com vistas a resolver de vez o problema do abastecimento. Prisco Átalo, contudo, pretendia enviar um efetivo menor, composto somente por romanos.

Alarico, então, simplesmente depôs o usurpador, tomando-lhe a coroa e seu manto púrpura, que foram enviados a Honório em *Ravenna*. Prisco Átalo e seu filho Ampélio tornaram-se, assim, tanto hóspedes como reféns do tervíngio; condição compartilhada por Gala Placídia, meia-irmã de Honório.¹⁷⁶

Rumando para *Ravenna*, Alarico pretendia, àquela altura, estabelecer um acordo de paz com o imperador. Sua comitiva, por azar, deparou-se com Saro e sua milícia. O antigo braço-direito de Estilício havia abandonado Honório no fim de 408, vivendo de

¹⁷³ Zosimos, *Nea Historia*, 6.10: “He brought over with no trouble at all every one of them except Bononia, which he besieged for several days but could not capture as it held firm”.

¹⁷⁴ Zosimos, *Nea Historia*, 6.11: “Heraclianus held all the harbors of Africa under full guard, and so neither grain nor oil nor any other necessities of life were being conveyed to the port of Rome”.

¹⁷⁵ Zosimos, *Nea Historia*, 6.11: “The city had come to such a pass that at the circus games those who hoped to taste the contestants' corpses let out the following cry: ‘*Pretium inpone carni humanae,*’ that is, ‘Set a price on human flesh’.

¹⁷⁶ Zosimos, *Nea Historia*, 6.12: “Putting his scheme into execution, he led Attalus out in front of Ariminum, where he was staying, removed his crown and stripped off his purple (these he sent to the Emperor Honorius), and reduced him before the eyes of all to private status. However, he did keep him and his son Ampelius at his own house until, peace having been concluded with Honorius, he could obtain safety of life and limb for them both. The Emperor's sister Placidia was also staying at Alaric's house, filling the role of a hostage, as it were, but enjoying altogether dignified, indeed, regal courtesy”.

forma independente desde então. Ele mantinha, porém, uma vendetta contra Ataulfo, cunhado de Alarico.

Após uma breve escaramuça, Saro refugiou-se em *Ravenna*, reconciliando-se com Honório. Credo que o embate houvesse sido uma emboscada arquitetada pelo imperador, o líder tervíngio retirou-se furioso para *Roma*. Saqueando-a ele se vingaria de todos os romanos.

No dia 24 de agosto de 410, a *porta Salaria* – localizada ao norte do *collis Quirinalis* (colina Quirinal) ou, mais especificamente, dos *horti Sallustiani* (jardins de Salústio) – foi aberta. Por três dias Alarico e seus homens saquearam a cidade, incluindo os *mausolea Augusti* e *Hadriani* (mausoléus de Augusto e Hadriano), locais que abrigavam os restos mortais de vários imperadores.

Quase cento e cinquenta anos mais tarde, o historiador Procópio de *Caesarea* registraria a seguinte anedota. Após o saque da antiga capital, um dos eunucos foi até Honório e deu-lhe a notícia de que *Roma* perecera. Desesperado, o imperador teria gritado “Mas ele acabou de comer das minhas mãos!”. Honório possuía um enorme galinheiro e “*Roma*” era o nome de um de seus galos favoritos.¹⁷⁷

Embora a historieta seja provavelmente falsa, ela muito revela acerca do espírito de um imperador que, após executar seu principal comandante por suspeita de traição, jamais teve a coragem ou a ousadia necessárias para enviar a maioria das tropas que o defendiam ao encontro de seu maior inimigo.

2.5 – Caos completo

Após saquear *Roma*, Alarico partiu com seus homens pela *via Appia* até *Capua* (Cápua), na *Campania*. Lá ele passaria um par de meses, enquanto planejava seu

¹⁷⁷ *Procopius o Kaisareus, Hyper ton polemon logoi (De Bellis)*, 3.2.24-26: “At the time they say that the Emperor Honorius in Ravenna received the message from one of the eunuchs, evidently a keeper of the poultry, that Rome had perished. And he cried out and said, ‘And yet it has just eaten from my hands!’ For he had a very large cock, Rome by name; and the eunuch comprehending his words said that it was the city of Rome which had perished at the hands of Alaric, and the emperor with a sigh of relief answered quickly: ‘But I, my good fellow, thought that my fowl Rome had perished’”.

próximo movimento. O líder tervíngio pretendia navegar até *Carthago*, não apenas porque essa era a maior cidade da *Dioecesis Africae*, mas especialmente porque dela zarpava a maior parte dos carregamentos de cereais destinados à *Italia*. A capital da província *Africa Proconsularis* era servida pelo rio *Bagradas* (atual Medjerda), cujo vale continha terras particularmente férteis, exploradas por romanos desde a era republicana.¹⁷⁸

O plano não era de forma alguma descabido. Décadas mais tarde, o controle de *Carthago* e do vale do rio *Bagradas* seria fundamental para o estabelecimento e a consolidação de um reino independente por parte dos vândalos.

Em *Arelatum*, Constantino III sofria pressão. Gerônimo, seu antigo comandante e responsável pela proclamação de Máximo nas *Hispaniae*, marchara de *Tarraco* (Tarragona) através da *via Domitia*, passando por *Narbo* (Narbona) e *Nemausus* (Nimes). Caso seguisse em sentido sudeste pela *via Aquitania* por meros trinta e cinco quilômetros, chegaria a *Arelatum* mas, a despeito disso, o rebelde tomou a *via Agrippa*, rumando para o norte.

Gerônimo provavelmente tentava bloquear a chegada de reforços, uma vez que,

ao descobrir a deserção de Máximo, Constantino [III] envi[ara] Edobico, um comandante seu, para além do *Rhenus*, para que este obtivesse uma tropa auxiliar de francos e alamanos.

(Hérmias Sozomeno, *História Eclesiástica*, 9.13)¹⁷⁹

Assim como Honório, no ano anterior, ordenara que buscassem 10.000 hunos da fronteira do alto *Hister* para sua guerra contra Alarico, Constantino III mandava que

¹⁷⁸ KEHOE (1988, pp. 8, 11-12, 12): “*The Medjerda valley is one of the most fertile regions of Tunisia. [...] The organization of vast private and imperial estates may well have been a factor in the slow development of civic institutions, as the imperial government sought to channel the resources of the region into its estates rather than to autonomous municipalities. [...] the region seems to have been especially favored to play a major role in making the North Africa one of the most important food producers for the empire. The Bagradas valley was fertile and well-watered, and was located in close proximity to Carthage and to ports on the northern coast of Tunisia such as Tabarka and Hippo Diarrhytus. Because of its tradition of occupation, the Bagradas valley must have long been exploited to produce food for markets, helping supply both Carthage and markets overseas*”.

¹⁷⁹ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica*, 9.13: “*Constantinus vero cum defectionem Maximi comperisset, Edobicum ducem suum trans Rhenum direxit, ut Francorum et Alamannorum auxilia impetraret*”.

atravessassem o alto *Rhenus* em busca de francos e alamanos que pudessem ser contratados para o conflito contra Máximo.

Para que os guerreiros estrangeiros vindos da *Germania I* pudessem chegar até *Arelatum*, porém, era preciso que o *caesar* Constante mantivesse sua posição em *Vigenne* (Vienne, Isère, França).

Entrementes, na *Italia*, Alarico conduzia seu exército de *Capua* para o sul, através da *via Aemilia Scaura*. Zarpando dos arredores de *Consentia* (Cosenza), na província de *Lucania et Brutium*, a esquadra sob seu comando deveria cruzar o perigoso *fretum siculum* (estreito de Messina), 120 quilômetros ao sul. O percurso total até *Carthago*, cabotando, seria de pouco menos de 850 quilômetros.

Desta vez, porém, *Fortuna* não sorriu para Alarico. Vários dos seus navios foram destruídos por uma tormenta e a expedição teve que ser abortada. O próprio “rei” tervíngio veio a falecer em seguida, de causas desconhecidas.¹⁸⁰ Um fim quase tão anticlimático quanto a alegada reação de Honório ao saque de *Roma*. Era dezembro de 410.

A essa altura, o exército de Gerônimo já alcançara o de Constante em *Vigenne*, em um conflito que resultaria na morte do filho de Constantino III. Vitorioso, Gerônimo voltaria para o sul e poria *Arelatum* sob cerco.

É até difícil imaginar o estado de caos em que o Império do Ocidente se encontrava no início de 411. Vândalos, alanos e suevos permaneciam nas *Hispaniae*, sem que o usurpador Máximo pudesse realmente controlá-los. As *Britanniae* haviam sido despojadas de soldados e abandonadas à própria sorte. O *litus saxonicum* sofria com incursões de piratas saxões. Os camponeses rebeldes conhecidos como *baucadae* controlavam o *tractus armoricanus et nervicanus*. No sul das *Galliae*, Gerônimo e Constantino III se enfrentavam. Tudo isso enquanto Ataulfo se movia praticamente à

¹⁸⁰ *Iordanes, Getica*, 30, 157: “*Ibi ergo veniens Alaricus rex Wisigotharum, cum opibus totius Italiae quas in praedam diripuerat, exinde, ut dictum est, per Siciliam ad Africam quietam patriam transire disponit. Cujus - quia non est liberum, quodcunque homo sine nutu Dei disposuerit - fretum illud horribile aliquantas naves submersit, plurimas conturbavit. Qua adversitate depulsus, Alaricus, dum secum, quid ageret, deliberaret, subito immatura morte praeventus rebus humanis excessit*”.

vontade pela *Italia*. Evidentemente, em nenhum desses lugares o Estado estaria funcionando normalmente; ou seja, coletando tributos e fornecendo justiça e segurança pública para os cidadãos.

Para complicar ainda mais a situação, a fronteira do *Rhenus* permanecia basicamente aberta e guerreiros burgúndios realizavam frequentes incursões de saque na *Belgica I* e na *Germania II*. Nesse mesmo ano, aliás, o “rei” burgúndio Gundahar e o líder alano Goar, tomariam *Vangium* (Worms), *Noviomagus* (Speyer) e *Argentoratum* (Estrasburgo), proclamando em *Moguntiacum* (Mainz) um imperador-fantoches, Jovino.

2.6 – Reconciliação

Em *Arelatum*, Constantino III estava sob o cerco de Gerônimo quando surpreendentemente, um exército chegou da *Italia*. Com Alarico morto, Honório decidira enviar Flávio Constâncio, o novo *magister utriusque militiae*, para as *Galliae*; com vistas a retomar para *Ravenna* o controle da região. Acompanhado do *magister militum* Ulfila (cujo nome denota sua origem gótica), o enviado de Honório alcançou Gerônimo em *Arelatum*, acuando-o.

Gerônimo fugiu de imediato levando poucos soldados; uma vez que muitos deles planejavam fugir para [Flávio] Constâncio. Depois disso, os soldados hispanos, por conta da fuga de Gerônimo, passaram a sentir repulsa por ele. Realizaram um ataque à noite e cercaram sua casa. [...] os soldados puseram fogo na casa. [...] Gerônimo, contudo, perfurou-se três vezes. Sem reconhecer que sentia uma ferida letal, retirou a adaga que portava na coxa, atravessando o próprio coração.

(Hérmias Sozomeno, *História Eclesiástica*, 9.13)¹⁸¹

Diante da morte de Gerônimo, Máximo abriu mão do título imperial e tornou-se cenobita.

¹⁸¹ *Hermias Sozomenos, Historia Ecclesiastica*, 9.13: “*Gerontius cum paucis militibus statim fugam arripuit. Major enim para eorum ad Constantium transfugerat. Porro Hispanienses milites, Gerontium ob eam fugam contendum rati. consilium de eo interuciendo ceperant; noctuque obsessa ejus domo, impetum in eum fecerunt. [...] cum milites ignem in domum injecissent, [...] Gerontius vero, cum se tertio percussisset, nec tamen letale vulnus accepisse sentiret, stricto pugione quem ad femur habebat, cor suum transfixit*”.

Era meados de 411 e Constantino III permanecia em dificuldade. Durante três meses, as forças enviadas por Honório fizeram cerco a *Arelatum*. Então chegou da *Germania I* Edobico, seu *magister militum*, trazendo consigo os tão aguardados reforços de francos e alamanos. Ele, porém, também foi derrotado. Sem esperanças, Constantino III acabou por render-se.

Alegando que a partir de então se dedicaria somente à vida religiosa, o usurpador esperava obter um salvo-conduto mas, ainda assim, foi capturado e conduzido até *Ravenna*; chegando lá sem vida. Era setembro de 411.¹⁸²

Na *Italia*, entretanto, Ataulfo havia sido escolhido “rei” dos tervíngios.

[Ataulfo], tendo aceitado o reino, se volta para *Roma* uma segunda vez e o que quer que haja restado da primeira, foi arrasado à maneira de uma praga de gafanhotos; não apenas despojando a *Italia* das riquezas privadas, mas também das públicas. O imperador Honório, cuja irmã [Gala] Placídia, filha do imperador Teodósio com outra esposa, fora levada da cidade como prisioneira, não tinha forças para resistir a coisa alguma.

(Jordanes, *Gética*, 31.159)¹⁸³

Aproveitando-se do breve período de inatividade dos tervíngios na *Italia*, o competente Flávio Constâncio já havia causado, direta ou indiretamente, o fim de dois usurpadores, Máximo e Constantino III. As *Hispaniae* continuavam entregues a vândalos, alanos e suevos, que circulavam sem oposição imperial pela *dioeceses*.

¹⁸² BURY (1958, pp. 193-194): “*Meanwhile Constantine, with his second son Julian, was being besieged in Arles by the army of Italy which had replaced the army of Spain. The siege wore on for three months, and the hopes of the legitimised usurper depended upon the arrival of his general Edobich, who had been sent beyond the Rhine to gain reinforcements from Alammani and Franks. Edobich at length returned with a formidable army, but a battle, fought near the city, resulted in a victory for the besiegers. Edobich was slain by the treachery of a friend in whose house he sought shelter, and Constantine, seeing that his crown was irrecoverably lost, thought only of saving his life. He stripped off the Imperial purple and fled to a sanctuary, where he was ordained priest, and the victors gave a sworn guarantee for his personal safety. Then the gates of the city were thrown open to the besiegers, and Constantine was sent with his son to Honorius. But that Emperor, cherishing resentment towards them for his cousins whom Constantine had slain, violated the oaths and ordered them to be put to death, thirty miles from Ravenna.*’ (September, A.D. 411)”. Bury cita, no trecho acima, *Olympiodorus*, fr. 16.

¹⁸³ *Jordanes, Getica*, 31.159: “*Qui suscepto regno revertens iterum Romam, si quid primum remanserat, more locustarum erasit, nec tantum privatis divitiis Italiam spolians, immo et publicis, Imperatore Honorio nihil resistere praevalente, cujus et germanam, Placidiam, Theodosii Imperatoris ex altera uxore filiam, ab urbe captivam abduxit*”.

É possível que, caso a situação da *Italia* não houvesse demandado atenção tão urgentemente, o próximo passo das forças imperiais tivesse sido a retomada do controle das *Hispaniae*. Como, porém, os tervíngios haviam voltado a causar problemas, Flávio Constâncio e Ulfila retornaram das *Galliae* para enfrentá-los.

No início de 412, fortalecido pelos efetivos tomados de Gerônimo e Constantino III, o exército imperial conseguiu pressionar Ataulfo e seus tervíngios o suficiente para fazê-los cruzar os *Alpes* em direção às *Galliae*. A *Italia* estava novamente livre de exércitos estrangeiros.

Nas *Galliae*, Prisco Átalo, o *praefectus* de *Roma* que em 409 havia sido proclamado e deposto por Alarico, aconselhou Ataulfo a oferecer aliança ao usurpador Jovino.¹⁸⁴

Os tervíngios devem ter tocado a província da *Germania II* em meados de 412. Gundahar e Goar, que haviam proclamado Jovino, claramente não estavam confortáveis com a presença de um exército tão numeroso na região sob seu controle.

Enquanto as tratativas transcorriam com dificuldade, o godo Saro chegou à região, acompanhado de algumas dezenas de homens. Ele havia se desentendido com Honório e pretendia unir-se a Jovino. Ao tomar conhecimento da chegada de seu inimigo de sangue, Ataulfo caiu sobre ele com seu exército. Saro foi capturado e morto.

Nesse ínterim, o usurpador Jovino apontou seu irmão Sebastiano co-imperador. A escolha enfureceu Ataulfo, que provavelmente esperava ser consultado. Este então enviou emissários a Cláudio Póstumo Dárdano, *praefectum praetorio Galliarum* e único oficial importante das *Galliae* que havia permanecido o tempo todo fiel a Honório. De *Lugdunum* (ou, talvez, *Narbo*), uma mensagem foi expedida a *Ravenna*: Ataulfo entregaria as cabeças dos dois usurpadores em troca da paz.¹⁸⁵ Em caso de sucesso, o

¹⁸⁴ BURY (1958, p. 194): “Attalus, from some motive which is not clear, persuaded him to offer his services to Jovinus”.

¹⁸⁵ BURY (1958, p. 195): “Sarus did not shirk fighting against such appalling odds, and having performed deeds of marvellous heroism he was taken and put to death. This incident did not tend to smooth the negotiations with Jovinus, and when the tyrant proclaimed his brother Sebastian Augustus, against Athaulf wishes, the Visigoth entered into communication with Dardanus the Praetoria Prefect, the only important official in Gaul who had not deserted the cause of Honorius. Envoys were sent to

líder tervíngio deveria, também, receber suprimentos de cereais e o controle de uma província nas *Galliae*. Isso feito ele devolveria Gala Placídia aos cuidados de seu meio-irmão.¹⁸⁶

O imperador concordou com os termos. Ataulfo, a essa altura, não representava ameaça à *Italia* e, de todo modo, ele e seu predecessor Alarico nunca haviam pretendido tomar o trono para si. Jovino e Sebastiano, por seu turno, tinham a intenção de substituir Honório. Mesmo que Ataulfo não conseguisse derrubá-los, um embate envolvendo tervíngios, burgúndios e alanos serviria para enfraquecê-los todos.

A negociação secreta deve ter consumido no mínimo um par de meses, dadas as distâncias que separavam *Moguntiacum*, *Lugdunum* (ou, talvez, *Narbo*) e *Ravenna*, de modo que os combates dos tervíngios contra os usurpadores Jovino e Sebastiano e os exércitos de Gundahar e Goar devem ter tido início somente no último trimestre de 412.

Jovino e Sebastiano acabaram por se refugiar em *Valentia* (Valença do Ródano). Após um breve cerco, Ataulfo conseguiu adentrar a cidade, capturando os usurpadores, que foram enviados a Cláudio Póstumo Dárdano.

“Jovino e Sebastiano, derrotados, são mortos em *Narbo* pelos comandantes de Honório” (Hidácio de Chaves, *Continuação das crônicas de Jerônimo*, 54).¹⁸⁷ Suas cabeças foram expostas, como haviam sido as de Constantino III e seu filho Juliano.¹⁸⁸ Era outono de 413.

2.7 – Estabelecimento na *Aquitania* e *Narbonensis*

Enquanto Ataulfo dava cabo dos usurpadores nas *Galliae*, Flávio Constâncio enfrentava na *Italia* uma nova ameaça a *Ravenna*, Heracliano. O carrasco de Estilício

Ravenna, and Honorius accepted the terms of Athaulf, who promised to send him the heads of the two tyrants”.

¹⁸⁶ BURY (1958, p. 196): “*Athaulf had agreed to restore her when the bargain had been made that in return to his services in crushing Jovinus he and his people should be supplied with corn and receive a Gallic province as federates of the Empire*”.

¹⁸⁷ *Hydatii Lemici, Continuatio chronicorum hieronymianorum*, 54: “*Iovinus et Sebastianus oppressi ab Honorii ducibus Narbona interfecti sunt*”.

¹⁸⁸ BURY (1958, p. 195): “*Olympiodorus says that the heads of the two tyrants were exposed*”.

havia sido apontado *comes Africae* por Honório em 409 e, no ano seguinte, iniciara tratativas com Prisco Átalo.

Através de suas cartas, o antigo *praefectus* de *Roma* e imperador-fantoches de Alarico deve ter convencido Heracliano de que não seria tão difícil derrubar Honório, porquanto três anos depois o *comes Africae* estava disposto a tentá-lo por conta própria.

Partindo de *Carthago* com uma enorme frota, Heracliano aportou próximo a *Ostia*. Ele pretendia marchar até *Roma* e proclamar-se *augustus* na antiga capital mas foi vencido assim que desembarcou. O insurgente conseguiu retornar a *Carthago* em um único navio mas, lá chegando, foi decapitado.

Durante a insurreição de Heracliano, que deve ter ocupado toda o primeiro semestre de 413, os cereais da *Africa Proconsularis* deixaram de ser embarcados, de modo que Honório não se encontrava em condições de cumprir o que prometera ao líder tervíngio.

Contrariado, Ataulfo pôs cerco às cidades de *Massilia* (Marselha), *Narbo* (Narbona), *Burdigalia* (Bordeaux) e *Tolosa* (Toulouse), capturando-as ainda em 413 e assumindo o controle de uma faixa de terra de mais de quinhentos quilômetros de extensão, que incluía as províncias *Narbonensis I*, *Narbonensis II* e *Aquitania II*. O sucesso do tervíngio só não foi absoluto por ele ter, durante o combate por *Massilia*, sido ferido. É possível, como insinuou Edward Gibbon, que as cidades ocupadas talvez estivessem, de fato, rebeladas contra o governo de *Ravenna*, de modo que a ocupação tervíngia resultasse em grande medida de uma aliança entre tervíngios e galo-romanos.¹⁸⁹

Do ponto-de-vista estratégico, o assentamento no sudoeste das *Galliae* fazia perfeito sentido para os tervíngios. Ataulfo colocara uma distância significativa entre ele e as forças imperiais da *Italia*, porquanto o local mais a leste de seus domínios, *Massilia*, distava cerca de 180 quilômetros de *Vapincum* (Gap, França) e 200 de *Cemenellum* (Cimiez, França), localidades nas bases ocidentais dos *Alpes Cottiae*

¹⁸⁹ GIBBON (1900, p. 257): “The cities of Gaul which they attacked might perhaps be considered as in a state of rebellion against the government of Honorius”.

(Alpes Cótios) e *Alpes Maritimae* (Alpes Marítimos) e pontos de passagem para a *Italia*. Assim, caso Honório tentasse qualquer ação contra os tervíngios, haveria tempo para preparar uma defesa.

Ataulfo, além disso, assumiu o controle do trecho ocidental da *via Domitia* – que ligava a *Italia* às *Hispaniae* passando por *Vapicum*, *Nemausus* (Nimes) e *Narbo* (Narbona) –, de modo que nenhuma ação imperial poderia ser realizada para além do *Pyrraeneum* sem o seu consentimento.

A *Aquitania*, além disso, era a região mais próspera das *Galliae*. Suas *villae* só encontravam equivalente nas *Hispaniae*, suplantando até mesmo as da *Italia*. Além de terem acesso a uma grande quantidade de riqueza, os tervíngios estariam em contato com uma aristocracia fundiária que não via com bons olhos a intromissão imperial em seus assuntos.

Buscando fortalecer ainda mais sua posição, Ataulfo desposou Gala Placídia. As bodas aconteceram em janeiro de 414, na casa de Ingênio, um dos cidadãos mais proeminentes de *Narbo*.

A meia-irmã de Honório era refém de um “rei” dos tervíngios – primeiro de Alarico e depois de Ataulfo – havia mais de três anos e, aparentemente, sempre fora muito bem tratada. Embora não seja possível sabermos o grau de liberdade da jovem de vinte e dois anos diante da proposta de casamento, é provável que ela e o tervíngio tivessem mesmo algum tipo de envolvimento. Isso porque Ataulfo parecia estar – ao menos por hora – se convertendo em um romanófilo, como o discurso atribuído a ele pelo contemporâneo Orósio parece indicar:

De início eu ardentemente desejava que o nome romano fosse apagado e que todo o solo romano fosse convertido em um império de godos. Eu desejava que a *Romania* se tornasse *Gothia* e que Ataulfo fosse o que César Augusto fora. Mas eu fui ensinado por muita experiência que o barbarismo desenfreado dos godos nunca admitirá obedecer às leis de uma república; e sem leis uma república não é uma república. De todo modo, escolhi para mim a glória não apenas de restaurar à sua integridade mas de aumentar o nome romano através da virilidade gótica, querendo ser visto entre os que estão por vir como o autor de uma restauração romana, uma vez que não posso ser um transformador.

(Paulo Orósio, História contra os Pagãos, 7.43)¹⁹⁰

Muito da fala de Ataulfo era, todavia, retórica. Ele, de fato, não odiava os romanos e podia aliar-se a eles quando isso trouxesse vantagens – muitos certamente estavam dispostos a servi-lo e outros tantos a empregá-lo –, mas não se via comprometido com quem não lhe pudesse ser útil.

Pouco tempo depois, em *Burdigalia*, Prisco Átalo foi proclamado novamente imperador com as graças de um “rei” tervíngio. Não é claro o que Ataulfo pretendia com isso, além de, quiçá, irritar Honório.

Como os cereais prometidos por *Ravenna* nunca chegaram, os tervíngios sobreviveram das provisões locais. Estas, porém, estavam se esgotando, de modo que eles se viram obrigados a abandonar as *Galliae* e cruzar o *Pyrenaeum* para as *Hispaniae*.

Irritado com a própria situação, Ataulfo teria ordenado, ao partir para o sul, que se ateasse fogo à “nova capital imperial”, *Burdigalia*. Paulino de Pela, então residente na cidade, assim relatou os acontecimentos:

[...] mas admito que procurava paz com os godos – a qual, então, havia sido escolhida por consenso pelos próprios godos e depois concedida a outros que por ela tiveram que pagar, mas que permaneceram sem se arrepender; porquanto em nosso governo vemos muitos prosperarem com os favores dos godos. Alguns deles, contudo, antes suportaram muitas tristezas; um grande papel que eu desempenhei, totalmente privado dos meus próprios bens e, em pessoa, sobrevivendo à minha pátria. Pois de fato o rei godo Ataulfo, ao sair de nossa cidade, ordenou a truculência mesmo tendo sido recebido em paz, diferentemente de nós, para quem as leis superam a guerra, de modo que atearam fogo a tudo na cidade.

(Paulino de Pela, Agradecimento a Deus através de um relato da minha vida, 303-314)¹⁹¹

¹⁹⁰ *Paulus Orosius, Historia Adversum Paganos, 7. 43: “se inprimis ardentem inhiasse, ut oblitterato Romano nomine Romanum omne solum Gothorum imperium et faceret et uocaret essetque, ut uulgariter loquar, Gothia quod Romania fuisset et fieret nunc Athaulfus quod quondam Caesar Augustus, at ubi multa experientia probauisset neque Gothos ullo modo parere legibus posse propter effrenatam barbariem neque reipublicae interdici leges oportere, sine quibus respublica non est respublica, elegisse saltem, ut gloriam sibi de restituendo in integrum augendoque Romano nomine Gothorum uiribus quaereret habereturque apud posteros Romanae restitutionis auctor, postquam esse non potuerat immutator”.*

¹⁹¹ *Paulinus Pellaeus, Eucharisticum Deo sub ephemeridis meae textu, 303-314: “[..] sed Gothicam fateor pacem me esse secutum, quae tunc ipsorum consensu optata Gothorum 305 paulo post aliis cessit*

Muitos dos aristocratas galo-romanos estavam dispostos a cooperar com o exército dos tervíngios, a despeito das eventuais demonstrações de truculência por parte destes. É claro, contudo, que a relação entre os dois grupos era desigual, uma vez que os tervíngios dispunham de grande vantagem militar. Por outro lado, quaisquer laços que fossem estabelecidos com os galo-romanos serviriam tanto para demonstrar a civilidade dos tervíngios como para legitimar sua posição de aliados dos romanos de modo geral.

Confirmado, portanto, o reino dos godos nas *Galliae*, a situação dos hispanos começou a causar aflição. O próprio [Ataulfo] planejou salvá-los com um ataque aos vândalos. Deixou suas riquezas em *Barcilona* com alguns [seguidores] fiéis e ‘homens comuns’ (*plebes*) inaptos para a guerra e penetrou o interior das *Hispaniae*, onde teve lutas frequentes com os vândalos.

(Jordanes, *Gética*, 31.163)¹⁹²

Jordanes embelezou a situação mas, de fato, Ataulfo fez de *Barcilona* (Barcelona) sua base. Lá, em meados de 415, nasceu Teodósio, filho de Gala Placídia e do “rei” tervíngio, assim nomeado em homenagem ao falecido avô. Infelizmente, porém, a criança, que simbolizava a união de nobres tervíngios e romanos, faleceu pouco depois.

A despeito de Jordanes dar a entender que, uma vez instalados no sudoeste das *Galliae*, os tervíngios nunca perderam o controle da região, é provável que, àquela altura, eles dominassem somente a *Hispania Tarraconensis*. A província, assim como toda a península, estava privada das remessas de cereais africanos havia algum tempo, de modo que a situação dos tervíngios não deve ter melhorado substancialmente com o traslado para o sul do *Pyraeneum*.

mercede redempta nec penitenda manet, cum iam in re publica nostra cernamus plures Gothico florere favore, tristia quaeque tamen perpessis antea multis, pars ego magna fui quorum, privatus et ipse 310 cunctis quippe bonis propriis patriaeque superstes. Namque profecturi regis praecepto Atiulfi nostra ex urbe Gothi, fuerant qui in pace recepti, non aliter nobis quam belli iure subactis aspera quaeque omni urbe inrogavere cremata”.

¹⁹² *Iordanes, Getica, 31.163: “Confirmato ergo Gothus regno in Galliis, Hispanorum casu coepit dolere, eosque deliberans a Wandalarum incursibus eripere, suis opibus Barcilonae cum certis fidelibus relictis plebeque imbelli, interiores Hispanias introivit, ubi saepe cum Wandalis decertans”.*

O outono de 415 foi tumultuado para os tervíngios. No início de setembro, Ataulfo foi assassinado por um certo Dúbio (cujo nome, aliás, é conveniente demais para não ser apócrifo), um serviçal que fora seguidor de Saro.

Segerico, do clã dos *Amali* e irmão de Saro foi o provável arquiteto do ataque. Proclamando-se “rei”, de imediato assassinou os filhos de Ataulfo com a primeira esposa e humilhou Gala Placídia; que foi forçada a caminhar por cerca de quinze quilômetros na companhia de prisioneiros. Segerico foi morto poucos dias depois e Vália foi escolhido novo “rei”.

O exército imperial, comandado por Flávio Constâncio, a essa altura, seguia pela *via Domitia* e preparava-se para tomar de assalto os tervíngios nas *Hispaniae*.

Vália, o qual era rei dos godos, apressou-se a um portão do *Pyrenaeum* não com pouca prontidão para a batalha. Lá, de ambos lados emissários foram enviados e então um acordo foi estabelecido, através do qual a [meia-]irmã do imperador, [Gala] Placídia, seria entregue e, em compensação por sua desventura, o Estado romano, quando a ocasião exigisse, deveria ser atendido.

(Jordanes, *Gética*, 32.165)¹⁹³

No primeiro semestre de 416, assim o recém-eleito Vália concluiu um novo acordo de paz com *Ravenna*. Os tervíngios receberiam 600.000 *modii* (cerca de 5.196.000 litros) de milho e, em troca, entregariam Gala Placídia a Honório, se comprometendo a enfrentar os exércitos de vândalos, alanos e suevos.

A meia-irmã do imperador foi devolvida de imediato. Honório forçou-a a desposar *magister utriusque militiae* Flávio Constâncio no início de 417. Tiveram dois filhos, Justa Graça Honória e Flávio Plácido Valentiniano, nascidos em 418 e 419. Este se tornaria o sucessor de Honório em 423, sob a alcunha de Valentiniano III.

Enquanto isso, nas *Hispaniae*, os alanos estavam estabelecidos na *Lusitania* e os suevos na *Gallaecia*, tendo a companhia dos vândalos hasdíngios, enquanto os vândalos silíngios ocupavam a *Baetica*. Em todas essas regiões o assentamento dos estrangeiros

¹⁹³ *Iordanis, Getica*, 32.165: “Cui Wallia rex Gothorum non cum minori procinctu ad claustra Pyrenaei occurrit; ubi ab utraque parte legatione directa ita convenit pacisci, ut Placidiam sororem principis redderet suaque solacia Romanae rei publicae, ubi usus exegerit, non denegaret”.

deve haver ocorrido de forma até certo ponto negociada. Os quatro grupos invasores haviam, inclusive, enviado emissários a *Ravenna*, buscando autorização para seu assentamento. Honório, talvez buscando criar animosidade entre eles, parece ter aprovado somente os pedidos de vândalos hasdíngios e suevos.¹⁹⁴

Assim, a partir de meados de 416, Vália comandou os tervíngios, em nome de Honório, contra vândalos silíngios e alanos. Os tervíngios contavam com os suprimentos de cereais africanos e tinham a vantagem de uma larga experiência militar contra e ao lado dos romanos, de modo que, a médio e longo prazo, certamente acabariam saindo vitoriosos.

Isso se tornou claro no ano de 418, quando os vândalos silíngios simplesmente deixaram de existir enquanto grupo após uma batalha contra os comandados de Vália. No mesmo ano, os tervíngios derrotaram os alanos, em uma combate no qual mesmo seu “rei”, Ataces, veio a falecer. Os poucos sobreviventes se colocaram sob a proteção de Gunderico, “rei” dos vândalos hastíngios, acompanhando-o na passagem marítima para a província da *Tingitania* em 429.

Talvez temendo que os tervíngios tomassem as *Hispaniae* para si, Honório concedeu-lhes terras nas *Galliae*, oficialmente recompensando-os por seus serviços prestados à causa imperial. Próspero da *Aquitania* assim registrou o evento em sua crônica, na entrada referente aos consulados de Flávio Monáxio e Flávio Plinta (o ano de 419):

O patrício [Flávio] Constâncio firma paz com Vália, dando-lhe para habitar a *Aquitania II* e algumas das cidades nos limites da província.
(Próspero da *Aquitania*, Crônica Integral, 2)¹⁹⁵

A referência de Próspero a “algumas cidades nos limites da província” se refere sobretudo a *Tolosa* que, tecnicamente, era parte da *Narbonensis I* e foi tornada capital do reino dos tervíngios. Outra cidade importante era *Burdigalia*, duzentos e quarenta

¹⁹⁴ BURY (1958, p. 204): “They all sent embassies to Ravenna. The obvious policy of the Imperial Government was to sow jealousy and hostility among them by receiving favorably the proposals of some and rejecting those of others”.

¹⁹⁵ *Prosperus Aquitanicus, Chronicum Integrum*, 2: “Monaxio et Plinta Coss. [...] Constantius patricius pacem firmat cum Wallia, dat ei ad habitandum secunda Aquitania, et quibusdam civitatibus confinium provinciarum”.

quilômetros a noroeste. Ambas ficavam às margens do *Garumna* (Garona). Com seiscentos quilômetros de extensão, o rio nascia no *Pyrenaeum* e desembocava no *Oceanus* (Oceano Atlântico), sendo navegável de *Tolosa* até sua foz.

As terras a sudeste de *Tolosa* deviam permanecer sob controle imperial. Isso implica que o governo de *Ravenna* desejava manter total acesso às *Hispaniae*, reservando para si os territórios adjacentes à *via Domitia*.

Vália veio a faleceu poucos meses após o acordo que fixou os tervíngios no sudoeste das *Galliae* ter sido firmado. Seu sucessor foi Teodorico I, que reinou até 451.

Nas décadas seguintes adentrou a cena geopolítica outro grupo de godos, descendente dos greutúngios, que as fontes passaram a tratar por *ostrogothi* ou “ostrogodos”. Os tervíngios, por seu turno, receberam o apelido de *visigothi* ou “visigodos”.

Embora a difusão do apelido “visigodos” tenha sido resultado da coincidência de existirem dois grupos góticos operando simultaneamente dentro das fronteiras do Império Romano do Ocidente, a mudança de nome veio em boa hora, uma vez que o povo que foi assentado no vale do *Garumna* em 419 era muito diferente daquele que cruzara o Hister em 376.

Em primeiro lugar, havia ocorrido ao longo desses quarenta e três anos miscigenação não apenas com os romanos como também com toda a sorte de “bárbaros”. Recebendo adesões de homens de várias nações, o exército de Alarico já era claramente multiétnico.

A partir de Teodorico I, ademais, a sucessão real os tervíngios se tornou hereditária. Não se tratava mais de um “chefe guerreiro”, como foram Vália, Ataulfo e Alarico, mas um autêntico rei.

Por último, os tervíngios se sedentarizaram por completo após 419, estabelecendo inclusive laços de cooperação com a aristocracias galo e hispano-romanas.

Tradicionalmente, quando exércitos imperiais estavam estacionados nas províncias, eles eram acolhidos de acordo com a *hospitalitas*, um regime de divisão do espaço físico e dos rendimentos que determinava a acolhida e o sustento dos “hóspedes”.

O acordo de *hospitalitas* era negociado localmente, entre os latifundiários e os hóspedes. Embora tivesse surgido para assegurar a manutenção das *legiones*, esse tipo de acordo tornou-se praxe também no caso de exércitos “bárbaros”; até porque, no Baixo Império, muitas das unidades regulares do exército deviam ser, basicamente, compostas por homens das fronteiras de ascendência estrangeira. Assim, do ponto-de-vista dos latifundiários ocidentais do século V, no que concerne à convivência, é provável que não houvesse muita diferença em hospedar os 1.000 homens de uma *legio* qualquer e um pequeno exército de, digamos, alanos. Isso sem contar que esses exércitos estrangeiros cada vez mais realizavam missões oficiais em substituição às *legiones*, enquanto, supostamente, deveriam somente auxiliá-las.

O exato funcionamento da *hospitalitas* é controverso. A visão tradicional é a de que os hóspedes ficavam de posse de um ou dois terços da propriedade (dependendo da região), inclusos escravos e *coloni*, extraíndo daí seu sustento. Testemunhos da *Italia* sob o controle dos ostrogodos atestam, porém, que os estrangeiros eram hospedados sem que o anfitrião sentisse estar sendo prejudicado. Isso sugere que, a despeito do hóspede ter que ser abrigado nos edifícios do proprietário e fazer uso de sua criadagem, ele não teria direito a uma proporção das terras ou mesmo do rendimento que delas proviesse, mas dos tributos relativos à propriedade em questão.¹⁹⁶

¹⁹⁶ HALSALL (2003, p. 9): “How the barbarians were settled and paid has long been a matter of debate. Legislation and similar governmental material from Visigothic Spain, Ostrogothic Italy and Burgundian south-eastern Gaul, suggests that each ‘barbarian’ soldier was paid by being allotted a share of a particular estate: a third in Ostrogothic Italy; two-thirds in Visigothic southern Gaul and Spain; and a more complex arrangement, based upon two-thirds of farmland, in Burgundy. Traditionally it has been thought that these ‘thirds’ were actual shares of an estate’s lands. The late Roman army was quartered on the civilian population through what was known as *hospitalitas*, whereby a soldier was assigned to a civilian householder, who in turn handed one-third of his house over to the soldier’s use. The similarity in the shares of the house led to the supposition that this system was used to parcel out the estates and, indeed, there were references to barbarian hospites (guests) quartered on Roman landlords. However, in view of the apparent general acquiescence of Roman landlords and, in Ostrogothic Italy, explicit statements that the Goths were funded without the Roman landlords feeling any loss, Goffart suggested that what was in fact divided up was the tax revenue of the estates; a barbarian soldier was assigned to a

Isso ajudaria a explicar porque os latifundiários galo e hispano-romanos, uma vez que os atritos iniciais foram superados, não pareceram ter imposto restrições ao assentamento dos estrangeiros. É fácil imaginar como, desde muito cedo nesse processo, o Estado romano ocidental – que, de fato, cada vez mais deixava de realizar as funções que dele eram esperadas, nomeadamente, justiça e proteção – pôde ser excluído de vez da equação. Fortalecidos pela presença dos guerreiros bárbaros em suas terras, os latifundiários provinciais, que muitas vezes já conseguiam evitar o pagamento dos tributos através dos subornos ou das ameaças, simplesmente deixavam de pagá-los. Aos guerreiros bárbaros ficava uma parcela do montante que deveria ter sido pago. Teoricamente, o latifundiário infrator podia ser processado pelos oficiais imperiais na cidade mais próxima. Mesmo que isso fosse feito, todavia, como um Estado que não apenas havia deixado de possuir o monopólio do uso da força como, de fato, não dispunha de qualquer aparato coercitivo a nível local podia fazer cumprir as decisões judiciais? Não podia. Se levarmos em consideração, ademais, que os oficiais responsáveis pela cobrança dos tributos não apenas pertenciam à mesma classe, como muitas vezes eram parentes ou protegidos do latifundiários, perceberemos como foi impossível reverter a tendência de separação dessas áreas do resto do império.

Não há dúvida que deve ter ocorrido violência e saque nas *Hispaniae* após o estabelecimento dos “bárbaros”, em 409. O mesmo certamente é até mais verdadeiro quanto à “travessia” das *Galliae* por esses mesmos povos durante os dois anos anteriores. Deve-se levar em consideração, porém, que o saque era parte do *modus operandi* de todos os exércitos do período. É evidente que os exércitos imperiais, especialmente quando chefiados por homens de elevada estatura moral, normalmente se

particular estate and the estate holder simply paid to that soldier one third of the taxes which, normally, would have been paid to the government to help pay the army. Goffart also pointed out that the hospitalitas system was not concerned at all with the payment or provision of subsistence for a soldier, only with furnishing a roof over his head. Thus it provided no necessary model for the system of paying and provisioning barbarian troops in the later fifth and sixth centuries. In fact none of the references to barbarian ‘guests’ actually states that the barbarian is any more than simply billeted on the landlord in the old Roman way; there is no suggestion in these references that the barbarian owned any of the latter’s estate or its produce. Goffart’s hypothesis has the advantage of simplicity; the system was streamlined by, to some extent, bypassing the ‘middle man’ – the tax collector. The soldier simply collected his pay at source. Furthermore, Goffart’s proposed system has clear antecedents in Roman legislation about the payment of élite field army troops, precisely the element of the Roman armed forces which included the ‘barbarian’ units. Ostrogothic Italian evidence seems, on the whole, to support the theory as far as the payment (as opposed to the settlement) of Gothic troops is concerned”.

abstinham de tomar ilegalmente os bens dos cidadãos do império; até porque existiam formas legais de garantir que não lhes faltassem provisões, como a *hospitalitas*. Ainda assim, bastava que o comandante fosse inescrupuloso para que mesmo um exército imperial se tornasse uma ferramenta de opressão de civis. Constantino III, por exemplo, tendo partido das *Britanniae* com a maior parte das tropas da ilha sob a alegação de que pretendia salvar as *Galliae* de vândalos, alanos e suevos, chegou a *Valentia* (Valença do Ródano) com um enorme butim, obtido exclusivamente em território romano, sem que houvesse ocorrido qualquer combate importante contra as forças invasoras.

É provável que exércitos de estrangeiros fossem, em média, um pouco menos previsíveis em suas reações do que as tropas regulares romanas, à época normalmente sob o comando de um romano de ascendência estrangeira. Lembremos, por exemplo, da queima de *Burdigalia* por Ataulfo em fins de 414, realizada sem motivo aparente. Isso não implicava, todavia, na existência de barreiras intransponíveis separando galo ou hispano-romanos de tervíngios ou mesmo de suevos, alanos ou vândalos.

Existia, é verdade, uma proibição do matrimônio entre católicos e não-católicos, mantida pelas autoridades eclesiásticas e imperiais. No contexto da primeira metade do século V, todavia, isso deve ter tido menos importância do que se costuma supor, especialmente nas áreas ocidentais distantes da *Italia*.

A vertente oficial do culto a Jesus havia se espalhado muito mais no oriente do que no do ocidente. No caso deste, por sinal, havia se espalhado sobretudo a partir da *Italia*. Além disso, como a conversão ao catolicismo se tornava cada vez mais uma *conditio sine qua non* para a ascensão no serviço imperial, os locais a partir dos quais o império era governado apresentavam uma proporção bem maior de conversos.

Isso implica que, nas áreas rurais das *Galliae* e *Hispaniae*, àquela época, a maior parte da população continuava a praticar sua religião tradicional, politeísta, de modo que qualquer proibição do matrimônio inter-religioso pouco lhes teria atingido.

A população católica dessas áreas certamente teria sido um pouco mais afetada mas, ainda assim, é certo que quanto mais distante se está do local de onde emana uma proibição, com mais frequência sua desobediência é transigida. A implicação disso é

que, para os *humiliores* católicos que habitavam áreas rurais tão distantes dos principais centros do poder eclesiástico e imperial, as barreiras ao matrimônio inter-religioso deviam ter sido quase irrelevantes.

Lembremos, por exemplo, dos testemunhos de Salviano de *Massilia*, de que muitos galo-romanos pobres preferiam viver entre os tervíngios “como iguais, do que enfurecer-se com a injustiça entre os romanos” e de Paulo Orósio de que, logo após a chegada de vândalos, alanos e suevos às *Hispaniae*, já se encontravam “entre eles alguns romanos que prefer(iam) a liberdade da pobreza entre os bárbaros a suportar a ansiedade da tributação”.¹⁹⁷ É difícil imaginar que, nesse contexto, romanos e estrangeiros não acabassem se miscigenando.

A facilidade com que *humiliores* transpunham as barreiras religiosas ao matrimônio deve ter se reduzido ao longo das décadas seguintes, à medida em que o Estado imperial se recolhia da maior parte das áreas ocidentais e a Igreja nelas permanecia, passando a lá simbolizar tanto a *romanitas* como a *civilitas*.

No caso dos *honestiores* romanos católicos e dos nobres “bárbaros” arianos, contudo, a situação deve ter sido distinta da prevalente entre os mais humildes. A autoridade dessas elites dependia, em parte, do endosso às instituições vistas como tradicionais, de modo é provável que tanto uns quanto outros tenham, já na década de 410, se encontrado frequentemente impossibilitados de escolher cônjuges de uma religião distinta da sua. Tal estado de coisas podia, ainda assim, ter suas exceções, como indica o casamento de Ataulfo e Gala Placídia, porquanto não há qualquer razão para crermos que ela o tenha obrigado a se converter ao catolicismo.

Dito isso, é perfeitamente plausível que, passado um período inicial de ajustes e instabilidade, a convivência entre galo ou hispano-romanos e os “bárbaros” que haviam se tornado seus vizinhos pudesse transcorrer sem maiores transtornos.

Para os latifundiários galo e hispano-romanos, aliás, uma vez devidamente cooptados, os líderes “bárbaros” podiam ser bastante úteis, não apenas porque seus

¹⁹⁷ Os testemunhos de Salviano e Orósio foram citados anteriormente de forma mais completa, na seção 1.4.

seguidores os ajudavam a manter os cobradores de impostos afastados mas, também, porque podiam ser empregados na manutenção da ordem e da segurança pública, impedindo revoltas como as dos *bagaudae*. Os hóspedes estrangeiros serviam, ademais, para manter o exército imperial longe da região. Quando deixou de haver sequer a possibilidade do recurso eventual à força, tornou-se absolutamente impossível para os oficiais encarregados da coleta dos tributos e do recrutamento militar a realização das tarefas sob suas responsabilidades. Se a situação chegava a tal ponto, a área em questão estava efetivamente perdida para o Império do Ocidente, mesmo que ainda fizesse, nominalmente, parte dele.

Considerações finais

O período entre 376 e 419, testemunhou a longa caminhada dos tervíngios da abandonada província da *Dacia Traiana*, ao norte do *Hister*, por quase todas as regiões da parte europeia e continental dos Impérios Romanos do Oriente e do Ocidente.

Nesses quarenta e três anos, eles se envolveram em quatro guerras contra os romanos permanecendo, todavia, seus aliados durante setenta por cento do tempo. A incapacidade do Império do Ocidente de lidar com a presença desse exército de estrangeiros que, ao mesmo tempo em que era uma ameaça permanente podia ser útil, expôs claramente sua fragilidade militar e institucional. Esta, por seu turno, decorria, em última instância, de transformações sociais e econômicas estruturais, ocorridas em uma “longa duração”, às quais o Estado foi incapaz de adaptar-se de forma eficaz.

Os próprios tervíngios, no processo em questão, transformaram-se. Passaram de uma tribo seminômade governada por “chefes guerreiros” eleitos para uma nação miscigenada, totalmente sedentarizada e governada por reis cuja entronização resultava do princípio da hereditariedade.

Esperamos ter demonstrado de forma clara, no primeiro capítulo, a natureza dessas transformações estruturais que tornaram o Baixo Império no ocidente tão distinto de seu antecessor. Esperamos, também, ter demonstrado, no segundo capítulo, como a dificuldade que as autoridades imperiais encontravam para reagir às crises desencadeadas pela presença dos exércitos estrangeiros decorriam dessas mesmas transformações estruturais.

Nosso trabalho poderia ter avançado mais no tempo. Talvez fosse razoável ir até o fim do reinado de Teodorico I, talvez mais além. Teria sido interessante analisar a era de Aécio do mesmo modo que foi possível analisar a de Estilício. Tal empreendimento, todavia, foi impossibilitado pelo tempo à nossa disposição, uma vez que, para realizá-lo, teríamos que nos familiarizar com um conjunto diferente de documentos daqueles empregados aqui.

Malgrado quaisquer limitações que o presente trabalho possa ter, resta-nos, ao terminá-lo, a experiência e a confiança necessárias para aprofundar essa linha de investigação no futuro.

Anexo – Mapas

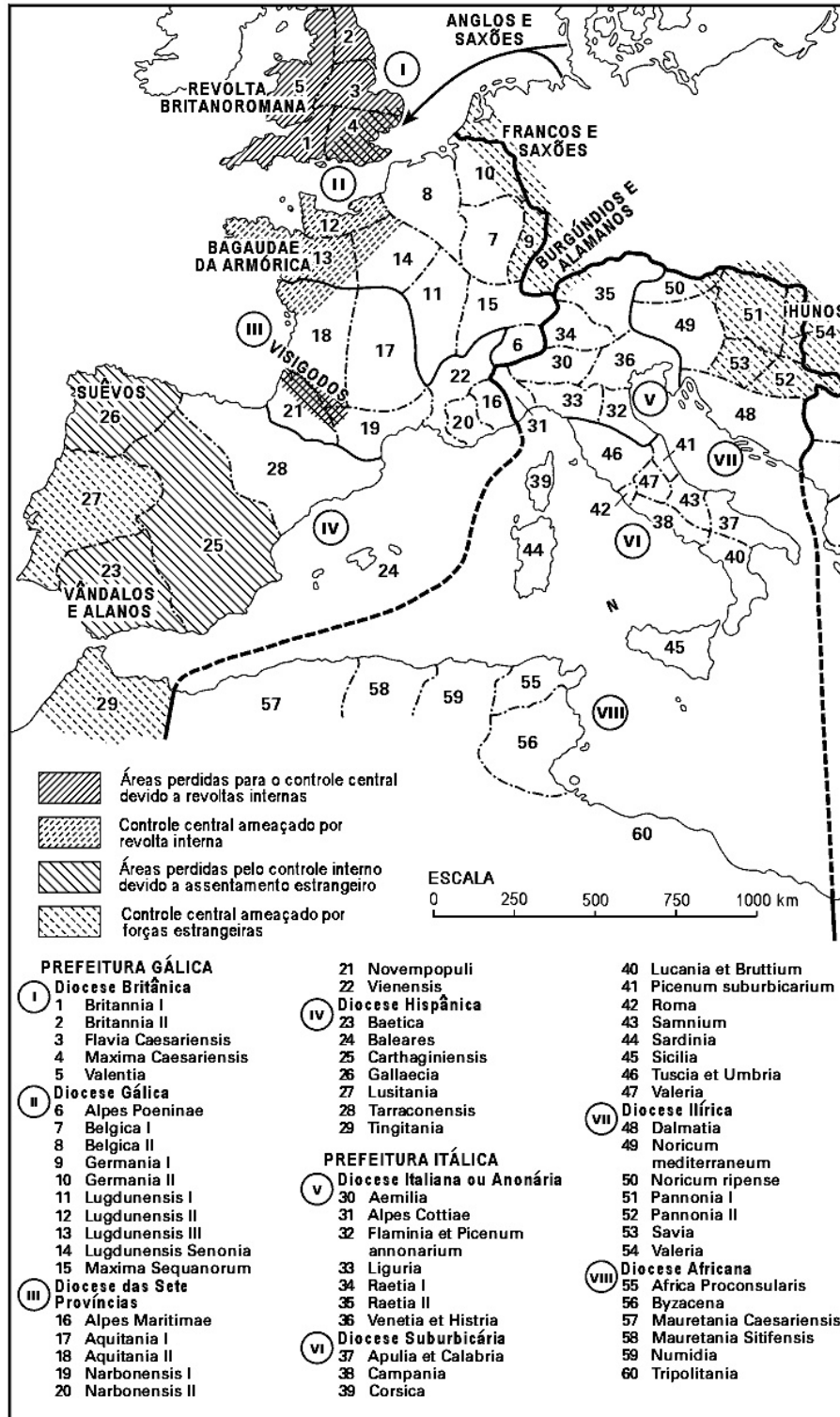
Cidades

A imagem seguinte foi elaborada por nós sobre um mapa físico criado pelo *Ancient World Mapping Center*, da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, Estados Unidos. É importante assinalarmos, de todo modo, que buscamos apenas fornecer uma referência geográfica aproximada ao leitor e que o resultado final não possui o rigor que seria cabível a um trabalho acadêmico de Cartografia.



O Império do Ocidente por volta de 425

Mapa adaptado de CAMERON, WARD-PERKINS, WHITBY (2000, p. 3).



Ameaças ao Império do Ocidente por volta de 425

Referências

Sobre a documentação

Um trabalho como o nosso, que pretende dar conta de analisar estruturas sociais, não pode, via de regra, recorrer a um pequeno número de fontes primárias. Ainda assim, devido não só ao tempo que nos separa de nosso objeto, mas também à natureza conturbada do século final do Império Romano do Ocidente, nossas opções foram limitadas.

Para o primeiro capítulo, nos baseamos sobretudo nos quatro autores de tratados agrícolas romanos cujas obras chegaram até nós: Marco Pórcio Catão, Marco Terêncio Varrão, Lúcio Júnio Moderato Columela e Rutílio Tauro Emiliano Paládio. Para o segundo, utilizamos principalmente Amiano Marcelino, Cláudio Claudiano, Paulo Orósio, a *Notitia Dignitatum*, Hérmiás Sozomeno e Zósimo.

Segue um breve resumo da importância de cada autor e documento:

Marco Pórcio Catão ou Catão o velho nasceu em *Tusculum*, no *Latium*, por volta do ano de 234 a. e. c., de uma família plebeia. Ocupou os cargos de *quaestor*, *aedile*, *praetor*, *consul* e *ensor*. Foi um *nouus homo* que ganhou fama pelo espírito marcial e pelo talento como orador. No fim da vida era conhecido como *sapiens* (o sábio) e por *ensorius*, tanto por ter ocupado o cargo de censor e como por sua defesa das tradições romanas, que cada vez mais eram ameaçadas pelo contato com os gregos. Entusiasta do estilo de vida rústico, escreveu *De Agri Cultura* (Sobre a Cultura dos Campos), por volta do ano 160, um tratado sobre a administração de propriedades rurais.

Marco Terêncio Varrão foi um erudito nascido em *Reate* (atual Rieti), território Sabino a nordeste de Roma, no ano de 116 a. e. c. Ocupou os cargos de *praetor*, *tribunus*, *quaestor* e *aedile*. Fez parte da comissão que organizou o estabelecimento dos colonos de Júlio César na *Campania*, nos anos 50. Na década seguinte, foi encarregado por César de supervisionar a criação da primeira biblioteca pública de *Roma*; projeto

que ficou inacabado com a morte do *dictator*. Depois disso, retirou-se da vida pública e passou a se dedicar somente aos estudos. Escreveu cerca de setenta e cinco trabalhos, totalizando cerca de seiscentos e cinquenta livros, cobrindo uma gama variada de disciplinas como História, em *De vita populi romani* (Sobre a vida do povo romano); Geografia; Retórica; Direito, em *De iure ciuile libri XV* (Sobre o direito civil em quinze livros); Filosofia; Música; Medicina; Arquitetura; Literatura, em *De poetis* (Sobre a Poesia) e *De comoediis plautinis* (Sobre a comédia plautina); Religião; e Linguística, em *De lingua latina libri XV* (Sobre a língua latina em quinze livros). Sua obra sobre a agricultura, intitulado *Rerum Rusticarum* (Das coisas do campo), na verdade é um manual sobre a administração de propriedades rurais, escrito para sua esposa por volta do ano 35 antes da era comum.

Lúcio Júnio Moderado Columela nasceu em *Gades* (Cádiz), na *Hispania Ulterior Baetica*, no ano 4 da era comum. Após uma carreira militar, dedicou-se à agricultura, escrevendo um sistemático tratado a seu respeito: *De Res Rustica* (Sobre as coisas do campo). As inúmeras citações e referências contidas na obra revelam a existência de uma vasta bibliografia sobre a agricultura, perdida para sempre. Escreveu também *De arboribus* (Sobre as árvores), que foi preservado. Morreu por volta do ano 70.

Rutílio Tauro Emiliano Paládio esteve ativo no terceiro quartel do século IV. Sabe-se que era oriundo das Galliae, mas escreveu *Opus Agriculturae* (O trabalho da agricultura) na Italia. Parcialmente baseada no *De Res Rustica* de Columela, a obra consiste em uma atualização de preceitos antigos para as condições do presente.

Amiano Marcelino é considerado o último grande historiador romano. Esteve em atividade da metade do século IV até por volta de 390. Pagão, tolerava os cristãos. Grego, escreveu em latim. Militar de carreira, durante os últimos anos de sua vida dedicou-se à História. A porção de sua *Res Gestae* (literalmente “Coisas Feitas”, também chamada de “Histórias”) que, chegou até nós cobre o período entre 353 e 378, ou seja, incluem a chegada dos tervíngios ao território romano.

Cláudio Claudiano foi um poeta de *Alexandria ad Aegyptus* que esteve em atividade em *Roma* entre 396 e 404. Sua obra mais importante para nós é certamente *De Bello Gothico* (Sobre a Guerra contra os Godos), que trata do primeiro conflito entre as forças de Estilício, braço-direito do imperador Honório, e Alarico, “rei” dos tervíngios, durante o anos de 402 e 403. Sua obra inclui, *In Rufinum* (Contra Rufino), *De Bello Gildonico* (Sobre a Guerra de Gildo) *De Consulatu Stilichonis* (Sobre o Consulado de Estilício), *Panegyricus de Quarto Consulatu Honorii Augusti* (Panegírico do Quarto Consulado do Imperador Honório), *Panegyricus de Sexto Consulatu Honorii Augusti* (Panegírico do Sexto Consulado do Imperador Honório), abordando eventos políticos importantes na década que se inicia em 395 e termina em 404.

Paulo Orósio, nativo da província da *Gallaecia* nas *Hispaniae*, esteve em atividade durante o primeiro quartel do século IV. Estudante de Agostinho de Hippo, escreveu uma história universal intitulada *Historiae adversum paganos* (História contra os pagãos), publicada em 418, na qual busca demonstrar como os desígnios de Deus controlam o destino da humanidade. O mero fato de ter vivido nas *Hispaniae* durante alguns anos após a chegada de vândalos, alanos e suevos o torna uma fonte valiosa.

O *Index ad Notitiam Dignitatum et Administrationum omnium tam civilium quam militarium in partibus orientis et occidentis* (Relação de todos os dignitários e administradores tanto civis como militares nas partes do oriente e do ocidente) ou simplesmente *Notitia Dignitatum* é um documento que enumera todos os cargos da administração imperial romana. Sua datação exata é incerta, mas é seguro colocá-lo no primeiro quartel do século IV.

Hérmias Sozomeno esteve em atividade no segundo quartel do século V. Oriundo da Palestina, escreveu *Historia Ecclesiastica* (História da Igreja) na qual cobre o período que vai da conversão de Constantino I, em 312, até a ascensão de Valentiniano III, em 425. Sua proximidade cronológica com o estabelecimento do reino dos visigodos nas *Galliae* o torna uma fonte importante para os eventos em questão, ainda mais por ter ele se baseado na obra de seu contemporâneo Olimpiodoro de Tebas. Este foi autor de uma obra de história política do Império do Ocidente durante os anos 407 e 425, da qual só restaram fragmentos.

Zósimo esteve em atividade por volta do ano 500, em *Constantinopolis*. Sua *Historia Nova*, cobre principalmente o período após a ascensão de Constantino I, chegando ao ano de 410. “Pagão”, escreveu uma história do enfraquecimento do poderio romano no ocidente, atribuindo sua responsabilidade aos cristãos. Seu relato detalhado dos acontecimentos políticos e militares do período entre 395 e 410 o tornou imprescindível para nós. Sua principal fonte para o período parece ter sido a história de Olimpíodoro de Tebas.

Sobre as referências, citações e traduções

No que tange às referências às obras dos autores antigos, manifestamos a adoção da posição defendida por Michael Parenti, de que devem ser feitas da forma mais clara possível, e sem abreviação.¹⁹⁸ Nenhum outro padrão ou critério foi colocado acima desse. Nas notas-de-rodapé, então, optamos por fazer referência à documentação utilizando o nome latino ou grego dos autores e de suas obras.

No caso da documentação, utilizamos o original latino sempre que tivermos acesso a ele. No caso dos textos gregos, devido às nossas próprias limitações, recorreremos sempre que possível a versões latinas.

Tanto a documentação quanto a bibliografia secundária, quando citadas no corpo do texto, aparecem traduzidas; sendo que o texto utilizado aparece em uma nota-de-rodapé. O objetivo da tradução é ampliar o conjunto de leitores em potencial. A escolha por colocar a tradução no corpo do texto e o original nas notas-de-rodapé, por seu turno, foi fruto de nossa preocupação em não quebrar o fluxo normal da leitura.

Nossas notas-de-rodapé, além disso, já continham excertos da bibliografia secundária, apresentada em suporte às afirmações do corpo do texto, sempre no idioma em que foram consultadas. Isso implica que o corpo do texto muitas vezes contém paráfrases em português do texto em língua estrangeira contido na nota-de-rodapé.

¹⁹⁸ Vide PARENTI (2005), pp. 227-232.

Diante disso, apresentar o original latino ou grego da documentação no corpo do texto e sua versão portuguesa na nota-de-rodapé seria um despropósito.

Salvo indicação em contrário, sempre que o corpo do texto contiver uma citação em português e a respectiva nota apresentar o original em uma língua estrangeira, a tradução foi nossa. Nos trechos de mais difícil compreensão, sempre que possível, nossa versão foi cotejada com outras. Registramos, de todo modo, que dada própria natureza e limitação do presente trabalho, não buscamos, ao realizar as traduções para o português, o rigor que seria cabível aos estudos filológicos ou aos compêndios eruditos.

Documentação

AUSONIUS. **Ausonius with an English translation of Hugh G. Evelyn White, with the Eucharistic of Paulinus Pellaeus.** Cambridge and London: Harvard University Press and William Heinemann, 1985.

BÖCKING, Evardi. **Index ad Notitiam Dignitatum et Administrationum omnium tam civilium quam militarium in partibus orientis et occidentis.** Bonnae: Adolphum Marcum, 1853.

CATO, VARRO. **On Agriculture.** Translated by William Davis Hooper. Cambridge, London: Harvard University Press, 1999. The Loeb Classical Library.

CLAUDIAN. **On Stilicho's Consulship 2-3. Panegyric on the Sixth Consulship of Honorius. The Gothic War. Shorter Poems. Rape of Proserpina.** Translated by M. Platnauer. Cambridge and London: Harvard University Press, 1998. The Loeb Classical Library.

COLUMELLA. **On Agriculture.** Translated by Harrison Boyd Ash. Cambridge and London: Harvard University Press, 2001. 2 v. The Loeb Classical Library.

DIO CHRYSOSTOM. **Discourses.** Translated by J. W. Cohoon and H. Lamar Crosby. Cambridge and London: Harvard University Press, 1932. v1. The Loeb Classical Library.

LANG, Carolus (ed.). **Flavi Vegeti Renati Epitoma Rei Militaris.** Stuttgart & Leipzig: Teubner, 1885.

MIGNE, Jacques Paul (ed.). **Quinti Saeculi Poetarum. Series Absolvitur. Novaque et Accuratissima Editio Donatur. S. Paulini Nolani, S. Orientii, S. Auspicii, necnon Claudii Marii Victoris, Merobaudis, Paulini Petricordiensis, Amoeni, Secundini, Drepani Flori, Auctoris Incerti. Opera Omnia.** Patrologia Latina, v. 061. Parisi: 1861.

- MIGNE, Jacques Paul (ed.). **Hieronymi Stridonensis Presbyteri Opera Omnia.** Parisi: 1945. Patrologia Latina. v. 022.
- MIGNE, Jaques Paul (ed.). **Sanctorum Hilari, Simplicii, Felicis III, Romanorum Pontificum, necnon Victoris Vitensis, Sidonii Apollinaris et Gennadii Presbyteri Massiliensis.** Parisi: 1847. Patrologia Latina. v. 058.
- MIGNE, Jacques Paul (ed.). **S. Prosperi Aquitani, S. Augustini Discipuli, S. Leonis Papae Notarii, Opera Omnia, Accedunt Idatii et Marcellini Comitum Chronica.** Parisi: 1861. Patrologia Latina. v. 051.
- MIGNE, Jacques Paul (ed.). **Salviani Massiliensis Episcopus, Sancti Patricii, Hibernorum Apostoli, Arnobii Junioris, Mamerti Claudiani. Opera Omnia.** Parisi: 1865. Patrologia Latina. v. 053.
- MIGNE, Jacques Paul (ed.). **Socratis Scholastici, Hermiae Sozomeni, Historia Ecclesiastica.** Parisi: 1864. Patrologia Graeca. v. 67.
- MIGNE, Jacques Paul (ed.). **Synesii Episcopi Cyrenensis. Opera Quae Exstant Omnia.** Parisi: 1864. Patrologia Latina. v. 066.
- Minor Latin Poets, Volume II: Florus. Hadrian. Nemesianus. Reposianus. Tiberianus. Dicta Catonis. Phoenix. Avianus. Rutilius Namatianus. Others.** Translated by J. Wight Duff and Arnold M. Duff. Cambridge and London: Harvard University Press, 1935. The Loeb Classical Library.
- MOMMSEN, Th., MEYER, Paulus M. (eds). **Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmodianis.** Berolini: 1905.
Disponível em:
<<http://web.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/Constitutiones/codtheod.html>>
Acesso em: 6 de abril de 2010.
- MOMMSEN, Theodor, KRUEGER, Paul, et al (eds.). **Corpus Juris Civilis.** 16. Auflage. Berlin: Weidmann, 1954. 3 v.
Disponível em: <<http://web.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/>>
Acesso em: 3 de setembro de 2009.
- MOMMSEN, Theodorus (ed). **Chronica Minora Saec. IV. V. VI. VII.** Berolini: Weidmannos, 1884.
- MOMMSEN, Theodorus (ed). **Iordanis Romana et Getica.** Berolini: Weidmannos, 1882.
- PROCOPIUS, DEWING H. B. **Procopius, with an English translation by H. B. Dewing.** London: William Heinemann, 1916.
- SCHULZE, Joannes Ludovicus (ed.). **Theodoretus Cyrenensis Episcopi Opera Omnia, Post Recensionem Jacobi Sirmundi.** Parisi: 1864. Tomus Tertius. Patrologia Graeca, v. 82.
- TACITUS. **The Histories, with and English Translation of Clifford H. Moore. The Annals, with an English translation of John Jackson.** London and Cambridge: William Heinemann Ltd and Harvard University Press, 1912. 4v.

WOODMAN, Jesse Earl. **The Expositio Totius Mundi et Gentium: Its Geography and its Language. A Thesis Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of Arts.** Columbus: The Ohio State University, 1964.

ZANGEMEISTER, Karl Friedrich Wilhelm (ed.). **Pavli Orosii Historiarum adversum paganos libri VII.** Lipsiae: Teubneri, 1889. Bibliotheca scriptorum graecorum et romanorum Teubneriana.

ZOSIMUS. **Historia Nova. The Decline of Rome.** Translated by James J. Buchanan and Harold T. Davis. San Antonio: Trinity University Press, 1967.

Fontes secundárias

ABBOTT, Frank Frost. **A History and Description of Roman Political Institutions.** Third Edition. Boston: Ginn and Company, 1911.

ARNHEIM, M. T. W. **The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire.** Oxford: Clarendon Press, 1972.

BACHRACH, Bernard S. **A History of the Alans in the West. From Their First Appearance in the Source of Classical Antiquity through the Early Middle Ages.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1973.

BAYLESS, William N. The Visigothic Invasion of Italy in 401. **The Classical Journal.** v. 72, no. 1, pp. 65-67, out-nov 1976. The Classical Association of the Middle West and South.

BELLANGER, Louis. **Étude sur la Poème d'Orientius.** Paris et Toulouse: A. Fontemoing, Edouard Privat, 1902.

BENARIO, Herbert W. Legionary Speed of March before the Battle with Boudicca. **Britannia.** v. 17, pp. 358-362, 1986. Society for the Promotion of Roman Studies.

BENNETT, Julian. **Trajan Optimus Princeps: A Life and Times.** London and New York: Routledge, 1997.

BERGER, Adolf. Encyclopedic Dictionary of Roman Law. **Transactions of the American Philosophical Society,** New Series. v. 43, no. 2, pp. 333-809, 1953. American Philosophical Society.

BLONDUS, Flavius. **Historiae Ab Inclinazione Romanorum Imperii.** Basilea: Officina Probeniana, 1531.

BLOCKLEY, B. C.. The Dynasty of Theodosius in: CAMERON, Averil, GARNSEY, Peter. **The Cambridge Ancient History. Volume XIII. The Late Empire A.D. 337–425.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. pp. 111-137.

BOWES, Kim, KULIKOWSKI, Michael. Introduction. In: BOWES, Kim, KULIKOWSKI, Michael (eds). **Hispania in Late Antiquity: Current Perspectives.** Boston and Leiden: Brill, 2005. pp. 1-26.

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BROWN, Peter. **The World of Late Antiquity AD 150 - 750**. London: Thames and Hudson, 2006.
- BURY, J. B. **History of the Later Roman Empire from the death of Theodosius I to the death of Justinian**. New York: Dover, 1958. v. 1.
- CAMERON, Alan. Theodosius the Great and the Regency of Stilicho. **Harvard Studies in Classical Philosophy**. v. 73, pp. 247-280, 1969. Department of Classics of Harvard University.
- CAMERON, Averil. **El Bajo Imperio romano, 284-430 d. de C**. Madrid: Encuentro, 2001.
- CAMERON, Averil, WARD-PERKINS, Bryan, WHITBY, Michael (eds). **The Cambridge Ancient History. Volume XIV. Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2000.
- CLEARY, A. S. Esmonde. **The Ending of Roman Britain**. London and New York: Routledge, 1989.
- COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la Historia**. Ciudad de Mexico y Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1952.
- COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe 300–1000**. Hampshire and London: MacMillan, 1991.
- DA SILVA, Gilvan Ventura, MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: A Construção do Dominato. In: DA SILVA, Gilvan Ventura, MENDES, Norma Musco (org.). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, Es: EDUFES, 2006. pp. 193-221.
- DAUBIGNEY, Alain. Reconnaissance des formes de la dépendance gauloise. **Dialogues d'histoire ancienne**. v. 5, pp. 145-189, 1979. Institut des Sciences Techniques de l'Antiquité (ISTA) de l'Université de Franche-Comté.
- DAUBIGNEY, Alain. FAVORY, François. L'esclavage en Narbonnaise et Lyonnaise d'après les sources épigraphiques in: **Actes du colloque 1972 sur l'esclavage, Besançon, 2-3 mai 1972**. Paris: Les Belles Lettres, 1974. pp. 315-388. Annales Littéraires de l'Université de Besançon, v. 163.
- DE COULANGES, Fustel, JULLIAN, Camille. **Histoire des institutions politiques de l'ancienne France. La Gaule Romaine**. Paris: Librairie Hachette, 1922. Cinquième édition.
- DREW, Katherine. Barbarian kings as lawgivers and judges. In: HOYT, Robert S (ed). **Life and Thought in the Early Middle Ages**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1967. pp. 7-29.
- ELTON, Hugh. **Frontiers of the Roman Empire**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

- FEAR, Andrew. War and Society in: SABIN, Philip, VAN WEES, Hans, WHITBY, Michael (eds). **The Cambridge History of Greek and Roman Warfare, Volume II, Rome from the late Republic to the late Empire.** Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007. pp. 424-458.
- FERRILL, Arther. **A Queda do Império Romano: a explicação militar.** Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental.** Curitiba: Juruá, 2002.
- GEORGESCU, Vlad. **The Romanians: a History.** Edited by Matei Calinescu; translated by Alexandra Bley-Vroman. Columbus: Ohio State University Press, 1991.
- GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire, with notes by the Rev. H. H. Milman.** New York: Thomas Y. Crowell & Co., 1900. v. 5.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **How Rome Fell: Death of a Superpower.** New Haven and London: Yale University Press, 2009.
- GORDON, C. D. Subsidies in Roman Imperial Defence. **Phoenix.** v. 3, no. 2, pp. 60-69, outono 1949. Classical Association of Canada.
- HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West, 376 - 568.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900.** New York: Routledge, 2003.
- HARRIS, William V. Towards a Study of the Roman Slave Trade. **Memoirs of the American Academy in Rome.** v. 36, The Seaborne Commerce of Ancient Rome: Studies in Archaeology and History, pp. 117-140, 1980. University of Michigan Press for the American Academy in Rome.
- HONIGSHEIM, Paul. Max Weber as Historian of Agriculture and Rural Life. **Agricultural History.** v. 23, no. 3, pp. 179-213, 1949. Agricultural History Society.
- JONES, A. H. M. **The later Roman Empire, 284-602: a social economic and administrative survey.** Norman: University of Oklahoma Press, 1964. v. 2.
- JONES, A. H. M. The Roman Colonate. **Past and Present.** no. 13. pp. 1-13, abr 1958. Oxford University Press.
- JULLIAN, Camille. **Histoire de la Gaule: V - État Matériel.** Paris: Hachette, 1920.
- KEROE, Dennis P. Landlords and Tenants in: POTTER, David S. (org). **A Companion to the Roman Empire.** Malden, Estados Unidos: Oxford, Inglaterra: Victoria, Austrália: 2006. pp. 298-311.
- KEHOE, Dennis P. **The Economics of Agriculture on Roman Imperial Estates in North Africa.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988.
- KULIKOWSKI, Michael. **Rome's Gothic Wars. From the Third Century to Alaric.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- LOVE, John. Max Weber and the Theory of Ancient Capitalism. **History and Theory**. v. 25, no. 2, 152-172, maio 1986. Wesleyan University.
- LIEBESCHUETZ, Wolfgang. The End of the Roman Army in the Western Empire in: RICH, John, SHIPLEY, Graham (eds). **War and Society in the Roman World**. New York: Routledge, 1993. pp. 265-276.
- LIVERMORE, Harold. **The Twilight of the Goths. The Rise and Fall of the Kingdom of Toledo. c. 565-711**. Bristol: Intellect, 2006.
- LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- LOT, Ferdinand. **The End of the Ancient World and the Beginnings of the Middle Ages**. New York and Evanston: Harper & Row, 1961.
- MACHIAVELLI, Nicolò. **Tutte le opere**. Firenze: Sansoni Editore, 1971.
- MACMULLEN, Ramsay. **Corruption and the Decline of Rome**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.
- MACMULLEN, Ramsay. **Christianity and Paganism in the Fourth to Eight Centuries**. New Haven and London: Yale University Press, 1997.
- MATHISEN, Ralph. Provinciales, Gentiles, and Marriages between Romans and Barbarians in the Late Roman Empire. **The Journal of Roman Studies**. v. 99, pp. 140-155, 2009. Society for the Promotion of Roman Studies.
- MAIER, Franz Georg. **Las Transformaciones del Mundo Mediterraneo**. Siglos III-VIII. Madrid: Siglo XXI Editores, 1994.
- MENDES, Norma Musco. **Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MINOR III, Charles Paul. **The Gallic Aristocracy and the Roman Imperial Government in the Fifth Century A.D.** A Thesis in History submitted to the Graduate Faculty of Texas Tech University in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of Arts. December, 1976.
- MIRCOVIC, Miroslava. The Later Roman Colonate and Freedom. **Transactions of the American Philosophical Society, New Series**. v. 87, no. 2, pp. i-viii+1-144, 1997. American Philosophical Society.
- MOMMSEN, Th. Stilicho und Alarich. **Hermes**. v. 38, no. 1, pp. 101-115, 1903. Franz Steiner Verlag.
- NISCHER, E. C. The Army Reforms of Diocletian and Constantine and Their Modifications up to the time of the Notitia Dignitatum. **The Journal of Roman Studies**. v. 13, pp. 1-55, 1923. Society for the Promotion of Roman Studies.
- PETIT, Paul. **A Paz Romana**. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- PARENTI, Michael. **O Assassinato de Júlio César: uma história popular da Roma Antiga**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- PIRENNE, Henri. **Mohammed and Charlemagne**. Mineola, Nova Iorque: Dover Publications, 2001.
- POHLSANDER, Hans A. **The Emperor Constantine**. London and New York: Routledge, 2004.
- RAMSAY, A. M. The Speed of Roman Imperial Post. **The Journal of Roman Studies**. v. 15, pp. 60-74, 1925. Society for the Promotion of Roman Studies.
- ROSAFIO, Pasquale. Slaves and Coloni in the Villa System. In: CARSEN, Jesper (ed.). **Landuse in the Roman Empire**. Rome: "L'Erma" di Bretschneider, 1994. pp. 145-158.
- RUSSELL, J. C. Late Ancient and Medieval Population. **Transactions of the American Philosophical Society, New Series**. v. 48, no. 3, pp. 1-152, 1958. American Philosophical Society.
- SÁNCHEZ, Dionisio Pérez. El ejército y el pueblo visigodo desde su instalación en el imperio hasta el reino visigodo de Tolosa. **Studia Historica. Historia Antigua**. v. 2-3, pp. 249-269, 1984-1985. Universidad de Salamanca.
- SEWELL, William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. **The American Journal of Sociology**. v. 98, no. 1, pp. 1-29, jul 1992.
- SIRKS, Boudewijn. The Farmer, the Landlord, and the Law in the Fifth Century. In: MATHISEN, Ralph W. (ed). **Law, Society and Authority in Late Antiquity**. Oxford and New York: Oxford University Press, 2001. pp. 256-271.
- SOUTHERN, Pat. **The Later Roman Army**. New Haven and London: Yale University Press, 1996.
- THEVENOT, Émile. **Les Gallo-Romains**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- THOMPSON, E. A. Peasant Revolts in Late Roman Gaul and Spain. **Past and Present**, no. 2, pp. 11-23, nov 1952. Oxford University Press.
- VERA, Domenico. I Silenci di Palladio e l'Italia: osservazioni sull'ultimo agronomo romano. **Antiquité Tardive**. no. 7, pp. 283-297, 1999. Brepols Publishers.
- WARD-PERKINS, Brian. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. New York: Oxford: Oxford University Press, 2005.
- VEYNE, Paul. **A Sociedade Romana**. Tradução de Maria Gabriela de Bragança e Clara Pimentel. Lisboa: Edições 70, 1993.
- WATSON, G. R. **The Roman Soldier**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- WEBER, Max. **História Agrária Romana**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WEBER, Max. **The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations**. Translated by R. I. Frank. London: 1978.

- WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800.** Oxford and New York: Oxford University Press, 2005.
- WICKHAM, Chris. Studying Long-term Change in the West, A.D. 400-800. In: LAVAN, Luke, BOWDEN, William (eds). **Theory and Practice in Late Antique Archaeology.** Leiden and Boston: Brill, 2003. pp. 385-4040.
- WIENER, Johnathan M. Max Weber's Marxism: Theory and Method in "The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations". **Theory and Society.** v. 11, no. 3, pp. 389-401, maio 1982. Springer.
- WHITTAKER, Dick. Landlords and warlords in the later Roman Empire. In: RICH, John, SHIPLEY, Graham. **War and Society in the Roman World.** New York: Routledge, 1993. pp. 277-302.
- WITTFOGEL, Karl A. **Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power.** New Haven and London: Yale University Press, 1967.
- WOLFRAM, Herwilg. The Goths in Aquitaine. **German Studies Review.** v. 2, no. 2, pp. 153-168, maio 1979. German Studies Association.
- WOOLF, Greg. Becoming Roman: **The Origins of Provincial Civilization in Gaul.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.